



**Boletim**  
**de Transparência**  
**Fiscal**

RIO DE JANEIRO | 2º BIMESTRE DE 2014



**SECRETÁRIO DE ESTADO DE FAZENDA**

**Renato Augusto Zagallo Villela dos Santos**

**SUBSECRETÁRIO-GERAL**

**Paulo Sérgio Braga Tafner**

**SUBSECRETÁRIO DE FINANÇAS**

**Rebeca Virginia Escobar Villagra**

**SUBSECRETÁRIO DE POLÍTICA FISCAL**

**Josélia Castro de Albuquerque**

**SUBSECRETÁRIO DE RECEITA**

**George André Palermo Santoro**

**SUPERINTENDENTE DO TESOURO ESTADUAL**

**Cláudia Torres Santoro**

**SUPERINTENDENTE DE PROGRAMAÇÃO  
FINANCEIRA**

**Daniela de Melo Faria**

**SUPERINTENDENTE DE RELAÇÕES  
FEDERATIVAS E TRANSPARÊNCIA FISCAL**

**Marco Aurélio Alves de Mendonça**

**SUPERINTENDENTE DE CONTROLE E  
ACOMPANHAMENTO DA DÍVIDA**

**Valéria Barbosa**

**SUPERINTENDENTE DE FINANÇAS**

**Elvécio Vital da Silva**

**SUPERINTENDENTE DE CAPTAÇÃO DE  
RECURSOS**

**Pablo Villarim Gonçalves**

**EQUIPE BOLETIM DE TRANSPARÊNCIA  
FISCAL**

**Alexandre Emilio Zaluar**

**Alessandro Lima da Rocha**

**Ana Cecília de Souza**

**Ana Paula Quedinho**

**Creusa Mattoso de Almeida**

**Denise Gomes de Castro**

**Eduardo de Andrade**

**Fabio Souza Pontes**

**Fernando Rezende Filho**

**Gustavo Franco Corrêa**

**Hamilton Correa Zambito Horacio**

**Henrique Diniz de Oliveira**

**Henrique Reis Pompeu de Moraes**

**Joana Pimentel Meneses de Farias**

**João Souza**

**Karine de Souza Vargas**

**Larissa Silva Carvalho**

**Leandro Diniz Moraes Pestana**

**Leila Klein**

**Leonardo Silva Carvalho**

**Liliane Figueiredo da Silva**

**Luciana Vicky Mazloum**

**Luísa Regina Mazer**

**Marcelo Fernandes Lima Gomes**

**Maria Gisele Bastos Soares**

**Maria Helena Pitombeira**

**Mariana Schmid Blatter Moreira**

**Marina Lavocat Barbosa Ernesto**

**Pedro Bastos Carneiro da Cunha**

**Raphael Philipe Moura**

**Robledo da Cunha Pereira**

**Sérgio da Costa Peixoto**



O **BOLETIM DE TRANSPARÊNCIA FISCAL** é uma publicação bimestral da Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro. Sua elaboração é de responsabilidade da Subsecretaria de Política Fiscal e da Subsecretaria de Finanças. Ele é chamado de TRANSPARÊNCIA fiscal porque vai além do registro de cifras macroeconômicas ou associadas a metas de equilíbrio fiscal, que são essenciais para a avaliação da solvência do Estado. O boletim procura também dar uma ampla visão do uso dos recursos públicos pelas diversas funções do gasto. Este é um elemento chave para posteriores análises da efetividade e eficiência no uso das receitas de impostos e de outros recursos públicos, com vistas a avaliar se este uso atende aos objetivos do governo e da sociedade, respondendo corretamente às demandas sociais e atuando como elemento indutor do desenvolvimento econômico. A frequência bimestral do boletim se espelha na avaliação dos riscos para o cumprimento das metas fiscais referidas nos artigos 8º e 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000).

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que mencionada a fonte.

**Informações:**

Tel: (21) 2334-4929

**Home Page:** <http://www.sefaz.rj.gov.br>

Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro

Av. Presidente Vargas, n.º 670

Rio de Janeiro, RJ, CEP 20071-910

## SUMÁRIO

I. Economic Outlook.....	14
I.I The Domestic and International Context.....	14
I.II Economic Activity in Rio de Janeiro.....	16
I.III Labor Market.....	19
I.IV External Sector.....	21
I. Panorama Econômico.....	22
I.I O Contexto Internacional e Doméstico.....	22
I.II Atividade Econômica no Rio de Janeiro.....	25
I.III Mercado de Trabalho.....	27
I.IV Inflação.....	28
I.V Setor Externo.....	29
II. Metas Bimestrais de Arrecadação e Cronograma de Desembolso do Estado do Rio de Janeiro.....	30
Cronograma de Desembolso do Estado do RJ.....	40
III. Resultados Fiscais.....	43
III.I Resultado Orçamentário.....	43
III.II Resultado Orçamentário sem RIOPREVIDÊNCIA.....	45
III.III Resultado Primário.....	47
IV. Receita Estadual.....	50
IV.I Receitas Correntes.....	51
IV.I.1 Receita Tributária.....	52
IV.I.1.1 Arrecadação de ICMS comparativo do Estado por Setor Econômico.....	56

IV.I.2 Receita Patrimonial e Royalties .....	61
IV.I.3 Demais Receitas Correntes .....	65
IV.I.3.1 Receita de Transferências .....	69
IV.I.3.2 Transferências da União.....	70
IV.II Receitas de Capital .....	75
V. Despesas do Estado do Rio de Janeiro .....	78
V.I - Despesa Total.....	78
V.II - Créditos adicionais.....	79
V.III - Despesas por Fontes de Recursos.....	79
V.IV Despesas por Grupo.....	82
V.V Cumprimento das despesas vinculadas aos índices constitucionais: Educação, Saúde, FAPERJ, FECAM e FEHIS. ....	91
VI – ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA.....	104
VI.1 Cota Financeira.....	104
VI.2 Pagamento de PD's.....	105
VI.3 Administração do Saldo de Caixa do Tesouro.....	106
VI.4 Adimplemento de concessionárias e prestadores de Serviços Públicos .....	107
VI.5 Tratamento Dispensado a Restos a Pagar Processados.....	109
VI.6 Requisições Judiciais de Pagamento.....	110
VI.7 Evolução da Dívida Financeira do Estado do Rio de Janeiro e de seu Dispêndio com a dívida pública.....	112
VI.8 Acompanhamento Financeiro de Convênios.....	123
VI.9 Acompanhamento Financeiro de Convênios.....	124

## Apresentação

Este é o trigésimo oitavo número do boletim bimestral de transparência fiscal elaborado pela Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro, e o segundo referente ao exercício de 2014. Seu objetivo é aperfeiçoar os mecanismos de controle e transparência na execução do orçamento estadual.

Tais mecanismos possuem pelo menos duas vertentes. A primeira liga-se à solvência e à previsibilidade no gasto, em decorrência do reconhecimento de que uma das principais premissas de um governo responsável é executar o orçamento dentro da previsão da receita, ou seja, despesas não podem ser criadas, compromissos assumidos, ou contratos assinados sem um lastro seguro na arrecadação ou em outros recursos orçamentários.

De acordo com os dispositivos legais, em vigor há mais de quarenta anos, não pode haver despesa sem empenho. Apenas assim as obrigações poderão ser honradas tempestivamente e sem sobressaltos, trazendo previsibilidade, tranquilidade e transparência à ação pública.

Dessa forma, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) impõe metas fiscais que devem ser cumpridas sob risco de sanções aos administradores e ao próprio ente federativo, como a suspensão de transferências voluntárias. O Estado deve, por exemplo, alcançar uma meta de superávit primário suficiente para, no mínimo, cumprir as obrigações com pagamento da dívida, e dispor de suficiente folga de caixa de maneira que toda a Administração possa planejar seus gastos com segurança. É claro que haverá períodos em que será necessário implementar investimentos estruturantes que resultarão em queda deste resultado primário, devido ao endividamento. Porém, o retorno se dará no futuro, com o maior dinamismo da economia e, por conseguinte, da arrecadação.

A segunda vertente diz respeito à aplicação dos recursos. Aqui, importa cumprir a lei (e.g., vinculações) e procurar

*É parte do Estado Democrático de Direito a obrigação do administrador público de prestar contas à sociedade, demonstrando a adequabilidade da aplicação dos recursos às demandas econômicas e sociais.*

*O Boletim procura fornecer, com presteza, detalhes da despesa em cada área, para que haja transparência nos gastos públicos e efetivo acompanhamento pela sociedade.*

alcançar, entre outros, os objetivos constitucionais de eficiência, economicidade e efetividade. Para essa avaliação, é importante que se conheçam detalhes da aplicação de recursos por função (e.g., saúde, educação) e o perfil temporal desses gastos.

Os dados aqui disponibilizados foram extraídos do Sistema de Informações Gerenciais (SIG) do Governo do Estado do Rio de Janeiro, no dia 20/05/2014.

A despesa refere-se, em regra, ao conceito de empenho liquidado; já a receita, por sua vez, corresponde ao conceito de realizada (regime de caixa), ambas depuradas das rubricas intraorçamentárias.

O Boletim é dividido em seis seções, além desta apresentação. As quatro seções iniciais fazem uma breve análise dos agregados fiscais, da evolução das diversas rubricas de receita e das metas correspondentes. A quinta seção apresenta a despesa no seu agregado de execução orçamentária e detalhes dos gastos por área, principalmente aquelas que se beneficiam de vinculação de receitas e pisos de gastos, como Saúde, Educação e Meio Ambiente, assim como demonstrativos da execução do PAC e do DER. Por fim, a sexta seção remete aos elementos da política financeira do Estado, notadamente o estabelecimento e uso das cotas financeiras programadas para os órgãos, a tempestividade dos pagamentos requeridos por esses órgãos, a aplicação dos saldos do Tesouro, a quitação de restos a pagar de administrações anteriores, assim como dos precatórios judiciais. A seção também informa a situação da dívida pública do Estado e traz dados sobre a execução de convênios.

***“O Orçamento Nacional deve ser equilibrado. As Dívidas Públicas devem ser reduzidas, a arrogância das autoridades deve ser moderada e controlada. Os pagamentos a governos estrangeiros devem ser reduzidos, se a Nação não quiser ir à falência. As pessoas devem novamente aprender a trabalhar, em vez de viver por conta pública.”***  
***Marcus Tullius Cícero – Roma, 55 A.C.***

## RESUMO EXECUTIVO

No segundo bimestre de 2014, as receitas totais atingiram o valor de R\$ 13.378,65 milhões, ultrapassando a meta prevista em 15,7%.

As receitas correntes apresentaram uma superação de 5,5% quando comparadas a meta estipulada (+ R\$ 562,47 milhões), impulsionadas pelas receitas patrimoniais e tributárias, cujo crescimento foi de 110,9% (+ R\$ 663,54 milhões) e 5,3% (+ R\$ 340,80 milhões), respectivamente, na comparação com 2013. O ICMS por si só apresentou incremento de 8,4% no período.

Já as receitas de capital, embora tenham apresentado crescimento de 121,2% em relação ao auferido em 2013 (+ R\$ 1.354,45 milhões), atingiram 194,3% da meta, já considerando a decorrente, principalmente, do volume das operações de crédito realizadas.

Quanto ao balanço orçamentário, considerando o RIOPREVIDÊNCIA, o segundo bimestre de 2014 fechou com alta de 184,4% (+ R\$ 1.114,85 milhões), em grande parte, pelo superávit de capital, uma vez que as receitas de capital ultrapassaram as despesas de capital em R\$ 714,01 milhões e pelo superávit orçamentário de R\$ 241,36 milhões do RIOPREVIDÊNCIA, apresentado no período.

Com relação ao resultado primário, observou-se que a despesa primária excedeu a receita primária em R\$ 943,57 milhões, implicando déficit. Ao comparar o resultado com o segundo bimestre do ano anterior, percebeu-se um aumento do déficit em R\$ 352,16 milhões (+59,5%).

Ademais, a execução das receitas de royalties e participações especiais do petróleo expandiu-se no período, alcançando R\$ 1.115,06 milhões no segundo bimestre de 2014, representando incremento de 125,2% frente a 2013. A variação observada tanto na receita de royalties (+56,2%; + R\$ 276,42 milhões) quanto na receita de participações especiais (+ 12.839,4%; + R\$ 343,10 milhões) tem como principal justificativa a não contabilização tempestiva (no primeiro bimestre de 2014) do valor de R\$ 575,00 milhões (dos quais R\$ 230,00 milhões se referem aos royalties e 345,00 milhões às participações especiais).

As despesas do ERJ para o exercício 2014 foram fixadas na Lei Orçamentária Estadual em R\$ 77,09 bilhões, um crescimento de R\$ 4,35 bilhões (+6,0%) frente ao aprovado para o exercício 2013.

Nesse 2º bimestre, a dotação autorizada chegou a R\$ 78,34 bilhões, demonstrando uma expansão orçamentária de R\$ 1,25 bilhão (+1,6%) sobre o inicial. Excluídas as despesas intraorçamentárias da análise, o crescimento foi de R\$ 1,20 bilhão, acréscimo resultante da abertura de créditos adicionais, dos quais R\$ 205 milhões suplementaram as fontes de recursos do Tesouro Estadual e R\$ 1 bilhão as Demais Fontes de recursos. O suplemento principal ocorreu por conta do ingresso de recursos vinculados, os quais não integravam o orçamento inicial: R\$ 540 milhões contratados em Operações de Crédito, R\$ 324 milhões por Convênios e R\$ 342 milhões nas demais fontes (incluídas o Tesouro e Outras Fontes).

Os créditos adicionais abertos foram aplicados diretamente em programas estratégicos de governo. Do montante indicado em Operações de Crédito, R\$ 444 milhões foram efetivamente destinados à à



Implantação de Projetos de Infraestrutura, R\$ 308 milhões o Projeto Bairro Novo e Asfalto na Porta, e R\$ 72 milhões no Arco Metropolitano.

Em relação à execução, até o segundo bimestre, R\$ 23,68 bilhões foram liquidados, montante este 16,9% maior que o apurado no mesmo período de 2013. Excluídas as despesas intraorçamentárias e as empresas públicas independentes (CEDAE e Imprensa Oficial), a execução foi de R\$ 21,36 bilhões. Deste montante, R\$ 14,85 bilhões foram sustentados por recursos do Tesouro Estadual e R\$ 6,51 bilhões a partir de Outras Fontes de Recursos, crescimento de 10,3% e 19,3%, respectivamente, ao 2º bimestre de 2013.

As Despesas Correntes do ERJ até o 2º bimestre (R\$ 18,67 bilhões) apontaram crescimento quando comparadas aos valores de 2013: 7,6%, ou em valores absolutos, +R\$ 1,32 bilhão. As despesas relacionadas ao grupo de Pessoal e Encargos Sociais apresentaram destaque até abril: R\$ 5,60 bilhões liquidados, apresentando um crescimento de 5,4% (+R\$ 286 milhões). Tal variação foi motivada, em grande parte, pelas melhorias que o Governo do ERJ tem realizado nas carreiras dos servidores da Segurança Pública, Educação, Defesa Civil e Ciência e Tecnologia.

As Outras Despesas Correntes do ERJ corresponderam a 56,7% do total liquidado até o momento (R\$ 12,12 bilhões), excluídas as despesas intraorçamentárias, apresentando um crescimento de 8,7% em relação a 2013. Esta elevação é justificada em grande parte pelo pagamento a inativos e pensionistas e pelas transferências constitucionais obrigatórias. A área de saúde pública também obteve uma participação de R\$ 457,60 milhões que foram gastos em suas principais ações, apresentando um crescimento de 76,4%.

Os recursos aplicados em Investimentos e Inversões Financeiras somaram R\$ 1,60 bilhão, elevação de R\$ 1,01 bilhão em relação ao mesmo período de 2013. O montante liquidado foi imprescindível para o financiamento de ações do estado.

As Transferências Constitucionais Obrigatórias apresentaram: incremento foi de 3,4%, ou seja, +R\$ 163,58 milhões. Os cálculos dos índices parciais demonstram a evolução dos gastos, que serão cumpridos ao fim do exercício, conforme estabelecido pela Lei.

No âmbito dos índices constitucionais, o índice da Educação apresentou uma pequena evolução em relação ao verificado no mesmo período do exercício passado (+2,58 pontos percentuais). Entretanto, numa análise mais apurada, pode-se observar o fortalecimento na execução do índice: aumento de 7,1% de sua receita base (+R\$ 757 milhões), resultando numa maior liquidação (18,4%, +R\$ 480 milhões).

Na Saúde, o índice constitucional também indicou uma redução de 1% em relação a 2013. Contatou-se crescimento na receita base: +7,1% (+ R\$ 758 milhões), porém uma redução na despesa liquidada do índice: -5,3% (- R\$ 47 milhões).



A FAPERJ apresentou crescimento em sua receita base (+7,1%, +R\$ 448 milhões) e decréscimo na despesa liquidada do período (-5,6%, ou seja, -R\$ 5 milhões).

O FECAM apresentou acréscimos tanto em sua receita base (+3,3%, +R\$ 76 milhões) como em sua despesa liquidada (+10,9%, ou seja, +R\$ 4 milhões).

O FEHIS apresentou crescimento em sua receita base (+8,3%, +R\$ 76 milhões) e redução na despesa executada (- 17,7%, - R\$ 9 milhões).

## EXECUTIVE SUMMARY

In second bimester 2014, total revenues amounted to R\$ 13,378.65 million, surpassing the target set at 15.7%.

Current revenues showed an overshoot of 5.5% when compared to the set target (+ R\$ 562.47 million), driven by equity and tax revenues, which grew by 110.9% (+ R\$ 663.54 million) and 5.3% (+ R\$ 340.80 million), respectively, compared to 2013. ICMS alone grew by 8.4%.

The capital revenues, although they showed a growth of 121.2% over earned in 2013 (+ R\$ 1.354,45 million), amounted to 194.3% of target, considering the mainly due to the volume of transactions Credit performed.

As for the budget balance, considering the RIOPREVIDÊNCIA, the second bimester 2014 closed up 184.4% (+ R\$ 1,114.85 million), largely by surplus capital, since capital revenues exceeded capital expenditures by R\$ 714,01 million and the budget surplus of R\$ 241.36 million of RIOPREVIDÊNCIA presented in the period.

With regard to the primary outcome, we observed that the primary expenditure exceeded the primary revenue by R\$ 943.57 million, resulting deficit. When comparing the result with the second bimester last year, saw an increase in the deficit of R\$ 352.16 million (+59.5%).

Moreover, the implementation of revenue from royalties and special participation of oil expanded in the period, reaching R\$ 1,115.06 million in the second bimester 2014, representing an increase of 125.2% compared to 2013. Variation observed in both revenue royalties (+56.2%; + U.S. \$ 276.42 million) as revenue in appearances (+ 12,839.4%; + R\$ 343.10 million) has as its main justification the untimely accounting (in the first two months of 2014) the amount of R\$ 575.00 million (of which R\$ 230.00 million relate to royalties and special participation at 345.00 million).

RJ State Expenditures for the year 2014 were fixed in State Budget Law in R\$ 77.09 billion, a marked increase (+6.0%), the growth was R\$ 4.35 billion, compared to approved for the year 2013.

By the 2<sup>nd</sup> bimester, the authorized expenditure reached R\$ 78.34 billion, showing a considerable increase of 1.6% over the originally planned, therefore, R\$ 1.25 billion incorporated in the annual budgetary law. Excluding intra-budgetary expenditure from the analysis, the growth was R\$ 1.2 billion, an increase originated by the opening of additional credits, which R\$ 205 million supplemented the State Treasury and R\$ 1 billion to Other Sources of revenues. The main supplement was due to the entry of secured funds, which were not part of the initial budget: R\$ 540 million in Loan (Credit Operation), R\$ 324 million in Covenants and R\$ 342 million in Other Sources of Revenues (financial surpluses and revenue excess).

The additional credits opened this year were applied directly into strategic programs of government. The amount indicated on loan (credit operations), R\$ 444 million was allocated to the implementation of

infrastructure projects, R\$ 72 million for implementation and improvement of highways and R\$ 308 million recovery in the mountainous region.

Regarding the execution, in the second bimester, R\$ 23.68 billion were liquidated, this amount 16.9% higher than in the same period of 2013. Excluding intra-budgetary expenditure and independent public companies (CEDAE and Official Press), the implementation was R\$ 21.36 billion. This amount, R\$ 14.85 billion were supported by funds from the State Treasury and R\$ 6.51 billion from Other Funding Sources, 10.3 % and 19.3 %, respectively, for the 2<sup>nd</sup> bimester of 2013.

The current expenses of the ERJ in two months (R\$ 18.67 billion) recorded growth compared to the values of 2013: 7.6 %, or in absolute values, + R \$ 1.32 billion. Expenses related to group Payroll had highlighted until February: R \$ 5.6 billion settled, an increase of 5.4 % (+ R\$ 286 million). This change was motivated in large part by the improvements that the Government of states has made the careers of Public Safety, Education, Civil Defense servers and Science and Technology.

Other current expenditures of the State accounted for 56.7 % of the liquidated until moment (R\$ 12.12 billion), excluding intra-budgetary expenses, showing growth of 8.7 % compared to 2013. This increase is justified in large part by the payment to retirees and pensioners and the mandatory constitutional transfers. The public health also achieved a significant role of R\$ 457.60 million which were spent on their main activities, an increase of 76.4%.

The resources invested in Investment and Financial Investments totaled R\$ 1.6 billion, an increase of R\$ 1.01 billion in the same period of 2013. The amount paid was essential to fund state actions such as subway lines, the asphalt on the Door and New Town, the Metropolitan Ring Road and Water Supply - PAC.

The Constitutional Mandatory Transfers increase was 3.4 % (+ R\$ 163.58 million). The calculations of partial indexes show the evolution of expenses will be enforced at the end of the year, as established by Law.

Under the constitutional indices, the index of Education showed a small improvement compared to the same period last year (+2.58 percentage point). However, a closer analysis, it can be observed in the implementation of the strengthening ratio: 7.1 % increase in revenue from its base (+ R\$ 757 million), resulting in greater losses (18.4%, +R\$ 480 million).

In Health, the constitutional index also indicated a decrease of 1% compared to 2013. Contacted up growth in base revenues: +7.1% (+ R\$ 758 million), but a reduction in spending settled index: - 5.3% (- R\$ 47 million).

The FAPERJ presented at its base revenue growth (+7.1 %, + R\$ 448 million) and a decrease in expenses paid for the period (-5.6 %, + R\$ 5 million).

The FECAM presented early this year, falls both in its base revenue (+3.3 %, + R\$ 76 million) as liquidated their spending (+10.9 %, R\$ 4 million).



The FEHIS presented at its base revenue growth (+8.3 %, + R\$ 76 million) and executed expenditure (+17.7%).

## I. Economic Outlook

### I.I The Domestic and International Context<sup>1</sup>.

March 2014 began with some instability both in the international financial market and geopolitical scenario, mainly due to the crisis in Ukraine, doubts about the Chinese growth and uncertainty about the end of monetary stimulus adopted by the Fed and the level of U.S. interest rate. Despite this scenario, the end of the two months showed some stability in exchange rates and the stock exchanges around the world, with the return of financial flows towards emerging countries attracted by a higher return on capital.

U.S. monetary authority has been decreasing the economic stimulus program month after month by injecting liquidity via purchase of securities, reaching U.S. \$ 55 billion in April. The interest rate should remain at the same level, between 0% and 0.25% per year until at least early next year, is what signals Janet Yellen, president of the Fed. The main factors influencing this decision are: estimation of vigorous deceleration of GDP in the first bimester, lower than expected growth in industrial production in March, 0.7% versus 1.2% in the previous month; and annualized inflation below 2%.

Across the Atlantic, the real risk of deflation in Europe – interannual inflation was 0.7% in April – combined with the weak performance of GDP in the first bimester – an increase of 0.2% compared with the previous bimester, and 0.9% compared to the same period in 2013 – led the ECB President, Mario Draghi, to signal a future cut in the interest rate from 0.25% to 0.15%, the lowest in history, besides the possibility of adopting additional measures to help keep inflation close to, but below, 2%.

In China, the yuan reversed the assessment which was suffering in recent months by extending the daily fluctuation band of the currency, which aims to arrive at a long-term equilibrium exchange rate according to market rules, which may facilitate further internationalization of the renminbi, another denomination of the yuan. In the short term, this depreciation also increases the liquidity of the financial system, and increase exports, helping to slow the pace of the deceleration that the Chinese economy has been experiencing.

Another important point about China was the release of a study by the World Bank which says that the Chinese economy will surpass the U.S. economy still in 2014, and will become the largest economy in purchasing power parity.

The tension between Russia and Ukraine still shows concern, despite the effects of the crisis still remain restricted to the European continent. There will be presidential elections in Ukraine in late May, which may exacerbate differences in the country, according to the Russian government. The major rating agencies downgraded the risk of credit note of Russia, who has suffered significant outflows of capital with great pressure on the Ruble. The World Bank estimates capital outflow of 150 billion dollars by the end of 2014. Actual consequences of the sanctions imposed on Russia are still uncertain.

In Brazil, the Gross Domestic Product (GDP) recorded low growth (+0.2%) in the first bimester of 2014, compared to the previous bimester, which was already expected by the market. Compared with the same bimester of 2013, up 1.9%. And in 12 months in March, growth of 2.5%. Following trend of 2013, the pace

---

<sup>1</sup> This analysis uses data available to June 12, 2014.

of economic activity in the first bimester was driven by 'Agriculture', which grew 3.6% over the previous bimester and 2.9% compared to the first bimester of 2013. The industrial sector disappointed again when dropped by 0.8% compared with the previous bimester, its worst performance since the second bimester of 2012 (-1.8%). Major sectors are: 'Construction' (-2.3%) and 'Manufacturing industry' (-0.8%), with a decrease mainly in the automotive sector. The service sector also grew, albeit small, in the first bimester of the year compared to the previous bimester (+0.4%). Among the main factors that negatively influenced the outcome: 'Information services' (-5.2%) and 'Trade' (-0.1%).

On the demand side, 'Household consumption' (-0.1%) and 'Gross fixed capital formation' (-2.1%) show that the bad GDP result was no fluke. The result of the first (first decline since the third bimester of 2011) was affected by the fall in credit and frequent increase in interest rates over the past 12 months. The second was mainly influenced by the negative performance of the industrial sector, i.e., 'Manufacturing industry' and 'Construction'. Factors such as political and economic uncertainties and external constraints (trade) should negatively influence the behavior of GDP this year, which should end with a growth of 1.5% (+2.5% in 2013). Expectations for the coming years are: improvements in the global economy, which should impact positively on domestic economic activity from 2015<sup>2</sup>.

Considering the external sector, the balance of trade registered deficit of U.S. \$ 5.57 billion in the first four months of 2014, slightly lower than in the same period of 2013 (deficit of U.S. \$ 6.15 billion). The result was largely due to 'Oil and fuels', presenting even greater deficit than the total (deficit of U.S. \$ 6.10 billion), but less than in the same period of 2013 (deficit of U.S. \$ 8.52 billion). In exports, the highlight was 'Soybeans', with high (value and volume, respectively) of 41% and 56% compared to the 1<sup>st</sup> four months of 2013. For imports, 'Crude oil' and 'Fuel oil' stand out, whose values (together) decreased by 7.7% in the 1<sup>st</sup> bimester 2014 compared to the same period in 2013.

Inflation measured by the variation of the Consumer Price Index (IPCA) changed 0.46% in May 2014, the lowest rate since September 2013. The main contributing factor was 'Transport' (-0.45%), with great weight in the index calculation. Another important segment for the calculation of official inflation, which is showing growth above the overall average, 'Food & Beverage' index increased 0.58% in May and 3.33% YTD through May (2.88% the same period in 2013). In 12 months (May), the general index increased 6.37% (6.50% in the same period of 2013). Even if 'Food & Beverage' presents cumulative index at 12 months (at end of year) lower than last year (+8.48%), market expectations act to the high IPCA in 2014 (+6.47%) compared to 2013 (+5.91%), largely due to expectations of rising administered prices in 2014 (+5.00%)<sup>3</sup>.

The unemployment rate rose to a monthly percentage below 5% (4.9%) in April. IBGE data (PME) show that the reduction in unemployment has been more influenced by the decrease of the economically active population than the increase in the employed population. Between 2013 and 2014 (April), the employed population rose just 0.2%. Between 2012 and 2013, it was 0.9%. The economically active population decreased (-0.8%) between 2013 and 2014 (April), and in 2013 there was an increase of 0.6% over the previous year. Considering the number of registered workers (CAGED), in the first bimester 2014 there was

<sup>2</sup> Global Economic Prospects, World Bank

<sup>3</sup> Focus Bulletin of June 6th, 2014

a decrease compared to the same bimester of the previous year (-16.6%), being strongly influenced by April (-46.5%).

The collection of federal revenues, both administered by the RFB and by other agencies, amounted to R\$ 399.31 billion in the first four months of 2014. This result represented a nominal increase of 7.79% and real increase of 1.78% (IPCA), compared to the same period of 2013. In March 2014, the monthly federal revenue totaled R\$ 86.6 billion, representing an increase of 8.8% in nominal terms and 2.5% in real terms (IPCA) YoY. There was a slowdown in April, with nominal growth of 7.27% and real growth of only 0.93%, compared to the same month of 2013, reaching R\$ 105.9 billion.

Among the several factors that contributed to this result in the year, include: poor performance of economic activity in the four months of the year; drop in the level of confidence in government policy; stabilization of consumption because of the slowdown in credit and rising defaults and inflation; tax cuts; and drop in the collection of taxes calculated based on monthly estimates (income tax/social contribution) in the first bimester, despite recovery from April.

The main actual decreases (IPCA) occurred during the first four months of 2014 over the same period last year were registered in the following tributes: CIDE-Fuels (-15.77%); IPI-Drinks (-10.02%); IOF (-8.84%); CIT (-3.08%); COFINS (-1.23%); PIS/PASEP (-0.59%) and Social Contribution (-0.52%). On the positive side, showed real increases (IPCA): Other income administered by the RFB (+28.21%); IRRF-Income from Abroad (+22.95%); IPI-Cars (+17.78%); IRRF-Capital income (+11.93%); IPI-Tobacco (+10.70%); IRRF- Proceeds of Labor (+7.64%); Import Tax (+5.68%); IPI-Linked imports (+4.29%); IPI-Other (+4.06%); Security Revenue (+2.73%) and PIT (+1.88).

The modest revenue performance observed in the first months of the year 'caught the government by surprise', and put at risk the achievement of the primary surplus target of 1.9% of GDP, mainly because it is an election year. When making the budget, the government predicted real growth rates of between 3.0% and 3.5% per month.

## **I.II Economic Activity in Rio de Janeiro**

*Industry.* The performance of the State Industry fell by 4.2% in April over the previous month. Comparing to the same period last year, the fall accentuates: -6.5%. For Brazil, the movement is repeated in both comparisons, where industrial production decreased 0.3% compared to March, and there is a significant decrease of 5.8% compared to April 2013. Such a situation reflects the uncertainties and adjustments that have characterized international and Brazilian economies. From January to April, the industry of RJ registers negative result of -3.1%, a scenario that repeats when compared to Brazil, which fell 1.2%. In the last 12 months, Rio's industrial sector is down 1.8%, 0.8% growth for the country.

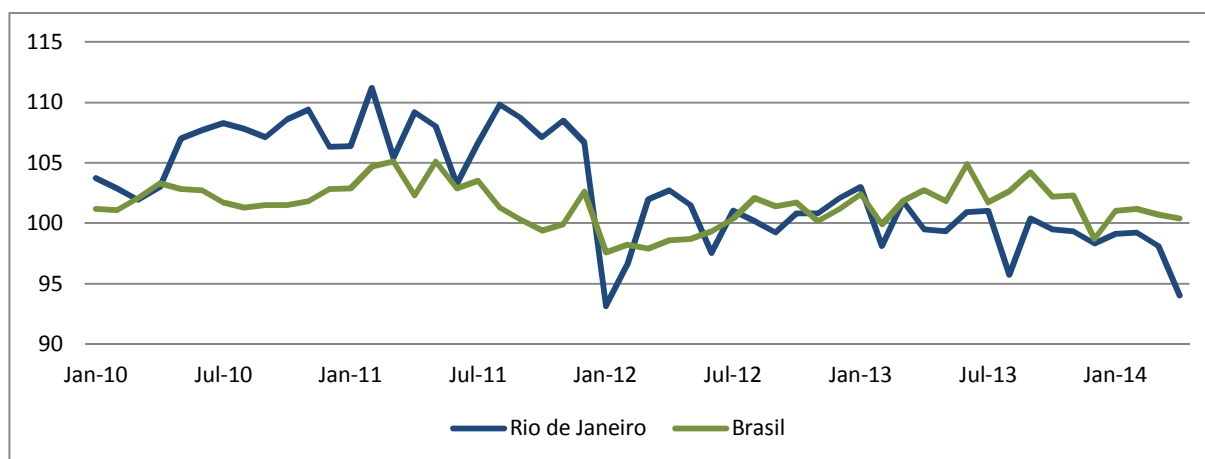
In terms of the main aggregates, Oil & Gas and Mining and Manufacturing Industry of Rio de Janeiro in April fell by 4.2% and 7.2%, respectively, over the same period last year. Nationally, the first reported growth of 4.9% and the second, down 7.1%, compared to the same period of 2013.



The analysis of thirteen activities of the manufacturing industry in the ERJ reveals the slowdown of this sector in the previous month (seasonally unadjusted): seven of these sectors decreased production. The main positive impacts on the industry average were the sectors with the Rubber and Plastic (+15.9%), Publishing, printing and reproduction (+6.7%) and Pharmaceuticals (+6.0%), driven mainly by increased production of plastic articles for household use, tires, plastic plates or sheets of self-adhesive, parts and insulating plastic tubes to machinery, equipment and electrical installations and garbage bags, for the first branch; increase in sales and Cd's, DVD's and magazines, in the second; and driven by the increase in the production of cosmetics and medicines, in the latter. On the other hand, the most important negative contribution came from the Beverage industry (-15.1%). The other negative results were recorded by the branches of Petroleum products and biofuels (-10.7%), Food products (-7.4%), and Other chemical products (-2.4%).

From January to April 2014 compared to the same period of 2013, the industrial production of Rio de Janeiro, faced decrease of 3.1%, largely a result of the fall of seven of the thirteen sectors surveyed. The main negative impact on the overall average was the sector Manufacture of other transport equipment, except motor vehicles (-13.9%), followed by the Motor vehicles, trailers and bodies (-12.8%). It is also worth mentioning the decreases observed in Other chemical products (-10.8%), Petroleum products and biofuels (-5.6%), Pharmaceutical chemicals and pharmaceutical products (-4.5%); all influenced mainly by decreases in the manufacture of chassis fitted with engines for buses or trucks, buses and cars with diesel engine, polypropylene manufacturing, automotive gasoline, lubricating oils and basic medicines. Conversely, Rubber and plastic (9.2%), Manufacture of metal products (8.7%) and Beverages (6.4%) were the most significant positive contributions to the manufacturing industry, driven in large part by the progress achieved in plastic articles for household use, tires, parts and accessories, plastic, for motor vehicles, motorcycles, bicycles and the like and self-adhesive plates or sheets of plastics, the first activity; articles metal parts and fittings in the second; increased consumption of beverages due to events like the World Cup, in the latter.

**Graph 1**  
General Industry - Brazil and Rio de Janeiro - seasonally adjusted (average 2012 = 100)



Source: PIM/IBGE

*Commerce.* The state of Rio de Janeiro had superior growth, compared with Brazil, in the volume of retail sales (and extended retail) in March-April 2014 over the same period last year. Whereas the index of restricted retail sales, growth in Brazil, both in March-April as the YTD, is growing faster than ERJ: +2.7% (BR) and +0.4% (ERJ) in the second two months; +5.0% (BR) and +3.0% (ERJ), YTD through April. In the extended retail sales, the result is negative in March-April for both: ERJ and Brazil (-0.6% and -2.8%, respectively), and higher growth in the ERJ compared to the national average in the YTD (+ 3.0% and +1.6%, respectively).

Only three segments in the state have growth in the volume of sales above the national average in the YTD, 'Fuels and lubricants', 'Hypermarkets, supermarkets, food products, beverages and tobacco' and 'Vehicles, motorcycles, parts and pieces'. The first recorded higher growth in RJ (than the national average) in both the first and in the second two months, reaching a good percentage accumulated in April (+7.1%). The second reversed the unfavorable situation in the first two months, finishing April above the national average (+4.9% and +4.3%, respectively). And the third segment showed higher sales volume in ERJ compared to the national average (+2.7% and -5.3%, respectively) for two reasons: much higher percentage in the first two months in ERJ; and poor results of the national average in the second two months (-12.8%).

It is important to mention that between January and April 2013 only one segment recorded negative results in RJ ('Furniture and household'), not considering the national average. In the same period in 2014, both the ERJ and Brazil, four segments recorded a drop in sales volume, especially 'Books, newspapers, magazines and stationery' (-6.3% and -4.9%, respectively).

**Table 1**  
**Volume of retail sales – variation period over period**

Activity	RJ		BR	
	Mar.-Apr.	Jan.-Apr.	Mar.-Apr.	Jan.-Apr.
Fuels and lubricants	3.6	7.1	2.8	6.4
Hypermarkets, supermarkets, foods, beverages and tobacco	4.0	4.9	3.2	4.3
Textiles, clothing and footwear	-8.4	-1.3	-6.4	-1.2
Furniture and appliances	-4.2	-1.0	3.1	5.5
Pharmaceuticals, medicals, orthopedics, perfumery and cosmetics	-1.1	3.5	7.4	10.7
Books, newspapers, magazines and stationery	-9.9	-6.3	-9.7	-4.9
Equipment and office supplies, computer and communication	-13.4	-6.4	-4.5	-1.5
Other articles of personal and domestic use	-1.8	1.4	5.7	9.5
<b>Retail Trade</b>	<b>0.4</b>	<b>3.0</b>	<b>2.7</b>	<b>5.0</b>
Vehicles, motorcycles, parts and pieces	-2.6	2.7	-12.8	-5.3
Building material	-2.0	3.5	-2.4	3.7
<b>Expanded Retail Trade</b>	<b>-0.6</b>	<b>3.0</b>	<b>-2.8</b>	<b>1.6</b>

Source: PMC/IBGE.

### I.III Labor Market

The economically active population of the metropolitan region of Rio de Janeiro (RMRJ) maintains the downward trend which started in October 2013 (with the exception of Dec/13 and Mar/14); in the year, there is a decrease of 1.1%. In the country, this trajectory is smoother, with continuous decline since November 2013. During the first four months, the decline in the country was 0.7%, slightly lower than in Rio de Janeiro. The reduction in the labor force, as a result, helped in maintaining a low unemployment rate in April 2014, reaching 3.5 in Rio de Janeiro in Brazil and 4.9.

The reductions of the economically active population and unemployment have contributed to the occupation in Rio de Janeiro practically remain constant (-0.1%) in the first four months of 2014, compared with the same period last year. Half of the occupation in the state (in April) consists of registered workers, with growth of 2.4% in the period. Then there is the informal sector (34% of total), with self-employment (-0.5% variation) and unregistered workers (-10.5% variation). Still outnumber the jobs 'Military or civil servants' (+5.4%).

Evaluating the economic sectors in the period, the occupation in Rio de Janeiro was driven by hiring in 'Public administration and defense, social security, education, health and social services' (+5.4%), accounting for 20% of employment in April, and 'Quarrying and processing and production and distribution of electricity, gas and water supply' (+1.8%), corresponding to 12%. On the other hand, the sectors that showed shrinkage in the occupation were: 'Domestic Services' (-9.1%), corresponding to 6%, 'Financial intermediation and real estate activities, rentals and services to the company' (-3.0%), corresponding to 16%, 'Construction' (-2.8%), corresponding to 7%, 'Trade, repair of motor vehicles and personal and household goods' (-1.7%), corresponding to 18% and 'Other services' (-0.1%), corresponding to 20%.

Dealing only of formal jobs, data from CAGED show that the period was net admissions in the State of Rio de Janeiro totaling 14,181 jobs, less than in the previous year (21,078 net admissions in the period). This result is due to the higher volume of net disconnections in the sector 'Trade' (-21,057). Also noteworthy is the 'Public administration' sector, which in the first four months of 2014 generated fewer admissions (-70%) and disconnections (-77%) than in 2013.

As for the average real income of workers in RJRM, at April 2014 prices, there was a substantial real increase (+4.2%) in the year. This growth is higher than in the country (+2.3%) for the same period. It is interesting to note that the average real income of unregistered workers in the state have declined significantly over the period (-7.9%).

### I.IV Inflation

In 2014, the National Consumer Price Index (IPCA) in the State of Rio de Janeiro increased by 1.28% and 0.42% in March and April, respectively. Regarding Brazil, the indices for the same period were 0.92% and 0.67%. It is emphasized that Rio de Janeiro has reached 3.31% in the year, higher than the variation from

the same period of 2013 (0.98%). In the past 12 months, the rate was 7.69%, up from 6.29% in the same period of 2013. Regarding the Brazil, the variation in the year was 2.86%.

In the 2<sup>nd</sup> two months of 2014, the inflation of the last 12 months in the state of Rio de Janeiro has reached 6.80%, exceeding the target for the period, 4.15%. In Brazil, inflation for the same time interval reached 6.28%. The target set by the Central Bank for inflation in 2014 is 4.50%, with a variation of 2 percentage points more or less. To contain inflation, the Monetary Policy Committee – COPOM went ahead with raising the Selic rate, increasing from 10.75% to 11.00%.

**Table 2**  
**Variation of IPCA without seasonal adjustment**

Index 2 <sup>nd</sup> period of two months	RJ		YTD (Apr.)		YoY (Apr.)	
	Jan.	Feb.	RJ	BR	RJ	BR
<b>General Index</b>	<b>1.28</b>	<b>0.42</b>	<b>3.31</b>	<b>2.86</b>	<b>0.59</b>	<b>0.55</b>
Foods and Beverages	2.44	1.20	5.19	4.58	1.02	0.96
Housing	-0.19	0.38	1.94	2.54	0.72	0.62
Household Articles	0.71	0.95	1.27	2.15	-0.42	0.63
Clothing	0.33	0.97	0.74	0.22	0.93	0.65
Transport	2.36	0.09	3.67	1.61	0.22	-0.19
Health and Personal Care	0.31	0.69	2.21	2.69	1.38	1.28
Personal Expenses	2.81	-0.99	4.00	3.55	0.19	0.61
Education	0.26	-0.02	8.25	7.17	0.12	0.10
Communication	-1.81	0.16	1.44	-1.07	-0.51	-0.32

Source: IPCA/IBGE.

In April, groups that have experienced the greatest increases were: 'Food & Drink' (1.20%), driven mainly by increased potato which reached 19.09%; 'Clothing' (0.97%), due to the increase of 1.26% of the clothes; and 'Household Articles' (0.95%), driven primarily by an increase of 10.63% in the repair and maintenance item.

Converse, the groups 'Personal expenses' and 'Education' declined by 0.99% and 0.02%, respectively. The first influenced by the reduction of 1.37% in recreation, and the latter driven by a reduction of 0.02% in regular courses.



## I.V External Sector

The exports through RJ amounted to U.S. \$ 5.5 billion in the year, down 14.2% over the same period of 2013. This result was due to the an increase in March 2013, when exports for the month totaled \$ 2.7 billion, with an average for remaining months of 2013 (January, February and April) equal to U.S. \$ 1.2 billion, closer to the monthly average for the first four months of 2014: U.S. \$ 1.4 billion. On the import side, there was an increase in the period of entry of goods (1.3%) equal to U.S. \$ 7.4 billion. Imports increased in April 2014, compared with the same month last year, considering that in the first bimester were in decline (-10.9%). For the period as a whole, it can be observed a significant increase in the import of crude oil (+26.6%), which corresponds to 20% of the total. The deficit in the year 2014 was U.S. \$ 1.9 billion, higher than in the same period of 2013, when the deficit was U.S. \$ 0.92 billion.

## I. Panorama Econômico

### I.I O Contexto Internacional e Doméstico<sup>4</sup>.

O mês de março de 2014 começou com certa instabilidade tanto no mercado financeiro internacional quanto no cenário geopolítico, principalmente devido à crise na Ucrânia, dúvidas em relação ao crescimento chinês e incertezas quanto ao fim dos estímulos monetários adotados pelo FED e ao nível da taxa de juros norte-americana. Apesar deste cenário, o final do bimestre apresentou certa estabilidade das taxas de câmbio e nas bolsas de valores mundo afora, com a volta de fluxos financeiros em direção aos países emergentes atraídos por uma maior rentabilidade do capital.

A autoridade monetária norte-americana vem diminuindo mês a mês o programa de estímulo econômico através da injeção de liquidez via compra de títulos, chegando a US\$ 55 bilhões em abril. A taxa de juros deve permanecer no mesmo patamar, entre 0% e 0,25% aa, até pelo menos o início do ano que vem, é o que vem sinalizando Janet Yellen, presidente do FED. Os principais fatores que influenciaram essa decisão são: estimativa de vigorosa desaceleração do PIB no primeiro trimestre do ano, crescimento abaixo do esperado da produção industrial em março, de 0,7% ante 1,2% no mês anterior; e inflação anualizada abaixo de 2%.

Do outro lado do Atlântico, o risco concreto de deflação na Europa – inflação interanual ficou em 0,7% em abril – aliado ao fraco desempenho do PIB no primeiro trimestre – crescimento de 0,2%, em comparação com o trimestre anterior, e de 0,9% em relação ao mesmo período de 2013 – levou o presidente do BCE, Mario Draghi, a sinalizar um futuro corte na taxa de juros, de 0,25% para 0,15%, a menor da história, além da possibilidade de adoção de medidas adicionais que ajudem a manter a inflação próxima, mas inferior, a 2%.

Na China, o yuan inverteu a tendência de apreciação que vinha sofrendo nos últimos meses através da ampliação da banda diária de flutuação da moeda que tem como objetivo de longo prazo chegar em uma taxa de câmbio de equilíbrio, segundo regras de mercado, que possa facilitar uma maior internacionalização do renminbi, outra denominação do yuan. No curto prazo, essa depreciação também amplia a liquidez do sistema financeiro, além de aumentar as exportações, contribuindo para diminuir o ritmo da desaceleração que vinha passando a economia chinesa.

Outro ponto relevante sobre a China foi a divulgação de um estudo, realizado pelo Banco Mundial, que afirma que a economia chinesa ultrapassará a economia norte-americana ainda em 2014, e se tornará a maior economia do mundo em paridade do poder de compra.

A tensão entre Rússia e Ucrânia ainda se mostra preocupante, apesar dos efeitos da crise ainda permanecerem restritos ao continente europeu. Haverá eleições presidenciais na Ucrânia no final de maio, o que pode agravar as diferenças no país, segundo o governo russo. As principais agências de classificação de risco rebaixaram a nota de crédito da Rússia, que vem sofrendo forte fuga de capitais com grande pressão sobre o rublo. O Banco Mundial estima saída de fluxo financeiro de 150 bilhões de dólares até o final de 2014. As consequências efetivas das sanções impostas à Rússia seguem incertas.

<sup>4</sup> Esta análise utiliza dados disponíveis até 16/04/2014.

No Brasil, o Produto Interno Bruto (PIB) registrou baixo crescimento (+0,2%) no primeiro trimestre de 2014, em relação ao trimestre imediatamente anterior, o que já era esperado pelo mercado. Na comparação com o mesmo trimestre de 2013, alta de 1,9%. E no acumulado em 12 meses em março, variação de 2,5%. Seguindo tendência verificada em 2013, o ritmo da atividade econômica no primeiro trimestre do ano foi puxado por 'Agropecuária', que cresceu 3,6% relativamente ao trimestre anterior e 2,9% na comparação com o primeiro trimestre de 2013. Já o setor industrial desapontou novamente ao registrar queda de 0,8% em comparação com o trimestre anterior, o pior resultado desde o segundo trimestre de 2012 (-1,8%). Os principais responsáveis são: 'Construção Civil' (-2,3%) e 'Indústria de Transformação' (-0,8%), com quedas principalmente no setor automobilístico. O setor de serviços também apresentou alta, embora reduzida, no primeiro trimestre do ano em relação ao trimestre anterior (+0,4%). Dentre os principais fatores que influenciaram negativamente o resultado: 'Serviços de informação' (-5,2%) e 'Comércio' (-0,1%).

Pela ótica da demanda, 'Consumo das Famílias' (-0,1%) e 'Formação Bruta de Capital Fixo' (-2,1%) mostram que o resultado ruim do PIB não foi por acaso. O resultado do primeiro (primeira queda desde o terceiro trimestre de 2011) foi afetado pela queda do crédito e o aumento frequente das taxas de juros nos últimos 12 meses. Já o segundo foi influenciado principalmente pelo comportamento negativo do setor industrial, isto é, dos segmentos 'Indústria da Transformação' e 'Construção Civil'. Fatores como incertezas políticas e econômicas e restrições externas (comerciais) devem influenciar negativamente o comportamento do PIB neste ano, que deve fechar com alta de 1,5% (+2,5% em 2013). As expectativas para os próximos anos são de melhoras no cenário econômico mundial, o que deve impactar favoravelmente na atividade econômica doméstica a partir de 2015<sup>5</sup>.

Considerando o setor externo, a balança comercial registrou no primeiro quadrimestre de 2014 saldo negativo de US\$ 5,57 bi, um pouco inferior ao déficit registrado no mesmo período de 2013 (US\$ - 6,15 bi). O grande responsável pelo resultado foi 'Petróleo e Derivados' ao apresentar déficit ainda superior ao total (US\$ - 6,10 bi), mas inferior ao registrado no mesmo período de 2013 (US\$ - 8,52 bi). Nas exportações, o destaque foi 'soja em grão', com altas (em valor e volume, respectivamente) de 41% e 56% em relação ao 1º quadrimestre de 2013. Nas importações, destaque para 'óleos brutos de petróleo' e 'óleos combustíveis'. As importações de ambos (somados) diminuíram 7,7% no 1º quadrimestre de 2014 em comparação com o mesmo período de 2013.

A inflação medida pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) apresentou variação de 0,46% em maio de 2014, a menor taxa desde setembro de 2013. O principal fator de contribuição foi o setor de 'Transportes' (-0,45%), com grande peso no cálculo do índice. Outro segmento de grande importância para o cálculo da inflação oficial, e que vem apresentando altas acima da média geral, 'Alimentação e bebidas' registrou variação de 0,58% em maio e 3,33% no acumulado do ano até maio (2,88% no mesmo período em 2013). No acumulado em 12 meses (em maio), o índice geral variou 6,37% (6,50% no mesmo período de 2013). Mesmo que 'Alimentação e bebidas' apresente, ao final do ano, um acumulado (em 12 meses) inferior ao do ano passado (+8,48%), as expectativas de mercado

<sup>5</sup> Global Economic Prospects, Banco Mundial.

atuam no sentido de alta do IPCA em 2014 (+6,47%) na comparação com 2013 (+5,91%), muito em função das expectativas de alta dos preços administrados em 2014 (+5,00%)<sup>6</sup>.

A taxa de desocupação voltou a atingir um percentual mensal em abril abaixo de 5% (4,9%). Dados do IBGE (PME) mostram que a redução da taxa de desemprego tem sido mais influenciada pela diminuição da população economicamente ativa que pelo aumento da população ocupada. Entre 2013 e 2014 (abril), a população ocupada cresceu apenas 0,2%. Entre 2012 e 2013, o mesmo foi de 0,9%. Já a PEA apresentou redução (-0,8%) entre 2013 e 2014 (abril), sendo que em 2013 houve aumento de 0,6% em relação ao ano anterior. Considerando o número de postos de trabalho com carteira assinada (CAGED), no primeiro quadrimestre de 2014 foi registrada queda em relação ao mesmo quadrimestre do ano anterior (-16,6%), sendo bastante influenciada pelo mês de abril (-46,5%).

A arrecadação das receitas federais, tanto administradas pela RFB quanto por outros órgãos, atingiu o valor de R\$ 399,3 bilhões no primeiro quadrimestre de 2014. Esse resultado representou o aumento nominal de 7,79% e real de 1,78% (IPCA), em relação ao mesmo período de 2013. Em março de 2014, a arrecadação federal mensal somou R\$ 86,62 bilhões, o que representou o aumento de 8,8% em termos nominais e de 2,5% em termos reais (IPCA), comparando-se com o mesmo mês do ano anterior. Houve desaceleração em abril, com crescimento nominal de 7,27% e crescimento real de apenas 0,93%, ante o mesmo mês de 2013, chegando ao valor de R\$ 105,9 bilhões.

Entre os diversos fatores que contribuíram para esse resultado no acumulado do ano, destacam-se: fraco desempenho da atividade econômica nos quatro meses do ano; queda no nível de confiança nas políticas adotadas pelo governo; estabilização do consumo em virtude da desaceleração do crédito e aumento da inadimplência e da inflação; desonerações tributárias; e redução na arrecadação dos tributos apurados com base na estimativa mensal (IRPJ/CSLL) no primeiro bimestre, apesar da recuperação a partir de abril.

Os principais decréscimos reais (IPCA) verificados no primeiro quadrimestre de 2014, em relação ao mesmo período do ano anterior, foram registrados nos seguintes tributos: Cide-Combustíveis (-15,77%); IPI-Bebidas (-10,02%); IOF (-8,84%); IRPJ (-3,08%); COFINS (-1,23%); PIS/PASEP (-0,59%) e CSLL (-0,52%). Pelo lado positivo, apresentaram aumentos reais (IPCA): Outras Receitas administradas pela RFB (+28,21%); IRRF-Rendimentos de Residentes no Exterior (+22,95%); IPI-Automóveis (+17,78%); IRRF-Rendimentos de Capital (+11,93%); IPI-Fumo (+10,70%); IRRF-Rendimentos do Trabalho (+7,64%); Imposto de Importação (+5,68%); IPI-Vinculado à importação (+4,29%); IPI-Outros (+4,06%); Receita Previdenciária (+2,73%) e IRPF (+1,88).

O modesto desempenho da arrecadação observado nos primeiros meses do ano 'pegou o governo de surpresa', e colocou em risco o cumprimento da meta de superávit primário de 1,9% do PIB, principalmente por ser um ano eleitoral. Quando da confecção do orçamento, o governo previa taxas de crescimento real entre 3,0% e 3,5% ao mês.

---

<sup>6</sup> Boletim Focus, 06/06/2014.



## I.II Atividade Econômica no Rio de Janeiro

*Indústria.* O desempenho da indústria fluminense em abril teve queda de 4,2% em relação ao mês anterior. Já quando comparado ao mesmo período do ano anterior, a queda de acentua ainda mais: -6,5%. Para o Brasil, o movimento repete-se em ambas as comparações, onde a produção industrial apresentou queda de 0,3% em relação a março, e queda significativa de 5,8% em relação a abril de 2013. Tal quadro reflete as incertezas e ajustes que têm caracterizado as economias internacional e brasileira. No acumulado de janeiro a abril, a indústria fluminense registra resultado negativo de -3,1%, cenário que se repete quando comparado a Brasil, que registrou queda de 1,2%. No acumulado dos últimos 12 meses, o setor industrial fluminense acumula queda de 1,8%, crescimento de 0,8% para país.

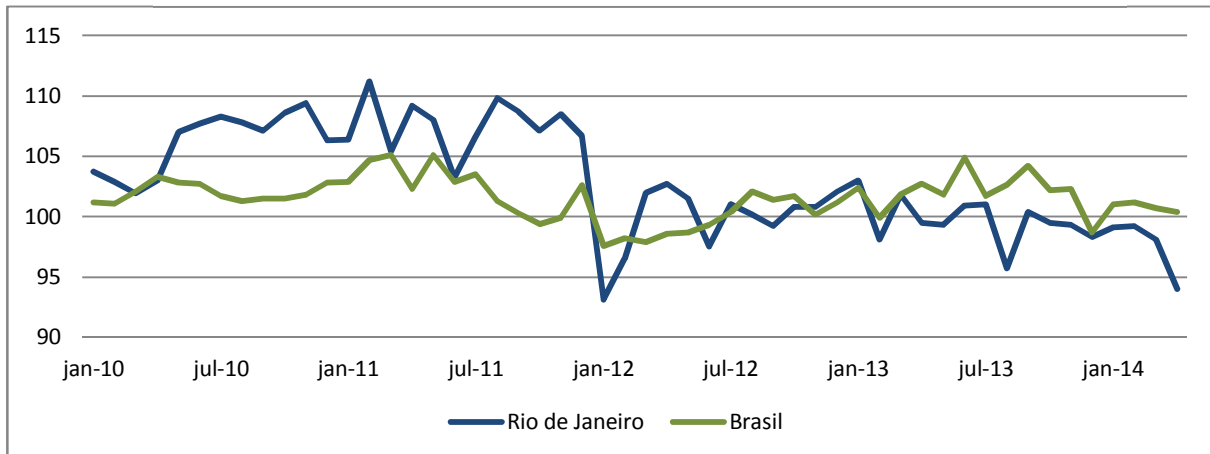
Em termos dos principais agregados, a indústria extrativa e de transformação fluminense em abril apresentaram queda de 4,2% e 7,2%, respectivamente, em relação ao mesmo período do ano anterior. No âmbito nacional, as indústrias de extração e transformação apresentaram crescimento de 4,9% e queda de 7,1%, respectivamente, em relação ao mesmo período de 2013.

A análise das treze atividades industriais em que o setor é desagregado no ERJ revela desaceleração na atividade industrial fluminense em relação ao mês anterior (sem ajuste sazonal): sete desses setores apresentaram queda da produção. Os principais impactos positivos sobre a média da indústria ficaram com os setores de Borracha e Plástico (+15,9%), Edição, Impressão e Reprodução (+6,7%) e Produtos Farmacêuticos (+6,0%), impulsionados, sobretudo, pela maior fabricação de artigos de plástico para uso doméstico, pneus, chapas ou folhas autoadesivas de plástico, peças e tubos isolantes de plástico para máquinas, aparelhos e instalações elétricas e sacos de lixo, no primeiro; aumento nas vendas e Cd's, DVD's e revistas, no segundo; e impulsionado pelo aumento na produção de cosméticos e medicamentos, no último. Por outro lado, a contribuição negativa mais importante veio da indústria de Bebidas (-15,1%). Os demais resultados negativos foram registrados pelos ramos de produtos derivados de Petróleo e Biocombustíveis (-10,7%), Produtos Alimentícios (-7,4%), e Outros Produtos Químicos (-2,4%).

De janeiro a abril de 2014, comparado ao mesmo período de 2013, a produção industrial do Rio de Janeiro, assinalou recuo de 3,1%, em grande parte resultado da queda de sete dos treze setores pesquisados. O principal impacto negativo sobre a média global ficou com o setor Fabricação de Outros Equipamentos de Transporte, exceto veículos automotores (-13,9%), seguido pelo setor de Veículos Automotores, Reboques e Carrocerias (-12,8%). Vale citar também os recuos observados em Outros Produtos Químicos (-10,8%), Produtos Derivados do Petróleo e Biocombustíveis (-5,6%), Produtos Farmoquímicos e Farmacêuticos (-4,5%); todos influenciados, principalmente, pelas retrações na fabricação de chassis com motor para ônibus ou para caminhões, ônibus e automóveis com motor a diesel, fabricação polipropileno, gasolina automotiva, óleos lubrificantes básicos e medicamentos. Em sentido oposto, Borracha e Plástico (9,2%), Fabricação de Produtos de Metal (8,7%) e Bebidas (6,4%), exerceram as contribuições positivas mais relevantes sobre o total da indústria, impulsionadas, em grande parte, pelos avanços verificados em artigos de plástico para uso doméstico, pneus, peças e acessórios de plástico para veículos automotores, motocicletas, bicicletas e similares e chapas ou folhas autoadesivas de plásticos, na primeira atividade; artigos de metal como peças e acessórios, na segunda; aumento no consumo de bebidas devido a eventos como a Copa do Mundo, na última.

Gráfico 1

Indústria Geral – Brasil e Rio de Janeiro – com ajuste sazonal (média de 2012 = 100)



Fonte: PIM/IBGE

**Comércio.** O estado do Rio de Janeiro apresentou crescimento superior, em comparação com o Brasil, no volume de vendas do comércio varejista (e varejista ampliado) no segundo bimestre de 2014, comparado com o mesmo bimestre do ano anterior. Considerando o índice de comércio varejista restrito, o crescimento do volume de vendas brasileiro, tanto no segundo bimestre quanto no acumulado no ano, é superior ao crescimento do ERJ: +2,7% (BR) e +0,4% (ERJ), no segundo bimestre; +5,0% (BR) e +3,0% (ERJ), no acumulado no ano. No comércio varejista ampliado, resultados negativos no segundo bimestre tanto para o ERJ quanto para o Brasil (-0,6% e -2,8%, respectivamente), e crescimento superior no ERJ em relação à média nacional no acumulado no ano (+3,0% e +1,6%, respectivamente).

Apenas três segmentos no ERJ têm crescimento no volume de vendas superior à média nacional, no acumulado no ano: 'Combustíveis e Lubrificantes', 'Hipermercados, Supermercados, Produtos Alimentícios, Bebidas e Fumo' e 'Veículos, Motocicletas, Partes e Peças'. O primeiro registrou crescimento superior no ERJ (em relação à média nacional) tanto no primeiro bimestre quanto no segundo, alcançando um bom percentual no acumulado em abril (+7,1%). O segundo reverteu situação desfavorável no primeiro bimestre e terminou o mês de abril em situação superior à média nacional (+4,9% e +4,3%, respectivamente). E o terceiro segmento citado apresentou alta no volume de vendas superior no ERJ em relação à média nacional (+2,7% e -5,3%, respectivamente) por dois motivos: percentual bem superior no ERJ no primeiro bimestre; e péssimo resultado da média nacional no segundo bimestre (-12,8%).

É importante mencionar que entre janeiro e abril de 2013 apenas um segmento registrou resultado negativo no ERJ ('Móveis e Eletrodomésticos'), e nenhum considerando a média nacional. No mesmo período de 2014, tanto o ERJ quanto o Brasil, quatro segmentos registraram queda no volume de vendas, com destaque para 'Livros, Jornais, Revistas e Papelaria' (-6,3% e -4,9%, respectivamente).

**Tabela 1**
**Volume de vendas do comércio varejista – variações em relação a igual período do ano anterior (%)**

Atividade	RJ		BR	
	Mar-Abr	Jan-Abr	Mar-Abr	Jan-Abr
Combustíveis e lubrificantes	3,6	7,1	2,8	6,4
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	4,0	4,9	3,2	4,3
Tecidos, vestuário e calçados	-8,4	-1,3	-6,4	-1,2
Móveis e eletrodomésticos	-4,2	-1,0	3,1	5,5
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	-1,1	3,5	7,4	10,7
Livros, jornais, revistas e papelaria	-9,9	-6,3	-9,7	-4,9
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	-13,4	-6,4	-4,5	-1,5
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	-1,8	1,4	5,7	9,5
<b>Comércio varejista</b>	<b>0,4</b>	<b>3,0</b>	<b>2,7</b>	<b>5,0</b>
Veículos, motocicletas, partes e peças	-2,6	2,7	-12,8	-5,3
Material de construção	-2,0	3,5	-2,4	3,7
<b>Comércio varejista ampliado</b>	<b>-0,6</b>	<b>3,0</b>	<b>-2,8</b>	<b>1,6</b>

*Fonte: PMC/IBGE*

### I.III Mercado de Trabalho

A população economicamente ativa da região metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ) mantém a trajetória decrescente iniciada em outubro de 2013 (com exceção de dez/13 e mar/14); no ano, registra-se o recuo de 1,1%. No país, essa trajetória é mais suave, com queda contínua desde novembro de 2013. Nos primeiros quatro meses, o recuo no país foi de 0,7%, ligeiramente inferior ao observado no Rio de Janeiro. A redução da PEA, em consequência, auxiliou na manutenção de uma baixa taxa de desocupação em abril de 2014, chegando a 3,5 no Rio de Janeiro e 4,9 no Brasil.

As reduções da população economicamente ativa e da desocupação contribuíram para a ocupação no Rio de Janeiro praticamente manter-se constante (-0,1%) nos primeiros quatro meses de 2014, quando comparado com igual período do ano anterior. Observa-se que metade da ocupação no estado (em abril) é de postos de trabalho 'Com carteira assinada', com variação de 2,4% no período. Em seguida, encontra-se o setor informal (34% do total), com empregos 'Contra Própria' (-0,5% variação) e 'Sem Carteira Assinada' (-10,5% variação). Ainda se sobressaem os postos de trabalho 'Militares ou Funcionários Públicos Estatutários' (+5,4%).

Avaliando os setores econômicos no período, a ocupação no Rio de Janeiro foi impulsionada pelas contratações no setor 'Administração Pública, Defesa, Seguridade Social, Educação, Saúde e Serviços Sociais' (+5,4%), correspondendo a 20% da ocupação em abril, e 'Indústria Extrativa e de Transformação e Produção e Distribuição de Eletricidade, Gás e Água' (+1,8%), correspondendo a 12%. Por outro lado, os setores que apresentaram retração na ocupação foram: 'Serviços Domésticos' (-9,1%), correspondendo a 6%, 'Intermediação Financeira e Atividades Imobiliárias, Aluguéis e Serviços Prestados à Empresa' (-3,0%), correspondendo a 16%, 'Construção' (-2,8%), correspondendo a 7%, 'Comércio, Reparação de Veículos Automotores e de Objetos Pessoais e Domésticos' (-1,7%), correspondendo a 18%, e 'Outros Serviços' (-0,1%), correspondendo a 20%.

Tratando apenas dos empregos com carteira assinada, os dados do CAGED mostram que no período houve admissões líquidas no Estado do Rio de Janeiro no total de 14.181 postos, resultado inferior ao observado no ano anterior (21.078 admissões líquidas no período). Este resultado é decorrente do maior volume de desligamentos líquidos no setor 'Comércio' (-21.057). Destaca-se também o setor 'Administração Pública', que nos quatro primeiros meses de 2014 gerou menor número de Admissões (-70%) e de Desligamento (-77%) que em 2013.

Quanto ao rendimento médio real – preços de abril de 2014 – dos trabalhadores na RMRJ, houve aumento real expressivo (+4,2%) no ano. Este crescimento é superior ao observado no país (+2,3%) para o mesmo período. É interessante observar que o rendimento médio real dos trabalhadores sem carteira assinada no estado recuou significativamente no período (-7,9%).

#### **I.IV Inflação**

Em 2014, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) no Estado do Rio de Janeiro registrou variação de 1,28% e 0,42%, nos meses de março e abril, respectivamente. Em relação ao Brasil, os índices apresentados no mesmo período foram de 0,92% e 0,67%. Ressalta-se que o Rio de Janeiro alcançou 3,31% no acumulado do ano, variação superior à do mesmo período de 2013 (1,85%). Nos últimos 12 meses, a variação foi de 7,69%, acima dos 6,29% registrados no mesmo período de 2013. No que tange ao Brasil, o acumulado no ano foi 2,86%.

No 2º bimestre de 2014, a inflação dos últimos 12 meses no estado do Rio de Janeiro atingiu 6,80%, ultrapassando a meta prevista para o período, 4,15%. Já no Brasil, a inflação para o mesmo intervalo de tempo alcançou 6,28%. A meta estabelecida pelo Banco Central para inflação em 2014 é 4,50%, com variação de 2 p.p. para mais ou para menos. Para conter o processo inflacionário, o Comitê de Política Monetária – COPOM deu prosseguimento ao processo de elevação da taxa SELIC, aumentando de 10,75% para 11,00%.

**Tabela 2**
**Variação do IPCA sem ajuste sazonal (%)**

Índice 1º Bimestre	RJ		No ano (abr)		Em 12 meses (abr)	
	Mar	Abr	RJ	BR	RJ	BR
<b>Índice Geral</b>	<b>1,28</b>	<b>0,42</b>	<b>3,31</b>	<b>2,86</b>	<b>0,59</b>	<b>0,55</b>
Alimentação e bebidas	2,44	1,20	5,19	4,58	1,02	0,96
Habitação	-0,19	0,38	1,94	2,54	0,72	0,62
Artigos de Residência	0,71	0,95	1,27	2,15	-0,42	0,63
Vestuário	0,33	0,97	0,74	0,22	0,93	0,65
Transportes	2,36	0,09	3,67	1,61	0,22	-0,19
Saúde e Cuidados Pessoais	0,31	0,69	2,21	2,69	1,38	1,28
Despesas Pessoais	2,81	-0,99	4,00	3,55	0,19	0,61
Educação	0,26	-0,02	8,25	7,17	0,12	0,10
Comunicação	-1,81	0,16	1,44	-1,07	-0,51	-0,32

Fonte: IPCA/IBGE.

Em abril, os grupos que sofreram os maiores aumentos foram: 'Alimentação e Bebidas' (1,20%), influenciado principalmente pelo aumento da batata inglesa que atingiu 19,09%; 'Vestuário' (0,97%), em função do crescimento de 1,26% das roupas; e 'Artigos de Residência' (0,95%), estimulado principalmente pelo aumento de 10,63% no item Consertos e Manutenção.

Já os grupos 'Despesas Pessoais' e 'Educação' apresentaram queda de 0,99% e 0,02%, respectivamente. O primeiro influenciado pela redução de 1,37% nos preços no item recreação, e o último impulsionado pela redução de 0,02% nos preços dos cursos regulares.

#### I.V Setor Externo

As exportações realizadas pelo RJ alcançaram US\$ 5,5 bilhões no ano, queda de 14,2% em relação a igual período de 2013. Este resultado se deu aumento observado em março de 2013, quando as exportações no mês totalizaram US\$ 2,7 bilhões, sendo a média dos demais meses de 2013 (janeiro, fevereiro e abril) igual a US\$ 1,2 bilhão, mais próximo à média mensal para os quatro primeiros meses de 2014: US\$ 1,4 bilhão. Do lado das importações, no período houve aumento de entrada de mercadorias (1,3%), alcançando US\$ 7,4 bilhões. As importações aumentaram em abril de 2014, em comparação com igual mês do ano anterior, tendo em vista que no primeiro trimestre estavam em queda (-10,9%). No período como um todo, pode-se observar o aumento significativo na importação de óleo bruto (+26,6%), que corresponde a 20% do valor total. O saldo no ano em 2014 foi de déficit de US\$ 1,9 bilhão, superior ao obtido no mesmo período de 2013, quando o déficit foi de US\$ 0,92 bilhão.

## II. Metas Bimestrais de Arrecadação e Cronograma de Desembolso do Estado do Rio de Janeiro

As receitas e metas bimestrais de arrecadação para 2014 foram divulgadas no Anexo I da Resolução SEFAZ N° 723 de Fevereiro de 2014.

### - Receita Total Realizada

**Bimestre: R\$ 13.378,65 milhões / 115,7% da meta realizada.**  
**Acumulado: R\$ 27.502,46 milhões / 108,0% da meta realizada.**

**Tabela 3**

#### Metas de Receita

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	META DE RECEITA (MAR - ABR) 2014	RECETA REALIZADA (MAR - ABR) 2014	% REALIZADO SOBRE A META DO BIMESTRE	META DE RECEITA (JAN - ABR) 2014	RECETA REALIZADA (JAN - ABR) 2014	% REALIZADO SOBRE A META ACUMULADA
RECITAS CORRENTES <sup>(1)</sup>	10.224,98	10.787,45	105,5%	22.058,17	23.640,44	107,2%
RECITAS DE CAPITAL <sup>(1)</sup>	1.333,64	2.591,20	194,3%	3.408,12	3.862,02	113,3%
<b>TOTAL</b>	<b>11.558,62</b>	<b>13.378,65</b>	<b>115,7%</b>	<b>25.466,29</b>	<b>27.502,46</b>	<b>108,0%</b>

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro em 20/05/2014.

Nota: Segundo artigo 13º da LRF.

(1) Valores incluem Receitas Intraorçamentárias.

As receitas correntes<sup>7</sup> são os ingressos de recursos financeiros oriundos das atividades operacionais que não decorrem de uma mutação patrimonial, ou seja, são receitas efetivas.

Já as receitas de capital<sup>8</sup> são as entradas de recursos financeiros decorrentes de atividades operacionais ou não operacionais derivadas da obtenção de recursos mediante a constituição de dívidas, amortização de empréstimos e financiamentos ou alienação de componentes do ativo permanente.

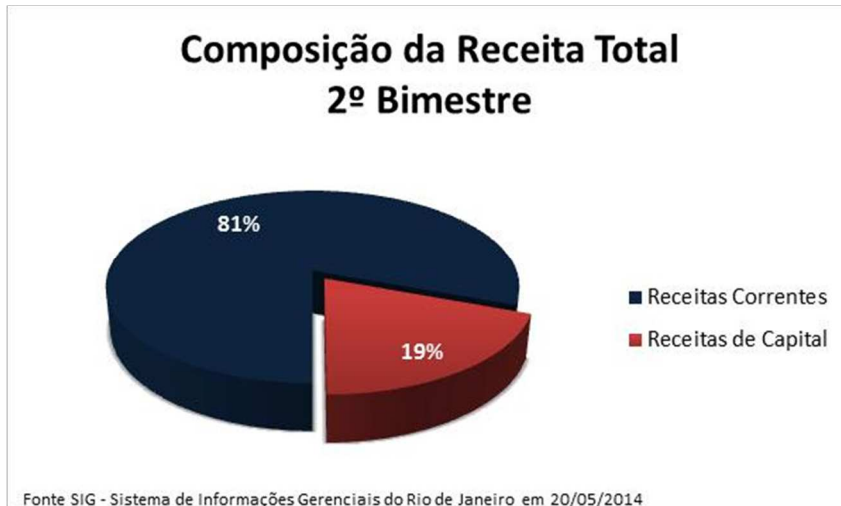
No segundo bimestre de 2014, a receita total realizada, que equivale à soma das receitas correntes e de capital, totalizou R\$ 13.378,65 milhões (115,7% da meta prevista).

***No segundo bimestre de 2014, a receita total foi de R\$ 13.378,65 milhões.***

<sup>7</sup> Fonte: Manual de Procedimentos de Receitas Públicas do Tesouro Nacional, página 24, 4ª Edição.

<sup>8</sup> Fonte: Manual de Procedimentos de Receitas Públicas do Tesouro Nacional, página 27, 4ª Edição.

Gráfico 2

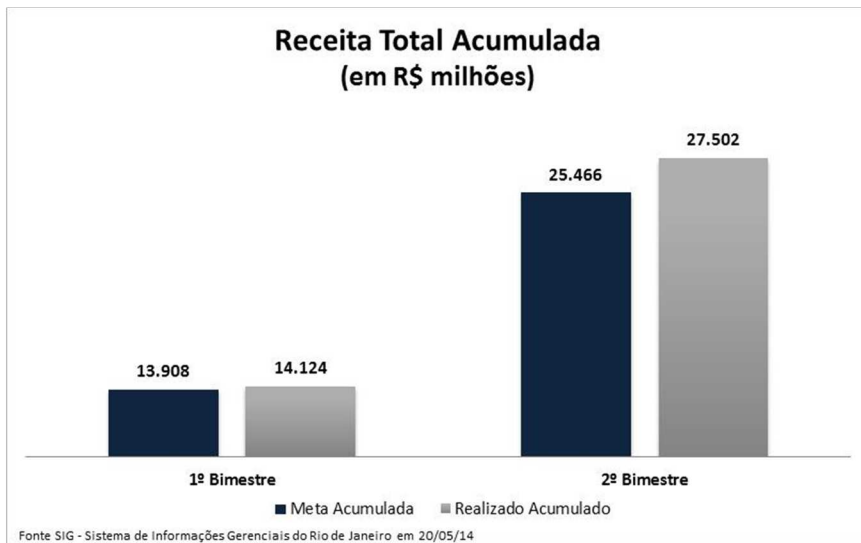


No bimestre, as receitas correntes contribuíram para o resultado das receitas do Estado, uma vez que tiveram uma variação de 5,5% quando comparadas a meta estipulada (+ R\$ 562,47milhões), principalmente devido à contabilização referente à cessão definitiva de créditos de Royalties e Participações Especiais, pertencentes ao Banco do Brasil e à Caixa Econômica Federal, conforme contrato firmado e mencionado no Boletim de Transparência do bimestre passado. Já as receitas de capital ultrapassaram em 94,3% da meta bimestral, principalmente devido às operações de crédito que superaram a meta prevista em R\$ 2.302,68 milhões no bimestre.

No acumulado até abril, a receita total foi de R\$ 27.502,46 milhões, o que representou 108% da meta estabelecida. Decompondo este valor, destaca-se o desempenho das receitas de operações de crédito (410,3% da meta, + R\$ 2.698,38 milhões), contribuições (127,3% da meta, + R\$ 122,34 milhões) e patrimonial (116,8% da meta, + R\$ 409,18 milhões).

*As receitas correntes desempenharam papel essencial no resultado das receitas totais no segundo bimestre de 2014, representando aproximadamente 81% do total.*

Gráfico 3



*No acumulado de 2014, a receita total atingiu 108% da meta prevista para o período.*



## - Receita Corrente Realizada

**Bimestre: R\$ 10.787,45 milhões / 105,5% da meta realizada.**

**Acumulado: R\$ 23.640,44 milhões / 107,2% da meta realizada.**

**Tabela 4**  
**Metas de Receita**

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	META DE RECEITA (MAR - ABR) 2014	RECETA REALIZADA (MAR - ABR) 2014	% REALIZADO SOBRE A META DO BIMESTRE	META DE RECEITA (JAN - ABR) 2014	RECETA REALIZADA (JAN - ABR) 2014	% REALIZADO SOBRE A META ACUMULADA
<b>RECETAS CORRENTES (1)</b>	<b>10.224,98</b>	<b>10.787,45</b>	<b>105,5%</b>	<b>22.058,17</b>	<b>23.640,44</b>	<b>107,2%</b>
TRIBUTÁRIA	7.407,21	6.761,86	91,3%	15.035,16	14.878,29	99,0%
CONTRIBUIÇÕES	224,50	324,94	144,7%	448,68	571,02	127,3%
PATRIMONIAL	588,23	1.261,67	214,5%	2.433,15	2.842,32	116,8%
AGROPECUÁRIA	0,08	0,02	18,7%	0,16	0,02	13,3%
INDUSTRIAL	32,83	18,37	56,0%	65,66	50,16	76,4%
SERVIÇOS	80,11	40,77	50,9%	155,34	113,99	73,4%
TRANSF. CORRENTES	1.011,47	978,22	96,7%	2.196,50	2.169,96	98,8%
OUTRAS	319,17	254,92	79,9%	607,78	772,18	127,0%
INTRAORÇAMENTÁRIA	561,37	1.146,68	204,3%	1.115,74	2.242,51	201,0%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro em 20/05/2014.

Nota: Segundo artigo 13º da LRF.

(1) Valores incluem Receitas Intraorçamentárias.

As receitas correntes são classificadas nos seguintes níveis de origem<sup>9</sup>:

a) Receita Tributária: Arrecadação de impostos, taxas e contribuições de melhoria.

b) Receita de Contribuições: Contribuições sociais, de intervenção no domínio econômico e de interesse das categorias profissionais ou econômicas.

c) Receita Patrimonial: Rendimentos sobre investimentos do ativo permanente, de aplicações de disponibilidades em operações de mercado e outros rendimentos oriundos de renda de ativos permanentes.

d) Receita Agropecuária: Receita da atividade ou da exploração agropecuária de origem vegetal ou animal.

e) Receita Industrial: Receita da atividade industrial de extração mineral, de transformação, de construção e outras, definidas como

**No segundo bimestre de 2014, as Receitas Correntes ultrapassaram a meta prevista em + R\$ 562,47 milhões (+ 5,5%).**

<sup>9</sup> Fonte: Manual de Procedimentos de Receitas Públicas do Tesouro Nacional, página 25, 4ª Edição.

atividades industriais de acordo com a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

f) Receita de Serviços: Receita da prestação de serviços de transporte, saúde, comunicação, portuária, armazenagem, inspeção e fiscalização, judiciária, processamento de dados, vendas de mercadorias e produtos inerentes à atividade da entidade e outros serviços.

g) Transferência Corrente: Ingresso proveniente de outros entes ou entidades, referente a recursos pertencentes ao ente ou entidade recebedora ou ao ente ou entidade transferidora, efetivado mediante condições preestabelecidas ou mesmo sem qualquer exigência, desde que o objetivo seja a aplicação em despesas correntes.

h) Outras Receitas Correntes: Ingressos correntes provenientes de outras origens não classificáveis nas anteriores.

As receitas correntes tiveram um resultado positivo no segundo bimestre de 2014 com variação de 5,5% em relação à meta (+ R\$ 562,47 milhões).

Entre as receitas correntes a mais significativa é a receita tributária, que representou aproximadamente 63% do total, no valor de R\$ 6.761,86 milhões. Apesar do desempenho positivo da arrecadação de receitas tributária, a meta prevista não foi alcançada (- R\$645,35 milhões). A arrecadação do ICMS, que teve crescimento de 8,4% em relação ao mesmo bimestre de 2013, não atingiu a meta prevista que era de R\$5.399,49 milhões (-R\$ 221,9 milhões), assim como a arrecadação de IPVA (- R\$16,54 milhões) e IRRF (- R\$173,45 milhões).

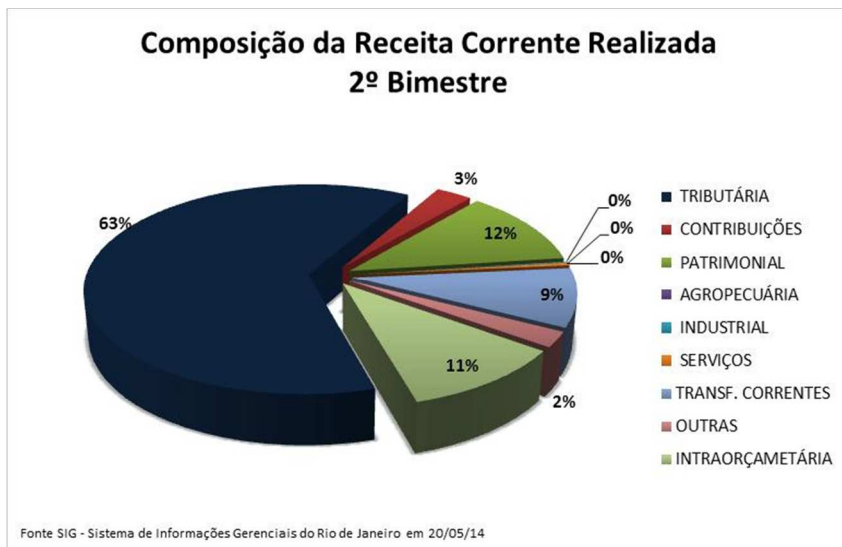
A receita patrimonial foi de R\$ 1.261,67 no bimestre, atingindo 214,5% da meta, principalmente devido à contabilização referente à cessão definitiva de créditos de Royalties e participações especiais, pertencentes ao Banco do Brasil e à Caixa Econômica Federal, de acordo com o contrato firmado, conforme mencionado no Boletim de Transparência do primeiro bimestre de 2014.

A receita referente às contribuições teve desempenho de 44,7% acima da meta prevista para o bimestre, com destaque para as Contribuições Previdenciárias do Regime Próprio (R\$ 306,63 milhões). Já a receita corrente intraorçamentária apresentou variação de R\$585,31 milhões frente a 2013, principalmente devido a Receita Intraorçamentária de Contribuições Previdenciárias do Regime Próprio que, no bimestre, foi de R\$ 1.030,76 milhões. Este valor pode

***No segundo bimestre, as receitas tributárias representaram 63% das receitas correntes do Estado, considerando as receitas intraorçamentárias.***

ser decomposto em Receita Intraorçamentária Contribuição Patronal Servidor Ativo Civil - Lei 6338 (R\$ 3,97 milhões), Receita Intraorçamentária de Contribuição Patronal de Servidor Ativo Civil (R\$785,60 milhões) e Receita Intraorçamentária de Contribuição Patronal de Servidor Ativo Militar (R\$241,18 milhões).

Gráfico 4



No acumulado, a receita corrente realizada superou a meta em 7,2% (+ R\$ 1.582,28 milhões), destacando-se as receitas de contribuições (+27,3%, + R\$ 122,34 milhões), receita patrimonial (+16,8%, + R\$ 409,18 milhões), outras receitas correntes (+27,0%, + R\$ 164,40 milhões) e as receitas intraorçamentárias (+101%, +R\$ 1.126,77 milhões).

Gráfico 5





Mais informações sobre as Receitas Correntes na Seção IV.I deste boletim.

## - Receita de Capital Realizada

**Bimestre: R\$ 2.591,20 milhões / 194,3% da meta realizada.**  
**Acumulado: R\$ 3.862,02 milhões / 113,3% da meta realizada.**

**Tabela 5**  
**Metas de Receita**

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	META DE RECEITA (MAR - ABR) 2014	RECETA REALIZADA (MAR - ABR) 2014	% REALIZADO SOBRE A META DO BIMESTRE	META DE RECEITA (JAN - ABR) 2014	RECETA REALIZADA (JAN - ABR) 2014	% REALIZADO SOBRE A META ACUMULADA
<b>RECEITAS DE CAPITAL<sup>(1)</sup></b>	<b>1.333,64</b>	<b>2.591,20</b>	<b>194,3%</b>	<b>3.408,12</b>	<b>3.862,02</b>	<b>113,3%</b>
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	92,59	2.395,27	2.587,0%	869,71	3.568,09	410,3%
ALIENAÇÃO DE BENS	1.053,33	0,00	0,0%	2.056,67	0,00	0,0%
AMORT. EMPRÉSTIMOS	33,03	46,88	141,9%	69,41	90,54	130,4%
TRANSF. CAPITAL	154,30	29,88	19,4%	411,16	84,22	20,5%
OUTRAS	0,00	0,00	0,0%	0,20	0,00	0,0%
INTRAORÇAMENTÁRIA	0,39	119,18	30.321,2%	0,97	119,18	12.278,3%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro em 18/03/2014.

Nota: Segundo artigo 13º da LRF.

(1) Valores incluem Receitas Intraorçamentárias.

De acordo com a Lei nº 4.320/64, as receitas de capital são classificadas nos seguintes níveis de origem<sup>10</sup>:

- i. Operações de Crédito: São os ingressos provenientes da colocação de títulos públicos ou da contratação de empréstimos e financiamentos obtidos junto a entidades estatais ou privadas.
- ii. Alienação de Bens: Valores oriundos da alienação de componentes do ativo permanente.
- iii. Amortização de Empréstimos: É o ingresso decorrente da amortização, ou seja, parcela referente ao recebimento de parcelas de empréstimos ou financiamentos concedidos em títulos ou contratos.
- iv. Transferência de Capital: É o ingresso resultante de outros entes ou entidades, referente a recursos pertencentes ao ente ou entidade recebedora ou ao ente ou entidade transferidora, efetivado mediante condições preestabelecidas ou mesmo sem qualquer exigência, desde que o objetivo seja a aplicação em despesas de capital.

<sup>10</sup> Fonte: Manual de Procedimentos de Receitas Públicas do Tesouro Nacional, página 28, 4ª Edição.

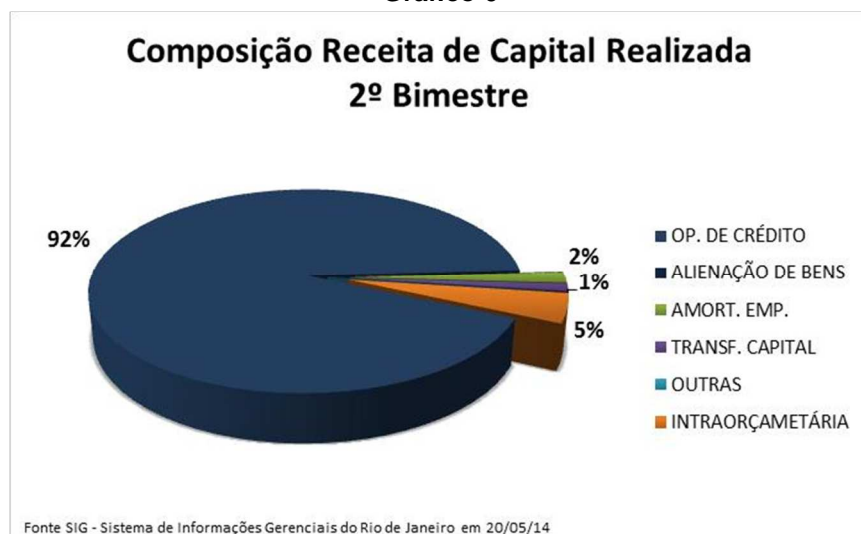
- v. Outras Receitas de Capital: São os ingressos de capital advindos de outras origens não classificáveis nas anteriores.

No segundo bimestre de 2014, as Receitas de Capital atingiram 194,3% da meta prevista, totalizando R\$ 2.591,20 milhões no bimestre.

As receitas de operações de crédito, nos meses de Março e Abril, atingiram R\$ 2.395,27 milhões devido à realização de operações de crédito previstas para o ano de 2013 que foram postergadas para o início deste ano, de acordo com o cronograma do Anexo V do Programa de Ajuste Fiscal do Estado do Rio de Janeiro junto à Secretaria do Tesouro Nacional – STN, com destaque para a conta Operações de Crédito Internas para Programas de Governo (R\$ 2.196,41 milhões).

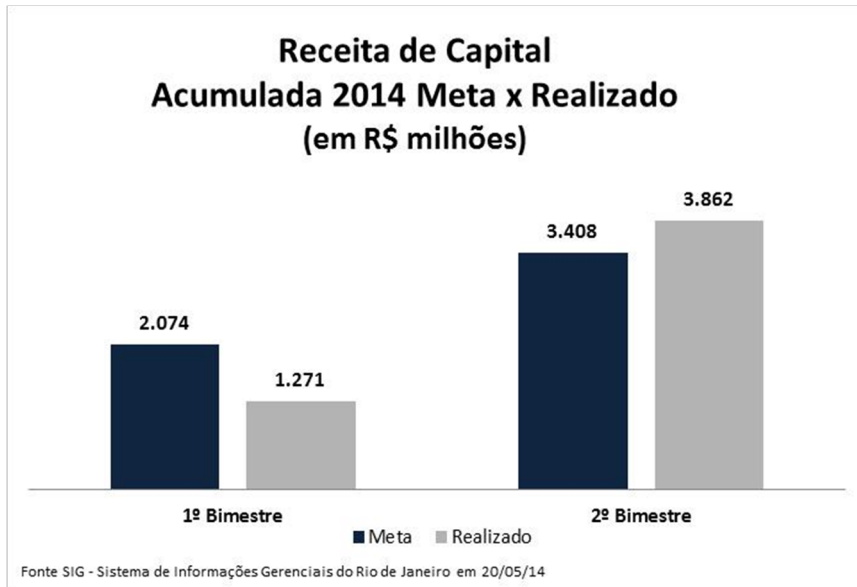
De outra maneira as receitas de alienações de bens previstas para o bimestre (cessão de ativos do Rio Previdência) não foram realizadas conforme previsto, ocasionando a postergação do fluxo de receitas de alienações.

Gráfico 6



No acumulado, observa-se que a receita de capital realizada foi equivalente a 113,3% da meta. As operações de crédito contribuíram para o resultado, com variação de 410,3% (+ R\$ 2.698,38 milhões).

Gráfico 7



Outras informações sobre as receitas de capital na seção IV.II deste Boletim.

## Cronograma de Desembolso do Estado do RJ

**- Despesa Total Realizada: R\$ 12,28 bilhões / 112,2%<sup>11</sup>**

Nos termos do artigo 8º da LRF, a Resolução SEFAZ nº 724/2014, publicada no mês de Fevereiro, divulgou o Cronograma Mensal de Desembolso para o presente exercício. Este tópico do Boletim busca comparar o cronograma estabelecido com a despesa realizada até o 2º bimestre de 2014.

Nesses primeiros quatro meses, a economia estadual apresenta crescimento nominal na arrecadação total de 22% quando comparada ao mesmo período do ano anterior. A meta de arrecadação superou em 8% à estimada na Resolução SEFAZ, conforme tabelas já apresentadas no item específico do Boletim, equilibrando-se à meta da despesa que foi maior em 1,8% - Tabela 6.

Até abril, a dotação autorizada na Lei de Orçamento foi suplementada em R\$ 1,26 bilhões<sup>12</sup>, aumento de 1,6%, por conta de alterações orçamentárias autorizadas, basicamente incorporação de superávit financeiro de convênios e de operações de crédito, com destinação definida.

Do total autorizado atualmente (R\$ 78,34 bilhões), R\$ 1,46 bilhão permanece contingenciado, menos de 2,0% do orçamento atual, que poderão ser liberados ao longo do exercício de acordo com o comportamento da arrecadação - Tabela 6.

**Tabela 6**

Valores em R\$

<b>Lei Orçamentária do ERJ</b>			
<b>Análise do Orçamento ao longo do Exercício</b>			
<b>JANEIRO - ABRIL</b>			
<b>DOTAÇÃO</b>	<b>INICIAL</b>	<b>77.088.941.150</b>	-
	<b>ATUAL</b>	<b>78.344.570.015</b>	1,6%
	<b>DISPONÍVEL</b>	<b>76.881.408.822</b>	98,13%
<b>CONTINGENCIADO</b>		<b>1.463.161.193</b>	1,87%
<b>EXPANSÃO ORÇAMENTÁRIA</b>		<b>1.255.628.865</b>	-

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 20/05/2014.

\*Exclui CEDAE, Imprensa Oficial / Considerada a despesa paga

<sup>11</sup> As informações representam: a execução até o bimestre e a variação percentual comparada à meta de desembolso publicada.

<sup>12</sup> Valor exclui apenas as empresas independentes do ERJ.



**Tabela 7**

R\$ Milhões

<b>CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO - METAS DE EXECUÇÃO (art.8º/ LRF)*</b>					
<b>GRUPO DE DESPESA</b>	<b>JANEIRO A ABRIL</b>				<b>Variação %</b>
	<b>METAS DE EXECUÇÃO**</b>	<b>DESPESA PAGA</b>	<b>RP 2013 PAGO***</b>	<b>DESPESA TOTAL PAGA</b>	
PESSOAL E ENC. SOCIAIS	6.327	5.086	559	5.645	89,2%
OUTRAS DESP. CORRENTES	13.574	11.131	1.429	12.560	92,5%
INVEST /INVERSÕES	641	1.455	1.153	2.608	406,7%
JUROS E ENC. DA DÍVIDA / AMORTIZAÇÕES	1.904	2.037	0	2.037	107,0%
<b>TOTAL</b>	<b>22.447</b>	<b>19.709</b>	<b>3.141</b>	<b>22.850</b>	<b>101,8%</b>

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 20/05/2014.

\*Exclui CEDAE, Imprensa Oficial e despesas intra-orçamentárias / Considerada a despesa paga

\*\*Fonte: Resolução SEFAZ nº 724/2014

\*\*\*Considerado apenas o pagamento de RP Total inscrito em 2013.

Conforme Tabela 7, a meta de execução estimada para o exercício foi de R\$ 22,45 bilhões, dos quais 28,2% se referem a Despesas de Pessoal e Encargos Sociais e 60,5% a Outras Despesas Correntes. No valor indicado estão incluídos os pagamentos referentes aos Restos a Pagar inscritos em 2013 (R\$ 4,08 bilhões), excluídos os intraorçamentários.

A despesa total paga até abril (R\$ 22,85 bilhões) superou a meta estimada no Cronograma de Desembolso do Estado em 1,8% (+R\$ 402,67 milhões). O pagamento de R\$ 3,14 bilhões, obrigações assumidas pelo ERJ referentes aos encargos de RP Inscritos em 2013, representou 13,7% do total pago.

Na análise por grupo de despesa, a superação da meta foi induzida pela execução em Investimentos e Inversões (+R\$ 1,97 bilhão). Do total pago neste primeiro bimestre, R\$ 1,15 bilhão é referente ao pagamento de RP 2013, ou seja, 44,2% do total pago no grupo. Do valor pago até o momento (R\$ 1,46 bilhão), R\$ 860,50 milhões (95,1%) foram aplicados na função Transporte na Implantação de Novas Linhas Metroviárias.

No tocante as despesas com Pessoal e Encargos Sociais, constatou-se uma realização abaixo da meta: R\$ 5,65 bilhões de despesas pagas, variação negativa de 10,8% (-R\$ 682,77 milhões). As maiores despesas estão registradas na função Educação R\$ 1,11 bilhão (21,8% do total do grupo), na Segurança Pública R\$ 1,65 bilhão

**Com uma meta de execução de R\$ 22,45 bilhões, o ERJ apresentou uma despesa total de R\$ 22,85 bilhões: ligeira superação de 1,8% da meta inicialmente traçada para o período.**

(32,4% do total apurado no grupo) e em Saúde R\$ 294,41 milhões (5,8%).

As Outras Despesas Correntes também apontaram execução abaixo da meta (-7,5%, -R\$ 1,01 bilhão). Ressalta-se que, estão aqui inclusos além das transferências constitucionais (R\$ 371 bilhões), despesas não discricionárias diretamente relacionadas às receitas arrecadadas. Somadas, tais obrigações responderam por 68,52% (R\$ 7,63 bilhões) do total apurado até abril.

Por fim, as despesas apuradas com o pagamento do Serviço da Dívida (Juros, Encargos da Dívida e Amortizações) apresentaram uma realização superior à meta traçada (+7,0% = +R\$ 132,75 milhões), ainda sob os efeitos da Receita de Depósitos Judiciais realizada em dezembro de 2013, pois além das condições contratuais o pagamento do serviço da dívida tem como base de cálculo a média móvel da Receita Líquida Real dos últimos 12 meses.

As despesas realizadas no período são analisadas com maior detalhamento no item V deste Boletim.

### III. Resultados Fiscais<sup>13</sup>

#### III.I Resultado Orçamentário

**Bimestre: R\$ 510,30 milhões / + 184,4%**

**Acumulado: R\$1.936,87 milhões / + 109,1%**

**Tabela 8**

**Resultado Orçamentário**

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (MAR - ABR)		VAR %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - ABR)		VAR %
	2013	2014		2013	2014	
<b>I. RECEITA TOTAL (A)</b>	<b>10.525,56</b>	<b>13.378,65</b>	<b>27,1%</b>	<b>22.904,51</b>	<b>27.502,46</b>	<b>20,1%</b>
<b>I.1 RECEITA CORRENTE</b>	<b>8.766,38</b>	<b>9.640,77</b>	<b>10,0%</b>	<b>19.888,92</b>	<b>21.397,93</b>	<b>7,6%</b>
I.1.1 Tributária	6.421,06	6.761,86	5,3%	13.702,81	14.878,29	8,6%
I.1.2 Patrimonial	598,13	1.261,67	110,9%	2.649,87	2.842,32	7,3%
I.1.3 Transferências	988,91	978,22	-1,1%	2.018,84	2.169,96	7,5%
I.1.4 Demais Correntes	758,27	639,02	-15,7%	1.517,40	1.507,36	-0,7%
<b>I.2 RECIBTA DE CAPITAL</b>	<b>1.117,57</b>	<b>2.472,03</b>	<b>121,2%</b>	<b>1.749,50</b>	<b>3.742,84</b>	<b>113,9%</b>
<b>I.3 RECIBTA INTRAORÇAMENTÁRIA</b>	<b>641,61</b>	<b>1.265,86</b>	<b>97,3%</b>	<b>1.266,09</b>	<b>2.361,68</b>	<b>86,5%</b>
<b>II. DESPESA TOTAL (B)</b>	<b>11.130,11</b>	<b>12.868,35</b>	<b>15,6%</b>	<b>21.978,30</b>	<b>25.565,6</b>	<b>16,3%</b>
<b>II.1 DESPESA CORRENTE</b>	<b>9.354,12</b>	<b>9.872,50</b>	<b>5,5%</b>	<b>19.072,42</b>	<b>20.559,45</b>	<b>7,8%</b>
II.1.1 Pessoal e Enc. Sociais	4.759,43	5.096,02	7,1%	9.191,73	10.009,80	8,9%
II.1.2 Demais Correntes	4.132,52	4.284,07	3,7%	8.983,95	9.593,48	6,8%
II.1.2.1 Juros e Enc. Dívida	462,17	492,42	6,5%	896,74	956,18	6,6%
<b>II.2 DESPESA DE CAPITAL</b>	<b>998,15</b>	<b>1.714,46</b>	<b>71,8%</b>	<b>1.565,16</b>	<b>2.682,74</b>	<b>71,4%</b>
II.2.1 Invest.	380,33	1.101,53	189,6%	545,54	1.584,73	190,5%
II.2.1.1 Obras e Instalações	241,09	832,29	245,2%	324,57	1.281,73	294,9%
II.2.1.2 Indenizações e Restituição	11,56	6,01	-48,0%	16,22	9,16	-43,5%
II.2.1.3 Demais Investimentos	127,68	263,23	106,2%	204,75	293,84	43,5%
II.2.2 Inv. Financ.	39,97	6,20	-84,5%	43,09	16,90	-60,8%
II.2.3 Amort. Dívida	577,85	606,72	5,0%	976,53	1.081,11	10,7%
<b>II.3 DESPESA INTRAORÇAMENTÁRIA</b>	<b>777,85</b>	<b>1.281,39</b>	<b>64,7%</b>	<b>1.340,72</b>	<b>2.323,41</b>	<b>73,3%</b>
<b>RES. ORÇAM. (A-B)</b>	<b>-604,55</b>	<b>510,30</b>	<b>184,4%</b>	<b>926,21</b>	<b>1.936,87</b>	<b>109,1%</b>

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro em 20/05/2014.

O resultado orçamentário, proveniente do balanço orçamentário, demonstra o resultado entre as receitas e despesas realizadas. O resultado da execução orçamentária pode ser superavitário ou deficitário.

Nos meses de Março e Abril, conforme observado na tabela acima, as receitas totais atingiram R\$ 13.378,65 milhões e as despesas totais somaram R\$ 12.868,35 milhões, gerando um resultado orçamentário

<sup>13</sup> O Resultado Fiscal leva em conta as despesas apuradas até o final do prazo limite para a liquidação do orçamento de alguns itens, que ocorrem em janeiro do exercício subsequente, conforme definido no Decreto nº42/2010.

superavitário de R\$ 510,30 milhões. Este resultado pode ser explicado, em grande parte, pelo superávit de capital, uma vez que as receitas de capital ultrapassaram as despesas de capital em R\$ 757,57 milhões. Quando comparado com o ano de 2013, observa-se que o resultado orçamentário do segundo bimestre de 2014 foi maior em R\$ 1.114,85 milhões.

Analisando o resultado orçamentário acumulado de 2014, observa-se uma variação de 109,1% (+ R\$ 1.010,66 milhões) com relação ao mesmo período de 2013. Este bom resultado foi obtido a partir tanto do superávit corrente (+ R\$ 838,48 milhões) quanto de capital (+ R\$ 1.060,11 milhões).

### III.II Resultado Orçamentário sem RIOPREVIDÊNCIA

**Bimestre: R\$ 268,94 milhões / + 131,1%**  
**Acumulado: R\$ 2.444,30 milhões / + 108,4%**

**Tabela 9**  
**Resultado Orçamentário sem o RIOPREVIDÊNCIA**

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (MAR - ABR)		VAR %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - ABR)		VAR %
	2013	2014		2013	2014	
<b>I. RECEITA TOTAL S/ RIOPREV. (A)</b>	<b>8.333,23</b>	<b>10.975,02</b>	<b>31,7%</b>	<b>19.377,54</b>	<b>23.739,44</b>	<b>22,5%</b>
<b>I.1 RECEITA CORRENTE</b>	<b>8.075,26</b>	<b>8.311,62</b>	<b>2,9%</b>	<b>18.416,40</b>	<b>19.781,43</b>	<b>7,4%</b>
I.1.1 Tributária	6.421,06	6.761,86	5,3%	13.702,81	14.878,29	8,6%
I.1.2 Patrimonial	178,29	251,84	41,3%	1.771,44	1.795,68	1,4%
I.1.3 Transferências	988,91	978,22	-1,1%	2.018,84	2.169,96	7,5%
I.1.4 Demais Correntes	487,00	319,70	-34,4%	923,31	937,50	1,5%
<b>I.2 RECEITA DE CAPITAL</b>	<b>117,57</b>	<b>2.428,31</b>	<b>1965,4%</b>	<b>749,50</b>	<b>3.657,55</b>	<b>388,0%</b>
<b>I.3 RECEITA INTRA-ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>140,40</b>	<b>235,09</b>	<b>67,4%</b>	<b>211,64</b>	<b>300,46</b>	<b>42,0%</b>
<b>II. DESPESA TOTAL S/ RIOPREV. (B)</b>	<b>9.197,65</b>	<b>10.706,07</b>	<b>16,4%</b>	<b>18.204,82</b>	<b>21.295,14</b>	<b>17,0%</b>
<b>II.1 DESPESA CORRENTE</b>	<b>7.422,29</b>	<b>7.711,02</b>	<b>3,9%</b>	<b>15.300,11</b>	<b>16.290,39</b>	<b>6,5%</b>
II.1.1 Pessoal e Enc. Sociais	2.842,28	2.941,50	3,5%	5.447,12	5.756,27	5,7%
II.1.2 Demais Correntes	4.117,84	4.277,10	3,9%	8.956,24	9.577,95	6,9%
II.1.2.1 Juros e Enc. Dívida	462,17	492,42	6,5%	896,74	956,18	6,6%
<b>II.2 DESPESA DE CAPITAL</b>	<b>998,05</b>	<b>1.714,30</b>	<b>71,8%</b>	<b>1.565,06</b>	<b>2.682,57</b>	<b>71,4%</b>
II.2.1 Invest.	380,23	1.101,37	189,7%	545,43	1.584,57	190,5%
II.2.1.1 Obras e Instalações	241,09	832,29	245,2%	324,57	1.281,73	294,9%
II.2.1.2 Indenizações e Restituição	11,56	6,01	-48,0%	16,22	9,16	-43,5%
II.2.1.3 Demais Investimentos	127,58	263,07	106,2%	204,65	293,68	43,5%
II.2.2 Inv. Financ.	39,97	6,20	-84,5%	43,09	16,90	-60,8%
II.2.3 Amort. Dívida	577,85	606,72	5,0%	976,53	1.081,11	10,7%
<b>II.3 DESPESA INTRA-ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>777,32</b>	<b>1.280,76</b>	<b>64,8%</b>	<b>1.339,65</b>	<b>2.322,17</b>	<b>73,3%</b>
<b>RES. ORÇAMENTÁRIO S/ RIOPREV. (A-B)</b>	<b>-864,42</b>	<b>268,94</b>	<b>131,1%</b>	<b>1.172,73</b>	<b>2.444,30</b>	<b>108,4%</b>
RECEITA DO RIOPREVIDÊNCIA (C)	2.192,32	2.403,63	9,6%	3.526,96	3.763,03	6,7%
DESPESA DO RIOPREVIDÊNCIA (D)	1.932,46	2.162,28	11,9%	3.773,48	4.270,46	13,2%
<b>RES. ORÇAM. RIO PREVIDÊNCIA (C-D)</b>	<b>259,86</b>	<b>241,36</b>	<b>-7,1%</b>	<b>-246,52</b>	<b>-507,44</b>	<b>-51,4%</b>
<b>RES. ORÇAM. C/ RIOPREV. (A-B) + (C-D)</b>	<b>-604,55</b>	<b>510,30</b>	<b>184,4%</b>	<b>926,21</b>	<b>1.936,87</b>	<b>109,1%</b>

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro em 20/05/2014.

Analisando o resultado orçamentário, sem considerar o RIOPREVIDÊNCIA, o segundo bimestre foi superavitário alcançando o valor de R\$ 268,94 milhões. Neste período o RIOPREVIDÊNCIA teve um superávit de R\$ 241,36 milhões, contribuindo para o resultado orçamentário do Estado.

A fim de que seja compreendido o peso desse órgão no resultado orçamentário do Estado será, a seguir, evidenciado o seu resultado orçamentário específico.

Analisando os dados do RIOPREVIDÊNCIA, observa-se que o resultado foi superavitário em R\$ 241,36 milhões no bimestre,

***O resultado orçamentário do RIOPREVIDÊNCIA teve superávit de R\$ 241,36 milhões no segundo bimestre de 2014.***

composto pela receita de R\$ 2.403,63 milhões e despesa de R\$ 2.162,28 milhões. Comparando os resultados de 2014 e 2013 do órgão, observa-se uma variação de 7,1% negativa, com aumento tanto da receita quanto da despesa sendo esta em maior proporção que aquela.

No acumulado, através da análise dos dados acima, o resultado orçamentário do RIOPEVIDÊNCIA foi deficitário em R\$ 507,44 milhões, representando uma variação de -51,4% em relação ao mesmo período do ano passado. Diante deste resultado negativo, vê-se o impacto que este órgão possui no resultado do Estado, já que o resultado orçamentário sem o RIOPREVIDÊNCIA seria positivo no valor de R\$ 2.444,30 milhões em substituição à R\$ 1.936,87 milhões quando considerado este o órgão.

### III.III Resultado Primário<sup>14</sup>

**Bimestre: - R\$ 943,57 milhões / + 59,5%**  
**Acumulado: R\$ 18,35 milhões / - 98,2%**

**Tabela 10**  
**Resultado Primário**

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (MAR - ABR)		VAR %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - ABR)		VAR %
	2013	2014		2013	2014	
RECITAS TOTAL	10.525,56	13.378,65	27,1%	22.904,51	27.502,46	20,1%
RECITAS FINANCEIRAS	1.165,37	2.569,87	120,5%	1.861,08	3.919,88	110,6%
RECITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	641,61	1.265,86	97,3%	1.266,09	2.361,68	86,5%
<b>RECITA PRIMÁRIA TOTAL (A)</b>	<b>8.718,58</b>	<b>9.542,93</b>	<b>9,5%</b>	<b>19.777,34</b>	<b>21.220,90</b>	<b>7,3%</b>
DESPESAS TOTAL	11.130,11	12.868,35	15,6%	21.978,30	25.565,60	16,3%
DESPESAS FINANCEIRAS	1.042,28	1.100,46	5,6%	1.875,76	2.039,64	8,7%
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	777,85	1.281,39	64,7%	1.340,72	2.323,41	73,3%
<b>DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (B)</b>	<b>9.309,99</b>	<b>10.486,50</b>	<b>12,6%</b>	<b>18.761,82</b>	<b>21.202,55</b>	<b>13,0%</b>
<b>RESULTADO PRIMÁRIO (A-B)</b>	<b>-591,41</b>	<b>-943,57</b>	<b>-37,3%</b>	<b>1.015,52</b>	<b>18,35</b>	<b>-98,2%</b>

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro em 20/05/2014.

O resultado primário mede o comportamento fiscal do governo no período, representando a diferença entre as receitas não financeiras e as despesas não financeiras.

Analisando o resultado primário, observa-se que a despesa primária excedeu a receita primária em R\$ 943,57 milhões gerando déficit no resultado primário do segundo bimestre. Comparando este resultado ao do mesmo bimestre do ano anterior, houve variação de R\$ 352,16 milhões (- 59,5%).

No acumulado até o mês de Abril, observa-se um crescimento de 7,3% na receita primária em relação a 2013 e de 13% na despesa primária. A receita primária acumulada foi de R\$ 21.220,90 milhões e a despesa primária R\$ 21.202,55 milhões, justificando assim o resultado primário positivo de R\$ 18,35 milhões. Comparando esse resultado com o do ano anterior, houve variação negativa de R\$ 997,17 milhões.

***A variação da receita primária de 2014 quando comparado ao de 2013 foi de 9,5% (+ R\$ 824,35 milhões).***

<sup>14</sup> O resultado primário aqui, diferente do que ocorre no governo federal, é apurado pelo valor liquidado, e não pelo empenhado.

## Resultado Primário excluindo Rioprevidência

Bimestre: - R\$ 107,35 milhões / - 116,5%

Acumulado: + 2.680,18 milhões / - 19,3%

Tabela 11

### Resultado Primário excluindo RIOPREVIDÊNCIA

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (MAR - ABR)		VAR %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - ABR)		VAR %
	2013	2014		2013	2014	
RECEITAS TOTAL S/ RIOPREVIDÊNCIA	8.333,23	10.975,02	31,7%	19.377,54	23.739,44	22,5%
RECEITAS FINANCEIRAS	163,50	2.522,42	1442,8%	855,80	3.825,48	347,0%
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	140,40	235,09	67,4%	211,64	300,46	42,0%
<b>RECETA PRIMÁRIA TOTALS/ RIOPREV. (A)</b>	<b>8.029,34</b>	<b>8.217,50</b>	<b>2,3%</b>	<b>18.310,10</b>	<b>19.613,50</b>	<b>7,1%</b>
DESPESAS TOTAL S/ RIOPREVIDÊNCIA	9.197,65	10.706,07	16,4%	18.204,82	21.295,14	17,0%
DESPESAS FINANCEIRAS	1.042,28	1.100,46	5,6%	1.875,76	2.039,64	8,7%
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	777,32	1.280,76	64,8%	1.339,65	2.322,17	73,3%
<b>DESPESA PRIMÁRIA TOTAL S/ RIOPREV. (B)</b>	<b>7.378,06</b>	<b>8.324,86</b>	<b>12,8%</b>	<b>14.989,41</b>	<b>16.933,32</b>	<b>13,0%</b>
<b>RESULTADO PRIMÁRIO S/ RIOPREV. (A-B)</b>	<b>651,29</b>	<b>-107,35</b>	<b>-116,5%</b>	<b>3.320,69</b>	<b>2.680,18</b>	<b>-19,3%</b>
<b>RESULTADO PRIMÁRIO DO RIOPREV.</b>	<b>-1.242,69</b>	<b>-836,22</b>	<b>48,6%</b>	<b>-2.305,17</b>	<b>-2.661,82</b>	<b>-13,4%</b>

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro em 20/05/2014.

A análise do resultado primário sem considerar o RIOPREVIDÊNCIA nos mostra que, no bimestre, o resultado primário permaneceria negativo, com um valor de R\$ R\$ 107,35 milhões. Com relação ao mesmo período de 2013, este valor representa uma variação negativa de 116,5% (- R\$ 758,64 milhões).

O resultado primário bimestral do RIOPREVIDÊNCIA foi deficitário no valor de R\$ 836,22 milhões. Desta forma, fica evidente o efeito negativo do RIOPREVIDÊNCIA, afetando o resultado primário total do Estado.

*O resultado primário do Estado sem considerar o RIOPREVIDÊNCIA seria negativo no valor de R\$ 107,35 milhões.*

Gráfico 8







Analisando o resultado primário acumulado, observa-se o impacto que o órgão tem sobre o resultado do estado: desconsiderando seu efeito no resultado primário, este seria de R\$ 2.680,15 milhões (variando -19,3% em relação ao ano anterior). O resultado primário do RIOPREVIDÊNCIA, até o mês de Abril, é negativo em R\$ 2.661,82 milhões (- 13,4%).

#### IV. Receita Estadual <sup>15</sup>

**Bimestre: R\$ 13.378,65 milhões / + 27,1%<sup>16</sup>**  
**Acumulado: R\$ 27.502,46 milhões / + 20,1%<sup>17</sup>**

**Tabela 12**

**DECOMPOSIÇÃO DA RECEITA POR NATUREZA, 2013-2014.**

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (MAR - ABR)		VAR %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - ABR)		VAR %
	2013	2014		2013	2014	
REC. CORRENTES	8.766,38	9.640,77	10,0%	19.888,92	21.397,93	7,6%
REC. CAPITAL	1.117,57	2.472,03	121,2%	1.749,50	3.742,84	113,9%
REC. INTRAORÇAMENTÁRIA	641,61	1.265,86	97,3%	1.266,09	2.361,68	86,5%
<b>Total</b>	<b>10.525,56</b>	<b>13.378,65</b>	<b>27,1%</b>	<b>22.904,51</b>	<b>27.502,46</b>	<b>20,1%</b>

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro em 20/05/2014.

No segundo bimestre de 2014, as Receitas Estaduais totalizaram, R\$ 13.378,65 milhões – acréscimo de R\$ 2.853,09 milhões (+ 27,1%) em relação ao arrecadado no mesmo período de 2013.

O resultado positivo é reflexo, principalmente, do aumento de 121,2% da Receita Capital (+ R\$ 1.354,45 milhões), com destaque para Operações de Crédito, responsável, sozinha, pelo aumento de R\$ 2.321,44 milhões (+ 3.144,6%), conforme apresentado a seguir na Seção IV.II.

A Receita Corrente também apresentou desempenho positivo no bimestre em tela, com acréscimo de R\$ 874,39 milhões (+10,0%), fruto do acréscimo de 5,3% (+ R\$ 340,80 milhões) das Receitas Tributárias e de 110,9% (+ R\$ 663,54 milhões) das Receitas Patrimoniais, que, em conjunto, geraram um aumento de receita de R\$ 1.004,34 milhões, que serão pormenorizadas na Seção IV.I.

No acumulado, percebe-se um acréscimo de R\$ 4.597,96 (+ 20,1%), atingindo um valor total de R\$ 27.502,46 milhões, também suportado pelo aumento de 7,6% (+ R\$ 1.509,02 milhões) nas Receitas Correntes e de 113,9% (+ R\$ 1.993,34 milhões) nas Receitas de Capital.

**No segundo bimestre de 2014, as Receitas Correntes e de Capital apresentaram crescimento de R\$ 874,39 milhões (+10,0%) e R\$ 1.354,45 milhões (+121,2%), respectivamente, comparado ao mesmo período do ano passado, com destaque para as Receitas Tributárias e Receitas Patrimoniais, dentro das Receitas Correntes e Operações de Crédito dentro de Receitas de Capital.**

<sup>15</sup> Desta seção em diante, todas as tabelas levam em consideração as Receitas e Despesas do RIOPREVIDÊNCIA.

<sup>16</sup> As informações representam: a arrecadação no período; e a variação percentual comparado ao mesmo período do ano anterior.

<sup>17</sup> As informações representam: a arrecadação no período; e a variação percentual comparado ao mesmo período do ano anterior.

**IV.I Receitas Correntes**
**Bimestre: R\$ 9.640,77 milhões / +10,0%**
**Acumulado: R\$ 21.397,93 milhões / + 7,6%**
**Tabela 13**
**DECOMPOSIÇÃO DA RECEITA POR NATUREZA, 2013-2014.**
**RECEITAS CORRENTES**

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (MAR - ABR)		VAR %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - ABR)		VAR %
	2013	2014		2013	2014	
TRIBUTÁRIA	6.421,06	6.761,86	5,3%	13.702,81	14.878,29	8,6%
CONTRIBUIÇÕES	218,77	324,94	48,5%	490,23	571,02	16,5%
PATRIMONIAL	598,13	1.261,67	110,9%	2.649,87	2.842,32	7,3%
AGROPECUÁRIA	0,01	0,02	26,9%	0,03	0,02	-26,6%
INDUSTRIAL	0,10	18,37	19000,8%	0,13	50,16	38184,7%
DE SERVIÇOS	97,07	40,77	-58,0%	201,73	113,99	-43,5%
TRANSF. CORRENTES	988,91	978,22	-1,1%	2.018,84	2.169,96	7,5%
OUTRAS CORRENTES	442,33	254,92	-42,4%	825,29	772,18	-6,4%
<b>REC. CORRENTES</b>	<b>8.766,38</b>	<b>9.640,77</b>	<b>10,0%</b>	<b>19.888,92</b>	<b>21.397,93</b>	<b>7,6%</b>

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro em 20/05/2014.

A Receita Patrimonial e a Receita Tributária foram as receitas mais significativas com aumentos de 110,9% (+ R\$ 663,54 milhões) e 5,3% (+ R\$ 340,80 milhões), respectivamente, no 2º bimestre em relação ao mesmo período de 2013. Outro destaque foi a Receita de Contribuições que cresceu 48,5% (+ R\$ 106,17 milhões).

Outras Receitas Correntes, por sua vez, atenuou o crescimento das Receitas Correntes, apresentando queda de 42,4% (- R\$ 187,40 milhões) em relação ao mesmo período de 2013.

No acumulado, temos acréscimo de R\$ 1.509,02 milhões (+ 7,6%) nas Receitas Correntes, atingindo um valor total de R\$ 21.397,93 milhões, proporcionado, principalmente, pelo acréscimo de 8,6% (+ R\$ 1.175,82 milhões) na Receita Tributária e de 7,3% (+ R\$ 192,45 milhões) na Receita Patrimonial.

*No segundo bimestre de 2014, destacaram-se, dentre as Receitas Correntes, as Receitas Tributárias, crescendo 5,3% (+ R\$ 340,80 milhões) e as Receitas Patrimoniais crescendo 110,9% (+ R\$ 663,54 milhões), quando comparadas ao mesmo período do ano anterior.*

#### IV.1.1 Receita Tributária

**Bimestre: R\$ 6.761,86 milhões / +5,3%**

**Acumulado: R\$ 14.878,29 milhões / + 8,6%**

**Tabela 14**

**RECETA TRIBUTÁRIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 2013/2014.**

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (MAR - ABR)		VAR %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - ABR)		VAR %
	2013	2014		2013	2014	
<b>RECEITA TRIBUTÁRIA</b>	<b>6.421,06</b>	<b>6.761,86</b>	<b>5,3%</b>	<b>13.702,81</b>	<b>14.878,29</b>	<b>8,6%</b>
ICMS	4.774,46	5.177,59	8,4%	9.807,55	10.822,23	10,3%
Adicional do ICMS	433,76	482,29	11,2%	911,03	989,30	8,6%
IRRF	387,93	287,73	-25,8%	635,71	570,56	-10,2%
IPVA	405,08	397,00	-2,0%	1.413,84	1.493,08	5,6%
ITD	87,89	96,23	9,5%	159,45	183,84	15,3%
Taxas	331,94	321,02	-3,3%	775,23	819,28	5,7%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro em 20/05/2014.

A Receita Tributária arrecadada no segundo bimestre de 2014 cresceu 5,3% (+ R\$ 340,80 milhões) em comparação ao mesmo período de 2013, sendo este resultado influenciado, principalmente, pela arrecadação de ICMS. A arrecadação do ITD, embora bem menos influente, também contribuiu positivamente para o resultado bimestral com um acréscimo de R\$ 8,34 milhões.

Já os demais tributos apresentaram queda na arrecadação comparativamente ao 2º bimestre de 2013, sendo que o IRRF foi o principal tributo que freou o desempenho da arrecadação tributária nesse bimestre em 2014.

No acumulado a Receita Tributária mostrou um desempenho crescente (+ 8,6%), totalizando R\$ 14.878,29 milhões, representando um acréscimo de R\$ 1.175,48 milhões na arrecadação. O IRRF, embora de forma bem menos significativa que no bimestre, também influenciou na redução do resultado acumulado em comparação com o mesmo período de 2013, apresentando uma queda de 10,2% (- R\$ 65,15 milhões).

**- Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS):**

**Bimestre: R\$ 5.177,59 milhões / + 8,4%%**  
**Acumulado: R\$ 10.822,23 milhões / + 10,3%**

A arrecadação de ICMS apresentou desempenho positivo no segundo bimestre de 2014, com um crescimento de 8,4% (+ R\$ 403,13 milhões) em relação ao mesmo período do ano passado. Os setores que se destacaram no bimestre, influenciando o resultado, foram Alimentação; Bebidas; Energia Elétrica; e Veículos Automotores. Já os setores de Mercados, Lojas e Magazines; Metalurgia e Siderurgia e Comunicação e Informação, frearam o crescimento da arrecadação.

No acumulado a arrecadação também apresentou um desempenho positivo (+ 10,3%; + R\$ 1.014,68 milhões), atingindo a marca de R\$ 10.822,23 milhões e, em grande parte, retratam o comportamento bimestral dos setores econômicos. A exceção se dá na atividade Petróleo, Combustíveis e Gás Natural que a despeito da queda bimestral apresentou crescimento no acumulado.

Os desempenhos do ICMS serão detalhados na seção IV.1.1.1.

**- Imposto Sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA<sup>18</sup>):**

**Bimestre: R\$ 397,00 milhões / - 2,0%**  
**Acumulado: R\$ 1.493,08 milhões / + 5,6%**

Devido ao seu comportamento sazonal significativo, o IPVA se consolida nos quatro primeiros meses do ano, e o impacto de janeiro e fevereiro reflete sobre o ano todo.

Além desse comportamento característico, o aumento do desconto do IPVA de 8% em 2013 para 10% em 2014 e a concessão de desconto de 50% para Concessionárias e Permissionárias de ônibus, nos casos de pagamento à vista da cota integral, deslocaram boa parte da receita para o mês de fevereiro, justificando, em parte, a queda de arrecadação (-2,0%; - R\$ 8,08 milhões) no segundo bimestre de 2014, em relação a 2013.

*O crescimento do ICMS (+R\$ 403,13 milhões, +8,4%) foi o principal componente para o crescimento da arrecadação tributária no segundo bimestre de 2014.*

*No acumulado, a arrecadação de ICMS apresentou um acréscimo de 10,3% (+ R\$ 1.014,68 milhões) comparativamente ao mesmo período de 2013.*

<sup>18</sup> De forma geral, a receita de IPVA fica concentrada amplamente nos primeiros meses do ano, quando do vencimento das placas dos veículos usados. No restante do ano, a receita provém principalmente do pagamento do IPVA dos veículos novos, do pagamento de débitos atrasados dos veículos usados e das eventuais cobranças coletivas organizadas pela SEFAZ-RJ.

No acumulado, a arrecadação apresentou um acréscimo de 5,6% (+ R\$ 79,24 milhões) em relação ao mesmo período de 2013, devido, principalmente, ao acréscimo de arrecadação no primeiro bimestre, produzido pelos estímulos à quitação integral em cota única oferecidos nesse período.

**– Imposto de Renda (IRRF):**

**Bimestre: R\$ 287,73 milhões / - 25,8%**  
**Acumulado: R\$ 570,56 milhões / - 10,2%**

Houve uma queda na arrecadação de 25,8% (- R\$ 100,21 milhões), comparativamente ao segundo bimestre de 2013, devido a ajustes do fluxo de repasses do RIOPREVIDENCIA, indispensável ao seu equilíbrio financeiro para cumprir o pagamento de inativos e pensionistas.

No acumulado também ocorreu uma queda de 10,2% (- R\$ 65,15 milhões). A tendência é regularizar esse ingresso durante os próximos meses.

**– Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e por Doação (ITD):**

**Bimestre: R\$ 96,23 milhões / + 9,5%**  
**Acumulado: R\$ 183,84 milhões / + 15,3%**

O aumento do número de lançamentos do ITD no último bimestre de 2013, refletiu no resultado do 1º bimestre de 2014 e se manteve no 2º bimestre, sustentando uma variação positiva de 9,5% (+ R\$ 8,34 milhões) em relação ao 2º bimestre de 2013.

No acumulado nota-se, por conseguinte, um acréscimo de 15,3% (+ R\$ 24,40 milhões), totalizando uma arrecadação de R\$ 183,84 milhões).

*A arrecadação de ITD no segundo bimestre de 2014 apresenta um acréscimo (+ 9,5%) em relação ao mesmo período de 2013. No mesmo sentido, o resultado acumulado apresenta crescimento (+ 15,3%) em relação ao mesmo período de 2013, totalizando R\$ 183,84 milhões.*

**- Taxas:**
**Bimestre: R\$ 321,02 milhões / - 3,3%**
**Acumulado: R\$ 819,28 milhões / + 5,7%**
**Tabela 15**
**RECETA DE TAXAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 2013/2014.**

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (MAR - ABR)		VAR %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - ABR)		VAR %
	2013	2014		2013	2014	
<b>Taxas</b>	<b>331,94</b>	<b>321,02</b>	<b>-3,3%</b>	<b>775,23</b>	<b>819,28</b>	<b>5,7%</b>
<b>Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia</b>	<b>77,07</b>	<b>73,65</b>	<b>-4,4%</b>	<b>245,70</b>	<b>248,55</b>	<b>1,2%</b>
Taxa de Controle e Fiscalização do Trânsito <sup>(1)</sup>	70,22	65,48	-6,8%	232,04	233,58	0,7%
Outras	6,85	8,17	19,3%	13,65	14,97	9,6%
<b>Taxas pela Prestação de Serviços</b>	<b>254,87</b>	<b>247,37</b>	<b>-2,9%</b>	<b>529,53</b>	<b>570,73</b>	<b>7,8%</b>
Emolumentos e Custas Judiciais	75,84	68,39	-9,8%	139,01	136,17	-2,0%
Emolumentos e Custas Extrajudiciais	55,07	58,81	6,8%	96,25	126,47	31,4%
Outras Taxas pela Prestação de Serviços	123,96	120,17	-3,1%	294,27	308,09	4,7%
Taxa de Serviços de Trânsito <sup>(1)</sup>	108,27	105,61	-2,5%	254,81	278,50	9,3%
Outras	15,68	14,56	-7,2%	39,46	29,59	-25,0%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro em 20/05/2014.

Nota: (1) Taxas do DETRAN

A arrecadação de Taxas apresentou um decréscimo de 3,3% (- R\$ 10,92 milhões) em relação ao segundo bimestre de 2013, totalizando R\$ 321,02 milhões.

O decréscimo bimestral de R\$ 10,92 milhões foi composto pela queda na arrecadação apresentada pela Taxa de Controle e Fiscalização de Trânsito (-6,8%), pela Taxa de Prestação de Serviços de Trânsito do DETRAN (- 2,5%), em parte influenciada pela pequena redução de licenciamentos de veículos novos e de transferências de propriedade no bimestre em relação ao mesmo período de 2013, e pela arrecadação de Emolumentos e Custas Judiciais (- 9,8%).

No acumulado, o resultado ainda se manteve positivo (+ 5,7%) com um acréscimo de R\$ 44,05 milhões, totalizando R\$ 819,28 milhões, suportado, principalmente, pelo desempenho da arrecadação de Emolumentos e Custas Extrajudiciais, que apresentou um crescimento de R\$ 30,22 milhões de janeiro a abril de 2014. Também contribuiu para o resultado, a Taxa de Serviços de Trânsito que, apesar da queda bimestral, apresentou crescimento de 9,3 % (+ R\$ 23,69 milhões).

**IV.1.1.1 Arrecadação de ICMS comparativo do Estado por Setor Econômico**
**Tabela 16**
**ARRECAÇÃO DE ICMS POR ATIVIDADE ECONÔMICA  
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - BIMESTRAL E ACUMULADO 2013/2014**

R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (MAR - ABR)		PART % 2014	VAR % 14/13	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - ABR)		PART % 2014	VAR % 14/13
	2013	2014			2013	2014		
	Alimentação	251,96			386,18	7,5%		
Bebidas	207,43	278,23	5,4%	34,1%	477,15	619,20	5,7%	29,8%
Borracha e plástico	58,14	64,06	1,2%	10,2%	106,88	127,12	1,2%	18,9%
Comunicação e informação	95,41	61,58	1,2%	-35,5%	193,26	118,96	1,1%	-38,4%
Construção civil	162,29	168,28	3,3%	3,7%	308,42	338,39	3,1%	9,7%
Editorial, gráfica e publicidade	17,38	20,46	0,4%	17,7%	38,07	45,35	0,4%	19,1%
Eletroeletrônicos	104,20	147,04	2,8%	41,1%	215,96	313,83	2,9%	45,3%
Energia elétrica	528,50	714,21	13,8%	35,1%	1.268,49	1.366,24	12,6%	7,7%
Informática e óptico	32,76	34,08	0,7%	4,0%	67,26	72,56	0,7%	7,9%
Madeira, papel e fumo	137,01	142,36	2,7%	3,9%	264,80	300,78	2,8%	13,6%
Máquinas e equipamentos em geral	44,26	52,25	1,0%	18,1%	100,20	113,32	1,0%	13,1%
Médico-hospitalar e odontologia	31,06	35,11	0,7%	13,0%	64,05	72,27	0,7%	12,8%
Mercados, lojas e magazines	269,31	190,18	3,7%	-29,4%	568,67	434,16	4,0%	-23,7%
Metalurgia e siderurgia	199,55	171,59	3,3%	-14,0%	393,68	337,13	3,1%	-14,36%
Móveis e utensílios	43,22	43,55	0,8%	0,8%	92,45	94,97	0,9%	2,7%
Perfumaria, cosméticos e higiene pessoal	147,26	151,28	2,9%	2,7%	295,01	301,83	2,8%	2,3%
Petróleo, combustíveis e gás natural	997,50	995,84	19,2%	-0,2%	1.853,22	2.224,08	20,6%	20,0%
Produtos farmacêuticos e farmoquímicos	172,82	172,03	3,3%	-0,5%	354,31	346,17	3,2%	-2,3%
Química e petroquímica	153,77	129,10	2,5%	-16,0%	307,42	284,07	2,6%	-7,6%
Telecomunicações	638,33	632,96	12,2%	-0,8%	1.284,72	1.248,26	11,5%	-2,8%
Têxtil e vestuário	138,22	147,44	2,8%	6,7%	382,87	412,00	3,8%	7,6%
Transportes gerais e armazenagem	86,88	100,79	1,9%	16,0%	190,24	207,45	1,9%	9,1%
Veículos automotores	179,98	229,93	4,4%	27,8%	370,31	454,55	4,2%	22,7%
Outras atividades econômicas	77,22	109,05	2,1%	41,2%	141,56	221,98	2,1%	56,8%
<b>Total das atividades econômicas</b>	<b>4.774,46</b>	<b>5.177,59</b>	<b>100,0%</b>	<b>8,4%</b>	<b>9.807,55</b>	<b>10.822,23</b>	<b>100,0%</b>	<b>10,3%</b>

(\*) Houve reclassificação de algumas empresas.

Na distribuição setorial da arrecadação do ICMS, destacam-se positivamente, no bimestre, os setores de Alimentação; Bebidas; Energia Elétrica; Têxtil e Vestuário e Veículos Automotores. Os setores de Mercados, Lojas e Magazines; Metalurgia e Siderurgia; Petróleo, Combustíveis e Gás Natural e Telecomunicações apresentaram um desempenho negativo, freando o crescimento da arrecadação em relação ao mesmo período de 2013. A seguir, é apresentada uma análise pormenorizada dos setores econômicos acima mencionados.



**Alimentação:**

**Bimestre: R\$ 386,18 milhões / + 53,3%**  
**Acumulado: R\$ 767,57 milhões / + 63,8%**

A substituição tributária no grupo, cuja característica é promover a retenção do imposto no início da cadeia (normalmente indústria e comércio atacadista) e o comércio atacadista, são os principais responsáveis pela alta na arrecadação deste setor que, no 2º bimestre de 2014, cresceu 53,3% (+ R\$ 134,24 milhões) em relação ao mesmo período de 2013.

No acumulado, essa atividade econômica alcançou R\$ 767,57 milhões de arrecadação de ICMS e cresceu 63,8% (+ R\$ 299,01 milhões) e, relação a 2013, principalmente pelos efeitos da substituição tributária no grupo.

**- Bebidas:**

**Bimestre: R\$ 278,23 milhões / + 34,1%**  
**Acumulado: R\$ 619,20 milhões / + 29,8%**

O setor de Bebidas apresentou um acréscimo de 34,1% (+ R\$ 70,80 milhões) em relação ao segundo bimestre de 2013, totalizando R\$ 278,23 milhões de arrecadação de ICMS.

As atividades econômicas industriais de fabricação de cervejas e chopes, que também são submetidas ao regime de substituição tributária foram as que mais se destacaram em sua cadeia produtiva, representando quase 59,6% do segmento.

No acumulado, houve crescimento de 29,8% (+ R\$ 142,05 milhões) em relação ao mesmo período de 2013, totalizando R\$ 619,20 milhões arrecadados.

*O setor de Bebidas, que é influenciado pelos movimentos sazonais das estações do ano, especialmente o verão, e pelos efeitos da substituição tributária, apresentou um crescimento de 34,1% (+ R\$ 70,80 milhões) na arrecadação de ICMS.*

*No acumulado também apresentou resultado positivo (+29,8%), totalizando R\$ 619,20 milhões arrecadados.*

**- Energia Elétrica:**

**Bimestre: R\$ 714,21 milhões / + 35,1%**  
**Acumulado: R\$ 1.366,24 milhões / + 7,7%**

No bimestre, o segmento de Energia Elétrica apresentou acréscimo de 35,1% (+ R\$ 185,71 milhões) em relação ao mesmo período de 2013, atingindo o valor de R\$ 714,21 milhões arrecadados. A alta deve-se, principalmente, à atividade econômica de distribuição de

energia, que representou aproximadamente 87,5% da arrecadação dessa atividade econômica, e à redução da base de cálculo feita pelo Governo Federal em 2013 que reforça a alta em comparação ao mesmo período de 2013.

No acumulado, houve acréscimo de 7,7% (+ R\$ 97,75 milhões), comparados ao mesmo período de 2013, atingindo um total de R\$ 1.366,24 milhões em 2014.

#### **- Têxtil e Vestuário:**

**Bimestre: R\$ 147,44 milhões / + 6,7%**  
**Acumulado: R\$ 412,00 milhões / + 7,6%**

O setor apresentou um aumento de 6,7% (+ R\$ 9,22 milhões) em relação ao segundo bimestre de 2013, totalizando uma arrecadação de R\$ 147,44 milhões, sendo que a atividade mais relevante foi a varejista de artigos de vestuário e acessórios, que representa aproximadamente 56,7% da arrecadação de ICMS neste segmento.

No acumulado, essa atividade econômica apresentou um crescimento de 7,6% (+ R\$ 29,13 milhões) em relação ao mesmo período de 2013, arrecadando R\$ 412,00 milhões em 2014.

#### **- Veículos Automotores:**

**Bimestre: R\$ 229,93 milhões / + 27,8%**  
**Acumulado: R\$ 454,55 milhões / + 22,7%**

No bimestre houve um aumento de 27,8% (+ R\$ 49,95 milhões) na arrecadação em relação ao mesmo período de 2013. Tal desempenho foi influenciado, principalmente, pelo crescimento na indústria de fabricação de automóveis, camionetas e utilitários, representando 37,6% da arrecadação nesta atividade e alta no setor atacadista de automóveis novos e usados que tem participação de 14,9% na arrecadação de ICMS do setor.

No acumulado, o crescimento apresentado foi de 22,7% (+ R\$ 84,23 milhões) em relação a 2013, totalizando R\$ 454,55 milhões.

**- Mercado, Lojas e Magazines:**

**Bimestre: R\$ 190,18 milhões / - 29,4%**  
**Acumulado: R\$ 434,16 milhões / - 23,7%**

No bimestre, a arrecadação do grupo decresceu 29,4%, representando uma redução de R\$ 79,14 milhões na arrecadação deste setor em relação ao mesmo período de 2013, atingindo a marca de R\$ 190,18 milhões. As responsáveis foram as atividades econômicas do setor do comércio varejista de hipermercados, supermercados, que representou 41,2% da arrecadação nessa atividade econômica, e lojas de departamentos e magazines, com uma representação de 26,1% nesse setor.

No acumulado, registrou-se queda (- 23,7%; - R\$ 134,51 milhões), totalizando uma arrecadação de R\$ 434,16 milhões.

**- Metalurgia:**

**Bimestre: R\$ 171,59 milhões / - 14,0%**  
**Acumulado: R\$ 337,13 milhões / - 14,36%**

No bimestre, a arrecadação do grupo decresceu 14,0%, representando uma redução de R\$ 27,97 milhões na arrecadação deste setor em relação ao mesmo bimestre de 2013, atingindo a marca de R\$ 171,59 milhões. Tal redução foi influenciada, principalmente, pela indústria na produção de laminados, que representa 31,4% do valor arrecadado.

A arrecadação acumulada apresentou uma queda de 14,36% (- R\$ 56,55 milhões) em relação ao mesmo período do ano anterior, atingindo um total de R\$ 337,13 milhões em 2014.

**- Petróleo, combustíveis e gás natural:**

**Bimestre: R\$ 995,84 milhões / - 0,2%**  
**Acumulado: R\$ 2.224,08 milhões / + 20,0%**

Este setor apresentou um decréscimo de 0,2% (- R\$ 1,67 milhão) no bimestre em relação ao mesmo período de 2013, totalizando R\$ 995,84 milhões. Os principais responsáveis por tal variação na arrecadação foram a atividade de importação de combustíveis e derivados e, em montante menor, a importação de bens de capital.

No acumulado, por outro lado, essa atividade econômica apresentou um crescimento de 20,0% em comparação ao mesmo período de 2013, totalizando de R\$ 2.224,01 milhões arrecadados. Esse resultado é reflexo, ainda, do comportamento da arrecadação do 1º bimestre de 2014 em que as atividades de comércio atacadista de álcool carburante; biodiesel; gasolina e demais derivados de petróleo e a atividade de importação tiveram influência.

**- Telecomunicações:**

**Bimestre: R\$ 632,96 milhões / -0,8%**

**Acumulado: R\$ 1.248,26 milhões / - 2,8%**

A arrecadação do grupo caiu 0,8%, atingindo a marca de R\$ 632,96 milhões no segundo bimestre de 2014 comparado ao mesmo período de 2013, representando uma redução de R\$ 5,37 milhões na arrecadação desta atividade econômica. A arrecadação foi freada pela queda no setor de telefonia móvel celular, o qual teve participação de 26,7% nesta atividade e serviço móvel especializado (SME).

No acumulado, houve decréscimo de 2,8% (- R\$ 36,45 milhões) em relação ao mesmo período de 2013, atingindo uma arrecadação total de R\$ 1.248,26 milhões.

**IV.1.2 Receita Patrimonial e Royalties**

**Bimestre: R\$ 1.261,67 milhões / + 110,9%**  
**Acumulado: R\$ 2.842,32 milhões / + 7,3%**

**Tabela 17**  
**Receitas Patrimoniais**

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (MAR - ABR)		VAR %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - ABR)		VAR %
	2013	2014		2013	2014	
<b>RECEITA PATRIMONIAL</b>	<b>598,13</b>	<b>1.261,67</b>	<b>110,9%</b>	<b>2.649,87</b>	<b>2.842,32</b>	<b>7,3%</b>
<b>Petróleo</b>	<b>495,16</b>	<b>1.115,06</b>	<b>125,2%</b>	<b>2.456,55</b>	<b>2.544,62</b>	<b>3,6%</b>
Royalties	491,84	768,27	56,2%	1.009,55	1.091,03	8,1%
Part. Especial	2,67	345,76	12839,4%	1.445,68	1.452,50	0,5%
FEP	0,65	1,02	58,5%	1,32	1,09	-17,3%
<b>CFT's</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,0%</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,0%</b>
<b>Aplic. Financeiras</b>	<b>84,40</b>	<b>127,72</b>	<b>51,3%</b>	<b>160,49</b>	<b>261,25</b>	<b>62,8%</b>
<b>Demais Rec. Patrimoniais</b>	<b>18,57</b>	<b>18,89</b>	<b>1,7%</b>	<b>32,83</b>	<b>36,44</b>	<b>11,0%</b>

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro em 20/05/2014.

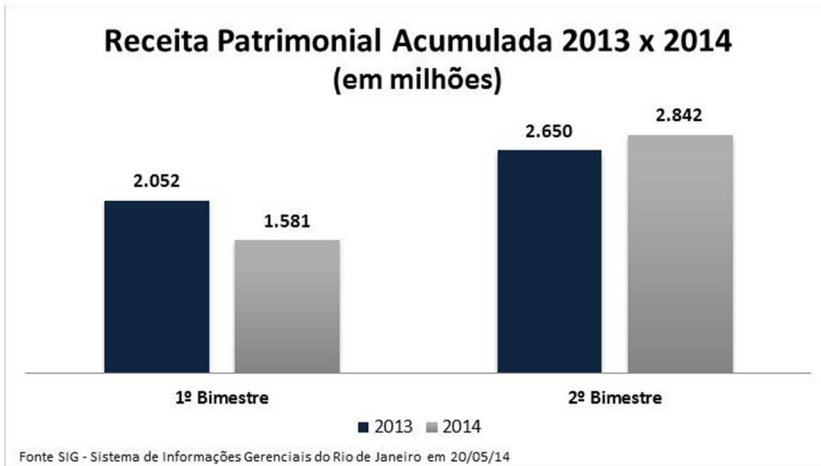
No segundo bimestre de 2014, a receita patrimonial atingiu R\$ 1.261,67 milhões, o que representa um aumento de 110,9% (+ R\$ 663,54 milhões) quando comparada ao mesmo período de 2013.

O resultado obtido no bimestre pode ser explicado principalmente pelas receitas provenientes dos royalties e das participações especiais. Essas receitas serão detalhadas a seguir no item Petróleo.

No acumulado, a receita de petróleo teve uma variação positiva de 3,6% (+ R\$ 88,08 milhões) e representa cerca de 90% do total da receita patrimonial. As aplicações financeiras também contribuem para o resultado da receita patrimonial já que, no acumulado, tiveram uma variação de 62,8% (+ R\$ 100,76 milhões).

***A Receita de Petróleo apresentou variação positiva de 125,2% (+ R\$ 619,9 milhões) no 2º bimestre de 2014.***

Gráfico 9



– **Petróleo:** As receitas de petróleo alcançaram R\$ 1.115,06 milhões no segundo bimestre de 2014, representando um incremento de 125,2% frente a 2013. Do total das receitas de petróleo arrecadadas, as principais são as de royalties e as participações especiais, que são as compensações financeiras extraordinárias devidas pelos concessionários de exploração e produção de petróleo ou gás natural nos casos de grande volume de produção ou de grande rentabilidade.

Gráfico 10

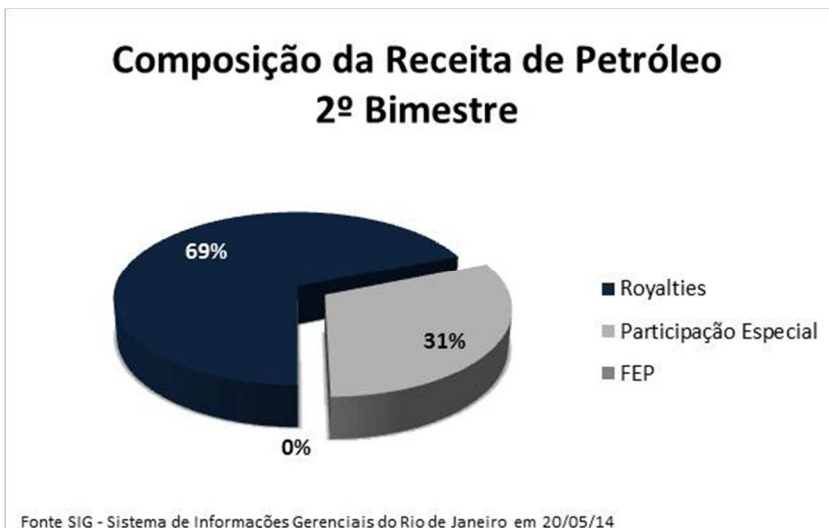
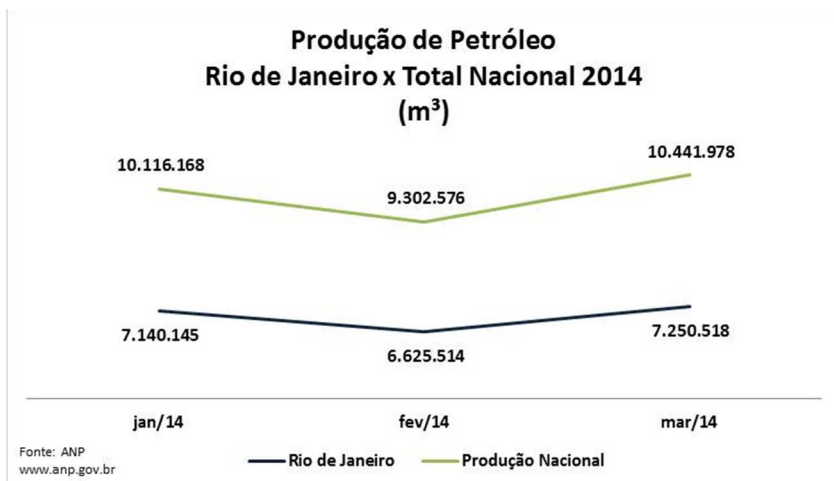


Gráfico 11



A variação observada tanto na receita de royalties (+56,2%, + R\$ 276,42 milhões) quanto na receita de participações especiais (+ 12.839,4%, + R\$ 343,10 milhões) tem como principal justificativa a não contabilização no primeiro bimestre de 2014 do valor de R\$ 575,00 milhões (dos quais R\$ 230,00 milhões se referem aos royalties e 345,00 milhões às participações especiais). Esse montante é referente à cessão definitiva de créditos de Royalties e Participação Especial, pertencentes ao Banco do Brasil e à Caixa Econômica Federal conforme contrato firmado. Conforme mencionado no Boletim de Transparência do primeiro bimestre, esse ajuste foi feito no segundo bimestre.

Importante ressaltar que o pagamento dos royalties ocorre dois meses após a extração do petróleo. Sendo assim, a análise das entradas de receita do 2º bimestre de 2014 é feita com base nos dados de produção, câmbio e valor do *brent* do 1º bimestre de 2014.

Em relação à produção de petróleo, houve ligeira queda em relação ao mesmo período de 2013 (- 2,0%), assim como no preço do *brent* que caiu 5,2%. De outra forma, a taxa de câmbio aumentou 19,0%.

Apesar da queda da produção bimestral, a produção de petróleo no Estado do Rio de Janeiro, segundo dados da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis<sup>19</sup>, correspondeu a 71,0% do total da produção Nacional no bimestre (levando em consideração a produção de petróleo nos meses de Janeiro e Fevereiro de 2014).

**A participação do Rio de Janeiro na produção nacional de Petróleo foi de aproximadamente 71,0%.**

<sup>19</sup> Segundo dados estatísticos do site da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis [www.anp.gov.br](http://www.anp.gov.br)

Gráfico 12



No acumulado, a Receita de Petróleo apresentou variação positiva de 3,6% (+ R\$ 88,07 milhões) no 2º bimestre de 2014.

Ao analisar o acumulado, observa-se um aumento das receitas de petróleo (+ 3,6%, + R\$ 88,07 milhões) com destaque para a receita dos royalties que teve um aumento de 8,1% (+ R\$ 81,48 milhões).

Tabela 18

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (JAN-FEV)		VAR %	EXECUÇÃO ACUMULADA (NOV - FEV)		VAR %
	2013	2014		2013	2014	
Produção (milhões de m³)	14,05	13,77	-2,0%	28,91	28,32	-2,0%
Brent (US\$)	114,51	108,51	-5,2%	111,89	108,89	-2,7%
Taxa de Câmbio (R\$/US\$)	2,00	2,38	19,0%	2,04	2,35	15,4%

Fonte: Energy Information Administration - EIA, 2012.

Nota: O pagamento dos royalties ocorre dois meses após a extração do petróleo. Sendo assim, para a análise das entradas de receita do 2º bimestre de 2014 são apresentados os dados de produção do 1º bimestre de 2014.

– **Aplicações Financeiras:** as aplicações financeiras, no segundo bimestre, aumentaram 51,3% frente a 2013 (+ R\$ 43,32 milhões), totalizando R\$ 127,72 milhões. Este aumento tem como um dos fatores o aumento da taxa SELIC entre 2013 (7,25% a.a.) e 2014 (11% a.a.)<sup>20</sup>. Decompondo o valor das aplicações financeiras no bimestre, destacam-se as contas de remuneração de depósitos bancários (R\$ 111,01 milhões), Remuneração dos Investimentos do RPPS em Renda Fixa (R\$ 3,72 milhões), fundos de investimento (R\$ 12,93 milhões). No acumulado, as aplicações financeiras alcançaram R\$ 261,25 milhões, o que representa variação de 62,8% em relação ao mesmo período do ano anterior (+R\$100,76 milhões).

A Receita de Aplicações Financeiras apresentou variação positiva de 51,3% (+ R\$ 43,32 milhões) no 2º bimestre de 2014.

<sup>20</sup> Segundo dados do Banco Central do Brasil www.bcb.gov.br



**IV.1.3 Demais Receitas Correntes**
**Bimestre: R\$ 639,02 milhões / - 15,7%**
**Acumulado: R\$ 1.507,36 milhões / - 0,7%**

**Tabela 19**  
**DEMAIS RECEITAS CORRENTES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2013/2014.**

DISCRIMINAÇÃO	(R\$ milhões)			(R\$ milhões)		
	EXECUÇÃO BIMESTRAL (MAR - ABR)		VAR %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - ABR)		VAR %
	2013	2014		2013	2014	
<b>DEMAIS RECEITAS CORRENTES</b>	<b>758,27</b>	<b>639,02</b>	<b>-15,7%</b>	<b>1.517,40</b>	<b>1.507,36</b>	<b>-0,7%</b>
Receita de Contribuições	218,77	324,94	48,5%	490,23	571,02	16,5%
Receita Agropecuária	0,01	0,02	26,9%	0,03	0,02	-26,6%
Receita Industrial	0,10	18,37	19000,8%	0,13	50,16	38184,7%
Receita de Serviços	97,07	40,77	-58,0%	201,73	113,99	-43,5%
Multas e Juros de Mora	99,46	96,08	-3,4%	187,76	179,56	-4,4%
Indenizações e Restituições	35,35	22,23	-37,1%	51,11	73,07	43,0%
Dívida Ativa	159,47	20,73	-87,0%	276,17	126,87	-54,1%
Receitas Diversas	148,05	115,88	-21,7%	310,24	392,68	26,6%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro em 20/05/2014.

As Demais Receitas Correntes apresentaram um decréscimo de 15,7% (- R\$ 119,25 milhões) no 2º bimestre em relação a 2013, influenciadas principalmente pela queda arrecadação da Receita de Serviços (- 58,0%; - R\$ 56,30 milhões) e, bem mais representativamente, pela redução na receita originada pela Dívida Ativa (- 87,0%; - R\$ 138,74 milhões), principalmente, pela redução da receita das Cotas-Parte da Dívida Ativa do ICMS dos Estados e dos Municípios (inscritas após 1997).

As Receitas de Contribuições compensaram parcialmente essa queda no 2º bimestre de 2014, apresentando um resultado positivo de 48,5% (+ R\$ 106,17 milhões).

No acumulado, houve uma discreta queda de 0,7% (- R\$ 10,04 milhões) em relação ao mesmo período acumulado de 2013, totalizando R\$ 1.507,36 milhões. Essa redução também foi influenciada pela Receita de Serviços (- 43,5%; - R\$ 87,74 milhões) e pela receita da Dívida Ativa (- 54,1%; - R\$ 149,30 milhões), destacando a redução da receita das Cotas-Parte da Dívida Ativa do ICMS dos Estados e dos Municípios (inscritas após 1997) e da Cota-Parte do Estado da Dívida Ativa do ICMS para o FUNDEB.

– **Receitas de Contribuições:** Houve acréscimo de R\$ 106,17 milhões (+ 48,5%) em relação ao mesmo bimestre do ano passado, resultando numa arrecadação total de R\$ 324,94 milhões no bimestre, com predominância da arrecadação de Contribuições Sociais de Servidores Ativos Cíveis e Militares, que totalizaram R\$ 130,43 milhões e R\$ 30,42 milhões respectivamente.

No acumulado, o acréscimo foi de 16,5% (+ R\$ 80,79 milhões) em relação ao mesmo período de 2013, que totalizaram R\$ 571,02 milhões. Tal acréscimo foi suportado, principalmente, pelas receitas de Contribuições Sociais de Servidores Ativos Cíveis e Militares, que totalizaram R\$ 302,52 milhões e R\$ 73,34 milhões respectivamente, pelas receitas de Contribuições do Servidor Inativo Civil (R\$ 87,90 milhões) e Contribuições de Pensionista Civil (R\$ 29,80 milhões).

– **Receitas Diversas:** Comparativamente ao mesmo bimestre de 2013, houve uma redução de 21,7% (- R\$ 32,17 milhões), totalizando R\$ 115,88 milhões no bimestre. A redução foi influenciada, em parte, pela arrecadação com a Venda de Bilhetes da Loteria Convencional de Múltiplas Chances (- 36,7%) e pela arrecadação de Fundos relacionados ao Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (- 53,56%).

No acumulado, houve um acréscimo de 26,6% (+ R\$ 82,44 milhões) em relação a 2013, atingindo uma arrecadação de R\$ 392,68 milhões, justificada em parte pelo aumento das receitas arrecadadas através do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro.

– **Multas e Juros de Mora e Dívida Ativa:** houve um decréscimo de 3,4% (-R\$ 8,20 milhões) na arrecadação das Receitas de Multas e Juros de Mora em relação ao mesmo período de 2013 gerando um montante de R\$ 96,08 milhões, parcialmente justificado pela queda de arrecadação de Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa dos Tributos (- 10,0%).

A receita de Dívida Ativa também apresentou decréscimo (- 87,0%; - R\$ 138,74 milhões) em relação ao mesmo bimestre de 2013, totalizando R\$ 20,73 milhões, em parte pela redução da receita das

Cotas-Parte da Dívida Ativa do ICMS dos Estados e dos Municípios (inscritas após 1997).

No acumulado, a arrecadação de Multas e Juros de Mora também apresentaram queda (-4,4%; - R\$ 8,20 milhões) em relação a 2013, assim como a da Dívida Ativa. Esta apresentou uma queda de 54,1% (- R\$ 149,30 milhões), principalmente influenciada pela redução da receita das Cotas-Parte da Dívida Ativa do ICMS dos Estados e dos Municípios (inscritas após 1997) e da Cota-Parte do Estado da Dívida Ativa do ICMS para o FUNDEB.

– **Receitas de Serviços:** apresentaram uma redução de R\$ 56,30 milhões (- 58,0%) na arrecadação em relação ao mesmo bimestre do ano passado, resultando nem total arrecadado de R\$ 40,77 milhões no 2º bimestre de 2014, com influência, principalmente, da redução da receita de Serviços de Juros de Empréstimos.

O resultado acumulado acompanhou o bimestral, apresentando queda de 43,5% (- R\$ 87,74 milhões) em relação ao mesmo período de 2013, também influenciado pela da redução da receita de Serviços de Juros de Empréstimos.

– **Receita Industrial:** apresentaram um acréscimo de R\$ 18,28 milhões (+ 19.000,8%) na arrecadação em relação ao mesmo bimestre do ano passado, resultando numa arrecadação de R\$ 18,37 milhões, com destaque para a receita da Indústria de Produtos Farmacêuticos e Veterinários que sozinha alcançou a arrecadação de R\$ 18,31 milhões, através do Instituto Vital Brazil S.A.

No acumulado apresentou um acréscimo de R\$ 50,02 (+ 38.184,7%), totalizando uma arrecadação de R\$ 50,16 milhões. A receita da Indústria de Produtos Farmacêuticos e Veterinários, originada no Instituto Vital Brazil S.A. é decorrente da produção de medicamentos para atender convênio firmado com o Ministério da Saúde e vem incrementando essa fonte de receita, justificando o aumento na arrecadação.

*A receita Industrial alcançou a marca de R\$ 31,79 milhões no 1º bimestre e R\$ 18,37 milhões no 2º bimestre de 2014. Sua composição é fruto, principalmente, da receita gerada pelo Instituto Vital Brazil S.A., que está produzindo medicamentos para atender convênio firmado com o Ministério da Saúde.*

– **Indenizações e Restituições:** Apresentaram uma redução no bimestre de R\$ 13,11 milhões (- 37,1%) em relação ao mesmo período de 2013, atingindo um total de R\$ 22,23 milhões. A principal influência foi redução em Outras Restituições (- R\$ 14,05 milhões).

No acumulado, apesar da queda bimestral, houve uma variação positiva de 43,0% (+ R\$ 21,95 milhões) comparativamente ao mesmo período acumulado de 2013, totalizando R\$ 73,07 milhões arrecadados. Tal arrecadação foi suportada pelas Restituições de Convênios com um acréscimo de R\$ 10,87 milhões.

**IV.I.3.1 Receita de Transferências**

Bimestre: R\$ 978,22 milhões / - 1,1%  
Acumulado: R\$ 2.169,96 milhões / +7,5%

**Tabela 20**  
**RECETA DE TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2013/2014.**

(R\$ milhões)

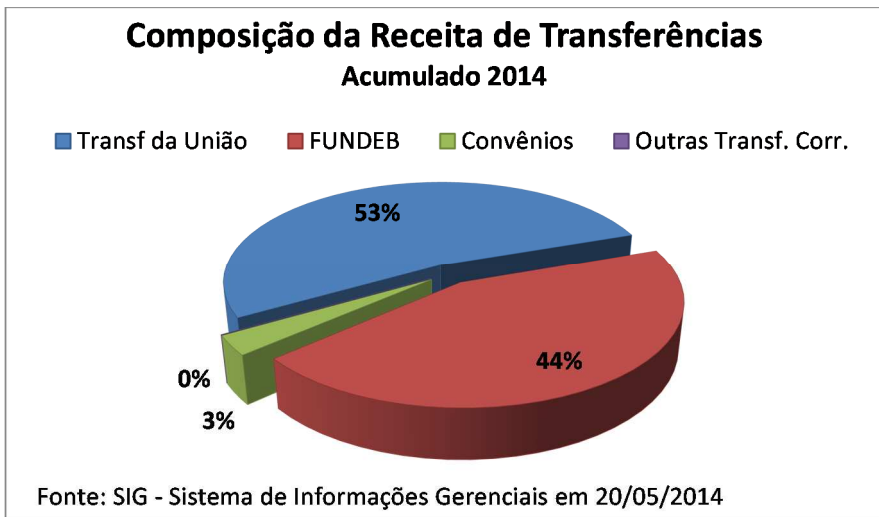
DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (MAR - ABR)		VAR %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - ABR)		VAR %
	2013	2014		2013	2014	
<b>RECETA DE TRANSFERÊNCIAS</b>	<b>988,91</b>	<b>978,22</b>	<b>-1,1%</b>	<b>2.018,84</b>	<b>2.169,96</b>	<b>7,5%</b>
<b>Transf da União</b>	<b>465,17</b>	<b>498,78</b>	<b>7,2%</b>	<b>1.003,12</b>	<b>1.149,72</b>	<b>14,6%</b>
FPE	142,34	158,30	11,2%	350,18	399,62	14,1%
IPI exp	106,72	121,77	14,1%	251,92	251,80	-0,1%
IOF	0,01	0,01	-2,6%	0,02	0,02	4,0%
CIDE	2,84	0,00	-100,0%	2,93	5,92	102,5%
SUS	109,05	102,90	-5,6%	206,96	245,62	18,7%
Salário Educação	64,21	92,37	43,8%	150,53	159,29	5,8%
Lei Kandir	28,59	7,15	-75,0%	28,59	21,44	-25,0%
Outras Transf. da União	11,41	16,30	42,9%	12,00	66,03	450,1%
<b>FUNDEB</b>	<b>444,86</b>	<b>453,05</b>	<b>1,8%</b>	<b>919,03</b>	<b>954,85</b>	<b>3,9%</b>
<b>Convênios</b>	<b>78,87</b>	<b>26,35</b>	<b>-66,6%</b>	<b>96,67</b>	<b>65,35</b>	<b>-32,4%</b>
<b>Outras Transf. Corr.</b>	<b>0,01</b>	<b>0,04</b>	<b>151,3%</b>	<b>0,02</b>	<b>0,04</b>	<b>112,7%</b>

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro em 20/05/2014.

As Receitas de Transferências apresentaram queda bimestral de 1,1% (- R\$ 10,70 milhões), em comparação com o mesmo bimestre de 2013. A redução evidenciada, embora tímida, é derivada das transferências de Convênios, suficientemente significativas para ocultar o crescimento apresentado pelas Transferências da União.

O acumulado destas receitas até abril totalizou R\$ 2.169,96 milhões, o que representou um aumento de 7,5% (+ R\$ 151,12 milhões) em relação ao ano passado. O aumento é devido ao crescimento da receita de Transferências da União no valor de 146,60 milhões.

Gráfico 13



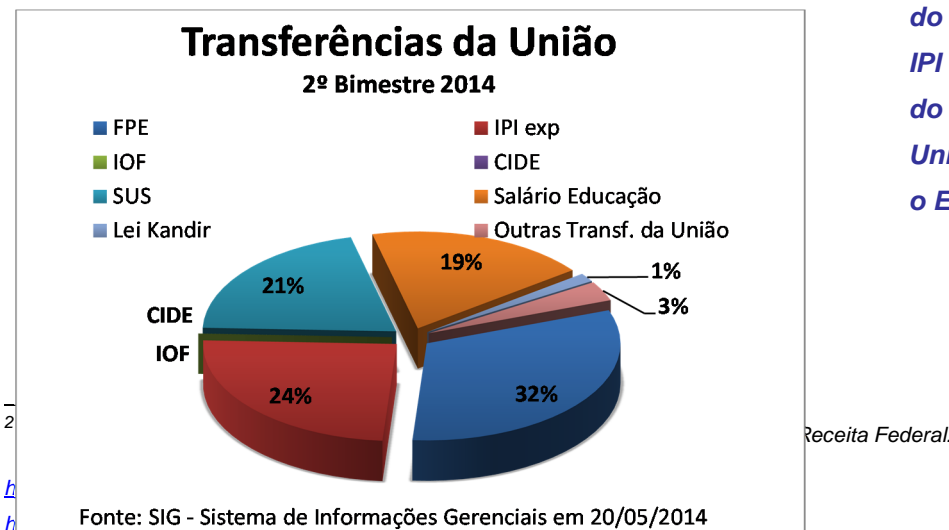
#### IV.1.3.2 Transferências da União

As Transferências da União, no 2º bimestre de 2014, representam 51,0% do total das Receitas de Transferências. O aumento no referido grupo foi de 7,2% (+R\$ 33,61 milhões) em relação ao mesmo período de 2013. No bimestre, os repasses de FPE, IPI-Exportação e Salário Educação foram as principais transferências feitas pela União para o ERJ. Tal assunto será abordado em itens específicos para cada Transferência.

No acumulado, o crescimento de R\$146,60 milhões (+ 14,6%) tornou-se possível pelo desempenho FPE, Transferências do SUS e da receita de Outras Transferências da União, ainda que houvesse queda do IPI-Exportação em comparação ao acumulado de 2013.

– FPE<sup>21</sup>: O Fundo de Participação dos Estados é composto por

Gráfico 14



*O aumento na arrecadação do Imposto de Renda e do IPI justifica o desempenho do FPE, Transferência da União mais significativa para o Estado.*

21,5% da arrecadação do IPI e do IR. O resultado bimestral dessa transferência foi produto do aumento da arrecadação de ambos os impostos. Para fins de análise, o conteúdo referente ao IPI será analisado no item IPI-Exportação, a seguir.

O resultado do 2º bimestre dos recursos do FPE repetiu o bom desempenho do bimestre anterior e superou em 11,2% (+ 15,96 milhões) o mesmo bimestre de 2013.

O desempenho bimestral do Imposto de Renda deve-se principalmente ao aumento de arrecadação do IRPJ – Imposto de Renda Pessoa Jurídica das empresas não-financeiras e do IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte oriundo de Rendimento do Trabalho, resultado da variação nominal da massa salarial habitual.

No acumulado, o crescimento do FPE de R\$ 49,44 milhões (+ 14,1%) é justificado pelo IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte, em especial nos itens IRRF – Rendimentos do Trabalho, motivado pela variação nominal da massa salarial habitual; no IRRF- Rendimentos de Capital, em grande parte motivado pela reclassificação de alguns códigos de receita relativos à tributação dos rendimentos de fundos de previdência privada, do IRRF- Rendimentos do Trabalho para o IRRF- Rendimentos do Capital; e pelo IRRF - Rendimentos de Residentes no Exterior nos itens royalties e assistência técnica assim como dos juros sobre capital próprio.

**-IPI-EXP:** A Constituição de 1988 determina que 10% da arrecadação do IPI seja distribuída para os estados e Distrito Federal, “proporcionalmente ao valor das respectivas exportações de produtos industrializados”, como forma de compensação à desoneração das exportações. A competência para estabelecer e divulgar os coeficientes de participação dos estados cabe ao Tribunal de Contas da União e os mesmos estão disponíveis em <http://portal2.tcu.gov.br/portal/page/portal/TCU/comunidades/transferencias>.

Nesse bimestre essa receita apresentou crescimento de 14,1% (+ R\$ 15,04 milhões), comparativamente ao mesmo período do ano anterior. Esse resultado é reflexo do desempenho dos itens IPI-Automóveis - decorrente da recomposição gradual da alíquota do IPI incidente sobre a aquisição de automóveis, conforme Decretos 7.971/13 e 8.168/13 - e IPI-Outros, influenciado pela recomposição da alíquota do IPI incidente sobre o setor de móveis e linha branca.

O acumulado apresentou ligeira queda de 0,1% (- R\$ 0,13 milhões). Esse resultado é reflexo da redução percentual de 11,1% do coeficiente do IPI-exportação do Estado do Rio de Janeiro, de 18,97851% em 2013 para 16,87082% em 2014.

–**CIDE**: Os recursos repassados pela União aos Estados, DF e Municípios a título de CIDE-Combustíveis são destinados obrigatoriamente ao financiamento de programas de infraestrutura de transportes. Os dados referentes aos coeficientes de distribuição das receitas da CIDE podem ser consultados no portal do TCU na internet.

O decreto 7.764/12 que entrou em vigor a partir do dia 25 de junho de 2012 reduziu a zero as alíquotas da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a importação e a comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados, e álcool etílico combustível. Isso justifica a ausência de repasse dessa transferência no bimestre.

*O valor de R\$ 5,92 milhões recebido no acumulado de 2014 a título de CIDE é residual.*

No acumulado, o valor recebido de R\$ 5,92 milhões, ainda que representando aumento de 102,5%, é residual.

– **LEI KANDIR**: Essa receita é uma transferência da União distribuída a partir de um montante consignado na lei orçamentária anual federal. Devido a atrasos na aprovação do orçamento da União de 2013, o montante referente aos quatro primeiros meses de 2013 foi repassado integralmente em abril de 2013. Consequentemente, tal fato inflou a base comparativa entre este ano e o ano corrente. Assim, em 2014, a transferência da Lei Kandir apresentou queda de 75,0% (- R\$ 21,44 milhões) no segundo bimestre, em comparação ao mesmo período de 2013.

No acumulado, a queda de 25,0% (- R\$ 7,15 milhões) é justificada pela ausência desse repasse pela União no mês de março de 2014.

–**SUS**: A transferência do SUS consiste no repasse de valores, regular e automático, diretamente do Fundo Nacional da Saúde (FNS) para os Estados e Municípios, independentemente de convênio ou instrumento similar. Destina-se ao financiamento dos programas do



SUS e abrange recursos para a Atenção Básica (PAB<sup>22</sup> fixo<sup>23</sup> e PAB variável<sup>24</sup>) e para os procedimentos de Média e Alta Complexidade.

As Transferências do SUS apresentaram leve redução bimestral de R\$ 6,15 milhões (- 5,6%). Tal queda evidencia-se no Programa Vigilância em Saúde.

Apesar da queda bimestral, o acumulado ainda apresenta crescimento de R\$ 38,65 milhões (+ 18,7%), derivado, principalmente, do alto repasse de transferências para o Programa Teto Estadual de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar.

– **OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO:** Nesta conta estão consolidadas as transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento Econômico (FNDE) - exceto as receitas do salário-educação -, do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) e demais transferências da União.

Com arrecadação de R\$ 16,30 milhões no bimestre, esta receita apresentou crescimento de 42,9% (+ R\$ 4,89 milhões) em relação ao mesmo período de 2013. O aumento justifica-se pelas Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social e Transferências Diretas do FNDE referente ao Programa Dinheiro Direto na Escola.

No acumulado, com arrecadação de R\$ 66,03 milhões, esta receita apresentou crescimento de 450,1% (+ R\$ 54,02 milhões) em relação ao mesmo período de 2013. O aumento justifica-se pela ocorrência da transferência do Fundo de Apoio às Exportações (FEX) referente a 2013 em janeiro de 2014, no valor de 48,68 milhões.

#### - FUNDEB:

---

<sup>22</sup> PAB: Piso de Atenção Básica

<sup>23</sup> Refere-se ao financiamento de ações de atenção básica à saúde. Os recursos são transferidos mensalmente, de forma regular e automática.

<sup>24</sup> Destina-se a manutenção do Programa de Agentes Comunitários de Saúde, servindo o recurso para financiar os salários destes, bem como demais despesas decorrentes da manutenção do programa. São recebidas 13 (treze) parcelas durante o ano, sendo o incentivo adicional normalmente creditado no mês de Dezembro.

É um fundo especial, de natureza contábil, formado por recursos provenientes dos impostos e transferências dos estados, Distrito Federal e municípios. São redistribuídos aos estados e municípios de acordo com critérios de rateio baseado no número de alunos matriculados na rede pública divulgado pelo censo escolar. A aplicação de seus recursos na educação básica é obrigatória.

O crescimento das receitas do FUNDEB no bimestre (+1,8% / + R\$8,19 milhões) refere-se à composição do ICMS nas receitas do fundo que, dado seu desempenho, contribuiu para que o resultado alcançasse R\$ 453,05 milhões.

O crescimento de R\$ 35,82 milhões (+ 3,9%) do resultado acumulado é explicado pelo mesmo motivo citado acima.

#### **- CONVÊNIOS:**

As receitas de convênios mostram o valor de R\$ 26,35 milhões, apresentando redução de 66,6% (- R\$ 52,53 milhões) em relação ao mesmo bimestre do ano passado. A queda concentra-se nos recursos transferidos para o Instituto Vital Brazil.

O resultado acumulado apresenta queda de R\$31,33 milhões (- 32,4%), pelos mesmos motivos citados na análise bimestral.

## IV.II Receitas de Capital

Bimestre: R\$ 2.472,03 milhões / +121,2%  
Acumulado: R\$3.742,84 milhões/ +113,9%

Tabela 21

RECETA DE CAPITAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2013/2014.

(R\$ milhões)

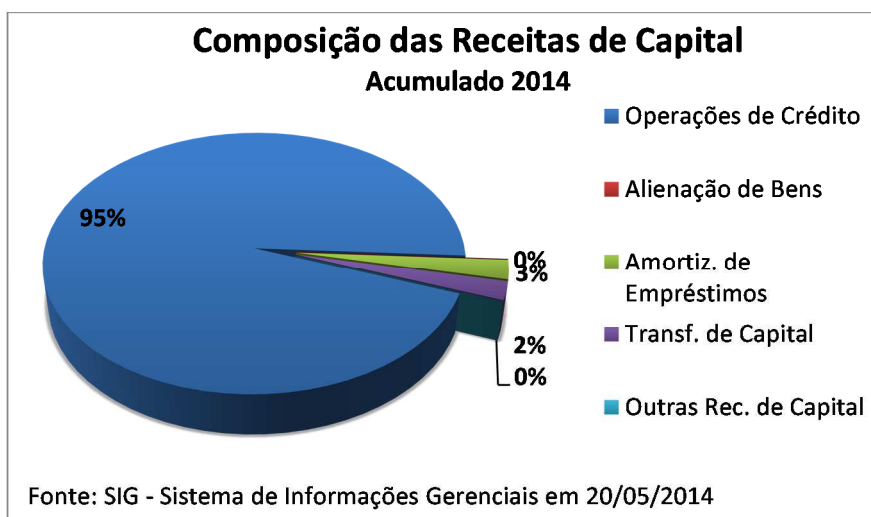
DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (MAR - ABR)		VAR %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - ABR)		VAR %
	2013	2014		2013	2014	
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>1.117,57</b>	<b>2.472,03</b>	<b>121,2%</b>	<b>1.749,50</b>	<b>3.742,84</b>	<b>113,9%</b>
Operações de Crédito	73,82	2.395,27	3.144,6%	693,44	3.568,09	414,5%
Alienação de Bens	1.004,58	0,00	-100,0%	1.004,58	0,00	-100,0%
Amortiz. de Empréstimos	2,57	46,88	1.723,5%	2,57	90,54	3.422,0%
Transf. de Capital	36,60	29,88	-18,4%	48,92	84,22	72,2%
Outras Rec. de Capital	0,00	0,00	0,0%	0,00	0,00	0,0%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro em 20/05/2014.

As Receitas de Capital apresentaram aumento expressivo de 121,2% (+R\$ 1.354,45 milhões) no bimestre, em relação ao mesmo período de 2013, devido ao aumento das Operações de Crédito no montante de R\$ 2.321,44 milhões.

Gráfico 15

### Composição das Receitas de Capital Acumulado 2014



**OPERAÇÕES DE CRÉDITO:** Na Receita de Operações de Crédito, o aumento de 3.144,6% (+ R\$ 2.321,44 milhões) justifica-se por receitas recebidas nas contas Demais Operações de Crédito Internas para Programas de Governo, para o financiamento de programas que financiaram alguns projetos voltados para a Copa do Mundo, dentre

os quais podemos citar o Centro Integrado de Comando e Controle e a Reforma da Estação do Maracanã.

No acumulado, o aumento de receita em R\$ 2.874,65 milhões (+ 414,5%) também é resultante das operações de crédito que objetivam financiar programas de governo.

*Com o aumento das receitas de operações de crédito, torna-se possível custear importantes programas de governo.*

**ALIENAÇÕES DE BENS:** A receita de alienação de bens apresentou queda bimestral de 100,0% (- R\$1.004,58 milhões). Tal fato é explicado pelo ingresso financeiro da receita proveniente do RIOPREVIDÊNCIA, no valor de R\$ 1.000,00 milhões em abril de 2013, não havendo outra receita de mesma origem em todo ano de 2014.

Assim, no acumulado, essa conta também apresentou queda de 100% (- R\$ 1.004,58 milhões). Esse resultado é explicado pelo mesmo ingresso financeiro da receita proveniente da Venda de Títulos do RIOPREVIDÊNCIA já citado anteriormente.

**TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL:** As Transferências de Capital demonstram redução bimestral de 18,4% (- R\$ 6,72 milhões). Esse decréscimo é explicado pela redução dos repasses do Convênio com a Prefeitura do Rio de Janeiro por meio da Secretaria de Segurança.

Apesar da queda bimestral, o resultado acumulado mostrou crescimento de 72,2% (+ R\$ 35,30 milhões). O aumento concentra-se, principalmente, na conta de Transferências de Convênios da União destinadas ao PAC, que inclui também o repasse de recursos da União, através da INFRAERO - Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária. Juntas, essas contas totalizam 62,6% das receitas de transferência de Capital.

**AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS:** As receitas referentes à Amortização de Empréstimos fecharam com crescimento de 1.723,5% (+ R\$ 44,31 milhões) no bimestre. O aumento bimestral expressivo justifica-se na conta do Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro, em especial na receita do FUNDES -

Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social. Devido a nova classificação de contas contábeis, em 2012, a receita oriunda do FUNDES<sup>25</sup> antes classificada como Amortização de Empréstimos passou, no exercício de janeiro de 2013, a ser classificada como Serviços de Juros de Empréstimos (receita corrente). No entanto, essa nova classificação foi desfeita, voltando a vigorar o acordo anterior a partir de junho de 2013. Isto explica os valores zerados no segundo bimestre de 2013 e o aumento expressivo em relação ao mesmo período de 2014.

O aumento do resultado acumulado de 3.422,0% (+ R\$ 87,97 milhões) apresentado nesta receita é decorrente da alteração na classificação orçamentária citada anteriormente.

---

<sup>25</sup> O FUNDES (Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social) tem a finalidade de financiar programas e projetos prioritários em setores estratégicos para o desenvolvimento econômico e social do Estado.

## V. Despesas do Estado do Rio de Janeiro

### V.I - Despesa Total

**Tabela 22**

R\$ Milhões

EXECUÇÃO DA DESPESA TOTAL - JAN A ABR 2014							
PODER EXECUTIVO							
ANO	TIPO	LOA	DOT. ATUAL	CONTING.	DISPONÍVEL	EMP.	LIQ.
2013	DESPESA SEM INTRA	64.691	68.511	3.352	65.159	21.072	17.343
	DESPESA INTRA	2.694	2.856	0	2.856	1.263	1.189
	<b>DESPESA TOTAL</b>	<b>67.386</b>	<b>71.367</b>	<b>3.352</b>	<b>68.015</b>	<b>22.336</b>	<b>18.531</b>
2014	DESPESA SEM INTRA	67.582	68.794	1.463	67.331	22.664	19.668
	DESPESA INTRA	2.977	3.020	0	3.020	1.953	1.857
	<b>DESPESA TOTAL</b>	<b>70.559</b>	<b>71.814</b>	<b>1.463</b>	<b>70.351</b>	<b>24.617</b>	<b>21.524</b>
OUTROS PODERES							
ANO	TIPO	LOA	DOT. ATUAL	CONTING.	DISPONÍVEL	EMP.	LIQ.
2013	DESPESA SEM INTRA	4.799	4.818	0	4.818	2.515	1.578
	DESPESA INTRA	555	555	0	555	207	152
	<b>DESPESA TOTAL</b>	<b>5.354</b>	<b>5.373</b>	<b>0</b>	<b>5.373</b>	<b>2.722</b>	<b>1.730</b>
2014	DESPESA SEM INTRA	5.943	5.936	0	5.936	3.433	1.688
	DESPESA INTRA	587	595	0	595	499	467
	<b>DESPESA TOTAL</b>	<b>6.530</b>	<b>6.530</b>	<b>0</b>	<b>6.530</b>	<b>3.933</b>	<b>2.155</b>

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 20/05/2014.

A Tabela 22 trata sobre a execução das despesas do Estado em aspecto amplo. O Poder Executivo contava inicialmente (Lei Orçamentária Anual) com R\$ 70,56 bilhões, e após alterações orçamentárias decorrentes de créditos adicionais a dotação alcançou R\$ 71,81 bilhões. Conforme já citado no item II deste Boletim, R\$ 1,46 bilhão permanece contingenciado. Neste segundo bimestre já foram empenhados R\$ 24,62 bilhões e liquidados R\$ 21,52 bilhões.

Para gastos dos demais Poderes a dotação disponível para o exercício é de R\$ 6,53 bilhões, 21,6% maior do que em 2013. Um pouco mais da metade do orçamento já foi empenhado, R\$ 3,93 bilhões, dos quais R\$ 2,16 bilhões liquidados.

Tabela 23

RS Milhões

ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS - JAN A ABR 2014			
FR	LOA	CRÉDITOS ADICIONAIS	DOT. ATUAL
TESOURO	49.785	205	49.990
OP. CRÉDITO	7.866	540	8.406
DEMAIS	41.918	-334	41.584
<b>DEMAIS FONTES</b>	<b>23.740</b>	<b>1.000</b>	<b>24.740</b>
CONVÊNIOS	4.251	324	4.576
OUTRAS	19.488	676	20.164
<b>TOTAL</b>	<b>73.524</b>	<b>1.206</b>	<b>74.730</b>
<b>INTRA ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>3.565</b>	<b>-50</b>	<b>3.615</b>

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais  
Obs: Dados extraídos em 20/05/2014.

Tabela 24

RS Milhões

ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS - JAN A ABR 2014		
PRINCIPAIS AÇÕES	FR	CRÉDITOS ADICIONAIS
Implantação de Projetos de Infraestrutura	Operação de Crédito	444
	Tesouro	-0,1
	Convênios	0,1
	Total	444
Imp. Arco Metropolitano - PAC - RJ	Convênios	358
	Operação de Crédito	72
	Tesouro	0,3
	Total	430
Exec Obras Vias Urb - Asfalto Porta e B Novo	Operação de Crédito	72
	Tesouro	308
	Total	380
Oper. Integ. de Unid. Próp. p/ Gest Compart.	SUS	156
Centro de Estudos Jurídicos - PGE	Outras Receitas da Adm. Direta	126
<b>SUBTOTAL</b>		<b>1.536</b>
Outros		-331
<b>TOTAL</b>		<b>1.206</b>

## V.II - Créditos adicionais

Durante os primeiros quatro meses, em decorrência das alterações orçamentárias oriundas de superávits e/ou novos convênios, a dotação aumentou em R\$1,21 bilhão. A dotação financiada com recursos do Tesouro aumentou R\$ 205 milhões, alcançando R\$ 49,99 bilhões. As operações de Crédito cresceram R\$ 540 milhões, atingindo R\$ 8,41 bilhões e as demais Fontes tiveram um acréscimo de R\$ 1,00 bilhão, sendo R\$ 324 milhões em Convênios.

A Tabela ao lado mostra as maiores alterações por ação. A maior parte foi proveniente de superávits financeiros apurados em Balanço patrimonial ao final do exercício. As parcelas provenientes de recursos do Tesouro foram oriundas de cancelamentos de outras ações ou de superávit financeiro de recursos alocados como contrapartida de convênios.

## V.III - Despesas por Fontes de Recursos

Comparando-se a despesa liquidada no 1º quadrimestre com o mesmo período de 2013, verifica-se um crescimento de 11,4%, ou seja, +R\$ 2,43 bilhões, dos quais R\$ 1,38 bilhão nas custeadas com Recursos do Tesouro e 1,05 bilhão nas custeadas com Outras Fontes de Recursos, este justificado em parte pelo pagamento antecipado da Contribuição Patronal ao RIOPREVIDÊNCIA o que gerou – Arrecadação Própria na Autarquia, indispensável ao seu equilíbrio financeiro para cumprir o pagamento de inativos e pensionistas.

As despesas financiadas com Recursos do Tesouro representaram 69,5% da aplicação desses recursos, o que corresponde a um total de R\$ 14,85 bilhões. Desse montante são representativas as despesas financiadas por Recursos Provenientes de Impostos (FR 00) - R\$ 11,24 bilhões, Recursos de Royalties (FR 04) – R\$ 1,43 bilhão e Recursos de Operações de Crédito (FR 11) - R\$

Tabela 25

RS Milhões

DESPESA POR FONTE DE RECURSO			
DISCRIMINAÇÃO	JAN - ABR		Variação %
	2013	2014	
<b>RECURSOS DO TESOURO</b>	<b>13.465</b>	<b>14.847</b>	<b>10,3%</b>
PROVENIENTES DE IMPOSTOS (FR 00)	9.616	11.243	16,9%
NÃO PROVENIENTES DE IMPOSTOS (FR 01)	231	5	-97,7%
ROYALTIES E PART. ESPECIAL PETRÓLEO (FR 04)	1.505	1.430	-5,0%
SALÁRIO EDUCAÇÃO (FR 05)	50	59	18,0%
FUNDO DE PARTIC. DOS ESTADOS (FR 06)	776	148	-80,9%
DEMAIS TRANSF. DA UNIÃO PROV. DE IMPOSTOS (FR 07)	349	95	-72,7%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO*	206	1.314	539,3%
FECP - ADICIONAL DO ICMS (FR 22)	732	547	-25,3%
DEMAIS FONTES TESOURO**		6	
<b>RECURSOS DE OUTRAS FONTES</b>	<b>5.456</b>	<b>6.509</b>	<b>19,3%</b>
ARREC. PRÓPRIA - ADM. INDIRETA (FR 10)	4.405	4.852	10,2%
CONVÊNIOS***	162	281	73,3%
FUNDEB (FR 15)	677	883	30,5%
CONTRATOS INTRAORÇAMENTÁRIO DE GESTÃO SAÚDE (23)	43	99	128,7%
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS DA UNIÃO NÃO REF. CONV. (FR 24)	11	10	-6,7%
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (FR 25)	58	261	346,1%
DEPOSITOS JUD. E EXTRAJUDIC. N-TRIB. LEI147/13 (91)		2	
CONSERVAÇÃO AMBIENTAL (FR 97)		1	
OUTRAS RECEITAS DA ADM INDIRETA (FR 98)			-100,0%
OUTRAS RECEITAS DA ADM DIRETA (99)	100	120	20,5%
<b>SUBTOTAL</b>	<b>18.921</b>	<b>21.356</b>	<b>12,9%</b>
<b>INTRAORÇAMENTÁRIO</b>	<b>1.341</b>	<b>2.323</b>	<b>73,3%</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>20.261</b>	<b>23.679</b>	<b>16,9%</b>

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 20/05/2014.

Exclui despesas intra-orçamentárias / Exclui Imprensa Oficial e CEDAE

\* FR'S 11 e 21

\*\* FR'S 20,26,90,95

\*\*\* FR'S 12, 13, 14, 16, 18, 19

1,31 bilhão, conforme demonstrado na **Erro! Fonte de referência não encontrada.**

Na Tabela 26 detalha-se a aplicação dos Recursos de Royalties no 2º

**Tabela 26**

<i>Distribuição Constitucional ou Legal dos ROYALTIES</i>	
Contribuições Obrigatórias (PASEP)	23.865.860
Encargos com a União (Pagamento da Dívida)	1.200.345.837
Transferência Constitucional aos Municípios	158.021.937
<b>Total</b>	<b>1.382.233.635</b>
<i>Outras Ações Financiadas com Recursos dos ROYALTIES</i>	
Apoio a Projeto de Saneamento, Proteção e Recuperação do Ambiente	699.949
Esgotamento Sanitário - PAC/FECAM	431.686
Esgotamento Sanitário da Zona Oeste	1.922.058
Geração de Emprego e Renda em Comunidades com UPP	1.343.732
Implementação de Educação Ambiental	2.350.775
Lixão Zero - FECAM	396.753
Prevenção e Contr Ambiental de Inundações	8.073.000
Rio Mais Limpo	19.239.336
Saneamento Ambiental dos Municípios do Entorno da Baía de Guanabara	4.738.380
Transporte sobre Trilhos	8.240.091
<b>Total</b>	<b>47.435.759</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>1.429.669.393</b>

bimestre de 2014.

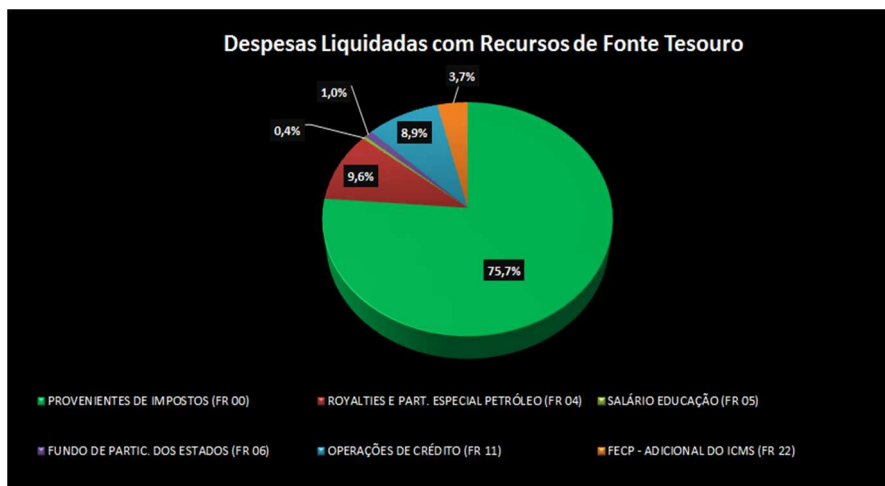
Ainda no âmbito da aplicação dos recursos do Tesouro, a Tabela 27 apresenta os principais investimentos realizados com recursos de Operações de Crédito, no período de janeiro a abril, o equivalente a 82%.

**Tabela 27**

<i>Principais Investimentos com Recursos de Operação de Crédito</i>	
C4IVR Comando, Controle, Comunicação, Computação	37.924.503
Exec Obras Vias Urb - Asfalto Porta e B Novo	136.665.810
Imp. Arco Metropolitano - PAC - RJ	32.006.911
Implantação de Novas Linhas Metroviárias	871.579.969
<b>TOTAL</b>	<b>1.078.177.193</b>

O Gráfico 16 demonstra a participação dessas fontes na composição

**Gráfico 16**





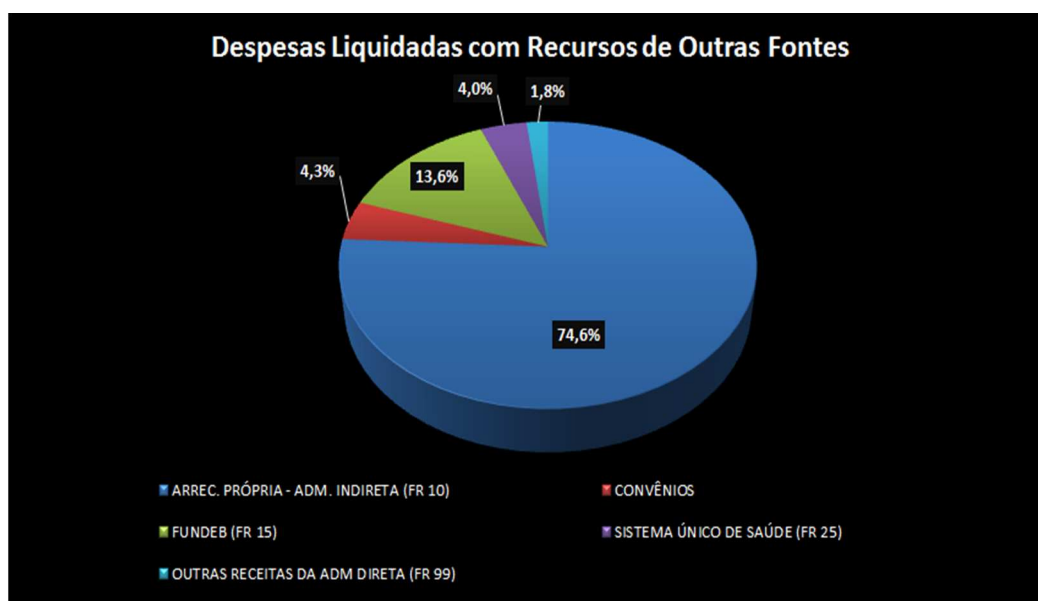
dos Recursos do Tesouro.

Já as despesas realizadas com Fontes de Recursos Não Tesouro, totalizaram R\$ 6,50 bilhões, aumento de 16,2% em relação à 2013. Em sua maioria, foram financiadas por recursos provenientes da arrecadação própria dos órgãos e entidades (FR 10): R\$ 4,85 bilhões, seguida pela FR 15 (FUNDEB), R\$ 882,75 milhões, cuja aplicação é direcionada para a rede de ensino do Estado.

Ainda analisando a execução dos recursos das Fontes Não Tesouro, observa-se uma participação da FR 25 (SUS) - R\$ 260,61 milhões, destinados em grande parte à Operacionalização de UPAS 24H e de Unidades Próprias por Gestão Compartilhada (R\$ 203,82 milhões).

O Gráfico 17 demonstra a participação dessas fontes de recursos.

**Gráfico 17**



## V.IV Despesas por Grupo

Este item apresenta o detalhamento dos gastos sob a ótica da categoria econômica e do grupo de despesa.

A Tabela 28 demonstra o desdobramento entre despesas correntes e de capital bem como os grupos de despesa, comparando os dados do 2º bimestre de 2014 com os apurados no mesmo período de 2013.

**Tabela 28**  
**Despesas por Grupo**

R\$ Milhões

CATEGORIA ECONÔMICA	GRUPO	MAR A ABR			JAN A ABR		
		2013	2014	Variação %	2013	2014	Variação %
CORRENTE	<b>1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</b>	2.775	2.862	3,1%	5.312	5.598	5,4%
	1.1 - PODER EXECUTIVO	2.150	2.185	1,6%	4.066	4.242	4,3%
	1.2 - OUTROS PODERES	625	677	8,4%	1.246	1.356	8,8%
	<b>2 - JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA</b>	462	492	6,5%	897	956	6,6%
	<b>3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES</b>	5.309	5.657	6,6%	11.147	12.119	8,7%
	<b>3.1 - DESPESAS DE CUSTEIO</b>	1.858	1.927	3,7%	2.629	2.933	11,6%
	3.1.1 - PODER EXECUTIVO	1.676	1.725	2,9%	2.349	2.620	11,5%
	3.1.2 - OUTROS PODERES	182	202	11,0%	280	313	11,8%
	<b>3.2 - INATIVOS E PENSIONISTAS</b>	1.914	2.150	12,3%	3.740	4.245	13,5%
	<b>3.3 - TRANSFERÊNCIAS OBRIGATÓRIAS</b>	1.536	1.581	2,9%	4.777	4.941	3,4%
	3.3.1 - ENC. COM A UNIÃO / ROYALTIES (EGE)	1.452	1.512	4,1%	1.293	1.200	-7,2%
	3.3.2 - TRANSFERÊNCIAS AOS MUNICÍPIOS	85	69	-18,5%	3.484	3.741	7,4%
	<b>SUBTOTAL CORRENTE</b>	<b>8.546</b>	<b>9.012</b>	<b>5,4%</b>	<b>17.356</b>	<b>18.673</b>	<b>7,6%</b>
CAPITAL	<b>4 - INVESTIMENTOS</b>	380	1.115	193,1%	546	1.585	190,5%
	4.1 - PODER EXECUTIVO	340	1.084	218,5%	494	1.566	216,7%
	4.2 - OUTROS PODERES	40	31	-23,1%	51	19	-63,2%
	4.3 - RESTITUIÇÃO DE REC.TERCEIROS						
	<b>5 - INVERSÕES FINANCEIRAS</b>	40	6	-84,5%	43	17	-60,8%
	<b>6 - AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA</b>	578	607	5,0%	977	1.081	10,7%
<b>TOTAL CAPITAL</b>	<b>958</b>	<b>1.728</b>	<b>80,3%</b>	<b>1.565</b>	<b>2.683</b>	<b>71,4%</b>	
<b>TOTAL (sem despesas intraorçamentárias)</b>		<b>9.504</b>	<b>10.739</b>	<b>13,0%</b>	<b>18.921</b>	<b>21.356</b>	<b>12,9%</b>
Despesas Intraorçamentárias		778	1.281	64,7%	1.341	2.323	73,3%
<b>TOTAL GERAL</b>		<b>10.282</b>	<b>12.020</b>	<b>16,9%</b>	<b>20.262</b>	<b>23.679</b>	<b>16,9%</b>

**- Despesas Correntes Total:**  
Acumulado 2014: R\$ 18,67 bilhões  
Bimestre 2014: R\$ 9,01 bilhões

**- Despesas de Capital Total:**  
Acumulado 2014: R\$ 2,68 bilhões  
Bimestre 2014: R\$ 1,72 bilhão

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Posição SIG/SIAFEM: 20/05/2014

As Despesas Correntes, integradas pelas despesas de pessoal e encargos sociais, pensionistas, inativos, despesas de custeio além das vinculações constitucionais e legais (transferências aos municípios e encargos com a União) e do pagamento dos juros e encargos da dívida, requereram 87,4% (R\$ 18,67 bilhões) do total liquidado em 2014. As Despesas de Capital, distribuída basicamente

entre investimentos e amortização da dívida, requereram 12,6% (R\$ 2,68 bilhões).

No grupo de Despesas Correntes, a despesa executada com Inativos e Pensionistas no acumulado do exercício registrou crescimento de 13,5% (+R\$ 505,14 milhões), variação impactada pelos reajustes salariais concedidos no decorrer de 2013 a servidores, bem como pelo pagamento antecipado das contribuições patronais ao Rioprevidência, a fim de preservar o fluxo financeiro da instituição, já citado anteriormente.

As Despesas de Custeio dos órgãos bem como aquelas destinadas à realização de programas apresentaram crescimento acumulado no exercício de (+11,6%, ou seja, +R\$310,78 milhões), como exemplo:

Saúde – Programa de Operacionalização das UPAS através de Contratos de Gestão com Organizações Sociais e Apoio às UPAS municipalizadas;

Assistência Social – Programa de Transferência de Recursos para população abaixo da linha da pobreza “Renda Melhor”;

Transporte – Em relação às Despesas com Investimentos, o crescimento neste bimestre (+193,1%, ou seja, R\$734,28 milhões) e no acumulado do ano (190,5%, ou seja, R\$ 1,03 bilhão), é reflexo direto da continuidade de projetos voltados para a ampliação do transporte metroviário (Linha 4) e para continuidade das obras de implantação do arco metropolitano. Adiante serão detalhados os principais gastos com investimentos realizados no exercício vigente.

O pagamento da Amortização da Dívida apresentou no bimestre variação de +5,0%, ou seja, +R\$ 28,87 milhões e no acumulado +10,7% (R\$104,57 milhões), consequência da variação da arrecadação, efeito ainda da receita de depósitos judiciais, conforme já citado, visto que o pagamento toma por base a aplicação do teto de 13% da Receita Líquida Real, conforme estabelecido pela Lei Federal nº9.496/97.

A seguir serão detalhadas as principais ações que justificam as variações ocorridas no período em análise.

### ➤ Despesas de Pessoal

A Tabela 29 detalha as áreas que concentram os maiores gastos com pessoal ativo. No acumulado foram liquidados R\$ 7,65 bilhões (+18,6%, ou seja, +R\$ 1,19 bilhão), consideradas as despesas

**Tabela 29**  
**Despesas de Pessoal - Principais Áreas**

R\$ Milhões

ÓRGÃO	MAR A ABR		VARIÇÃO %	JAN A ABR		VARIÇÃO %
	2013	2014		2013	2014	
Segurança Pública	652	690	5,7%	1.209	1.350	11,7%
Educação	407	455	11,8%	795	881	10,8%
Defesa Civil	191	199	4,0%	341	375	10,1%
Ciência e Tecnologia	172	189	9,7%	322	360	11,8%
Saúde	212	164	-22,7%	376	323	-14,1%
DEMAIS ÁREAS	1.139	1.164	2,2%	2.271	2.309	1,7%
<b>SUBTOTAL</b>	<b>2.775</b>	<b>2.862</b>	<b>3,1%</b>	<b>5.312</b>	<b>5.598</b>	<b>5,4%</b>
<b>DESPESAS INTRAORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>631</b>	<b>1.150</b>	<b>82,1%</b>	<b>1.139</b>	<b>2.052</b>	<b>80,2%</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>3.406</b>	<b>4.011</b>	<b>17,8%</b>	<b>6.451</b>	<b>7.650</b>	<b>18,6%</b>

intraorçamentárias de R\$ 2,05 bilhões (+80,2%, ou seja, + 913,72 milhões). A elevação expressiva das despesas intraorçamentárias liquidada neste exercício é decorrente do aporte de recursos transferidos ao Rio Previdência para assegurar o fluxo de pagamento de Inativos e Pensionistas, também já explicado em outros itens deste Boletim.

No acumulado do ano, foram registrados, aumento de 11,7% (+R\$ 141,04 milhões) na Segurança e 10,1% (+R\$ 34,52 milhões) na Defesa Civil. Os acréscimos averiguados nas duas áreas provêm, em parte, da concessão do auxílio moradia – estabelecido pela Lei Estadual Nº 6.162/2012 e do reajuste de 11,8% do soldo a partir de fevereiro.

Contribui também para a elevação dos gastos de pessoal a gratificação relativa ao Programa Estadual de Integração na Segurança (PROEIS), implantado desde 2011.

No âmbito desse programa já foram firmados convênios com a Light, SEEDUC, SETUR, LAMSA, INEA, Barcas, CEDAE, Rio ônibus, Metrô, Supervia, CODIN e Prefeituras de Duque de Caxias, Macaé, Itaperuna, João da Barra, Rio das Ostras, Niterói, e do Rio de Janeiro.

Destaque para o termo de cooperação técnica firmado há dois anos entre a SEEDUC, SESEG e o Comando Geral de Polícia Militar, possibilitando a atuação do PROEIS na Rede Estadual de Ensino, com o objetivo de reforçar a segurança tanto dos alunos, professores e demais servidores, como também do patrimônio dos estabelecimentos de ensino.

No âmbito da variação do gasto, considera-se, ainda a despesa decorrente da gratificação concedida a policiais alocados em Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) atribuída a título de Regime Adicional de Serviços RAS.

Na área de Educação foram executados até abril R\$ 880,79 milhões, aumento de 10,8% (+85,89 milhões), resultado da política de valorização do profissional de Educação, integrada por um conjunto de medidas, algumas delas a seguir comentadas:

- o auxílio transporte, depois de reajustado em 25% ficará entre R\$ 66 e R\$ 132 dependendo da carga horária desempenhada pelo servidor;

- o auxílio qualificação de R\$ 500, antes restrito a docentes de regência de turma passou a vigorar para demais servidores e diretorias regionais;

- as gratificações de difícil provimento que atendem a 13.923 professores que trabalham em áreas em que existe dificuldade em preencher o quadro de vagas e a dos coordenadores pedagógicos e orientadores educacionais tiveram aumento de R\$ 100 e R\$110 respectivamente;

Na área da Saúde observa-se uma variação aparentemente negativa justificada pelo novo modelo de gestão – Contratos de Gestão – com Organizações Sociais (O.S), que assumem o custeio e os investimentos requeridos pela unidade, além de contratos de pessoal através de cooperativas, inclusive os encerrados pelo ERJ por orientação do Ministério Público.

Nas demais áreas as despesas liquidadas somaram R\$ 2,30 bilhões até abril, incremento de 1,7% (+R\$ 38,72 milhões) em relação ao mesmo período de 2013. Do montante liquidado (R\$2,30 bilhões), 58,7% (R\$ 1,35 bilhão) se referem aos Demais Poderes.

#### ➤ **Outras Despesas Correntes**

A Tabela 30 a seguir apresenta o custo dos principais programas do Estado e da manutenção das atividades no 2º bimestre, comparando o acumulado no ano com igual período de 2013. Em 2014 a despesa de custeio requereu R\$ 2,93 bilhões, dos quais R\$ 1,85 bilhões apenas no 2º bimestre.

Em sua totalidade, as despesas do Grupo *Outras Despesas Correntes* executaram R\$ 12,39 bilhões. Quando comparadas ao mesmo período de 2013, aumentaram 9,2% (+R\$ 1,04 bilhão).

**Tabela 30**  
**Outras Despesas Correntes**

AÇÕES	MAR - ABR		Variação %	JAN - ABR		Variação %
	2013	2014		2013	2014	
	R\$ Milhares					
Demais Poderes	181.945	202.014	11,0%	280.433	313.489	11,8%
Principais Ações de Saúde *	205.065	349.512	70,4%	259.454	457.602	76,4%
Bilhete Único	110.045	76.031	-30,9%	170.135	163.520	-3,9%
Renda Melhor + Aluguel Social	68.686	50.269	-26,8%	100.842	102.201	1,3%
Alimentação dos Apenados e Custodiados	41.907	60.162	43,6%	41.907	66.538	58,8%
Nutrição Escolar	33.051	33.561	1,5%	35.012	41.320	18,0%
Apoio a Estudantes e Pesquisadores	19.970	25.300	26,7%	20.676	28.665	38,6%
Rio Esporte Para Todos	4.200	11.809	181,2%	9.200	23.272	153,0%
Demais Desp. Custeio	1.191.883	1.038.424	-12,9%	1.711.713	1.736.588	1,5%
<b>Subtotal CUSTEIO</b>	<b>1.856.752</b>	<b>1.847.082</b>	<b>-0,5%</b>	<b>2.629.371</b>	<b>2.933.195</b>	<b>11,6%</b>
<b>INATIVOS E PENSIONISTAS</b>	<b>1.914.211</b>	<b>2.149.698</b>	<b>12,3%</b>	<b>3.739.763</b>	<b>4.244.911</b>	<b>13,5%</b>
<b>TRANSF. OBRIGATÓRIAS</b>	<b>1.537.934</b>	<b>1.660.573</b>	<b>8,0%</b>	<b>4.777.447</b>	<b>4.941.029</b>	<b>3,4%</b>
<b>DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>146.521</b>	<b>131.699</b>	<b>-10,1%</b>	<b>201.866</b>	<b>271.278</b>	<b>34,4%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>5.455.417</b>	<b>5.789.052</b>	<b>6,1%</b>	<b>11.348.447</b>	<b>12.390.413</b>	<b>9,2%</b>

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 20/05/2014.

\* Oper. Integ. de Unid. Próp. p/ Gest Compart. + Oper. de UPAS 24 H Própr por Gest Compart. (OS) + Operacion das Unid. Próprias Hosp.e Ambulat. + Apoio às UPAS 24 Horas Municipalizadas

No âmbito da Saúde, as principais ações requereram no exercício R\$ 457,60 milhões, elevação de 76,4% (+R\$ 198,14 milhões), resultado da implantação de novos contratos firmados com Organizações Sociais (OS), ampliando a oferta de serviços de saúde para a população.

Na área do Transporte Público, o Programa Bilhete Único requereu R\$ 163,52 milhões, redução de 3,9% (-R\$ 6,61 milhões) em relação a 2013, redução justificada pelo saldo financeiro nas contas do Fundo Estadual de Transporte - FET - (R\$ 8,6 milhões) e da RIOCARD (R\$19,1 milhões), transferências efetuadas pelo Tesouro em 2013, que atenderam parte da despesa no início deste ano. No período houve uma elevação de 2% do número de benefícios, 2,5 milhões a mais.

Os programas Renda Melhor e Aluguel Social, auxílio financeiro concedido à população economicamente menos favorecida, exigiram até o 2º bimestre de 2014 mais R\$ 1,35 milhão (+1,3%) que em 2013, em decorrência do aumento de número de beneficiários.

O programa de Alimentação dos Apenados e Custodiados representou 88% das despesas correntes da Secretaria de Administração Penitenciária no período, com aumento de R\$ 24,63 milhões até o 2º bimestre (+58,8%), quando comparado a 2013.

**Até o 2º Bimestre de 2014, foram liquidados, em Outras Despesas Correntes do ERJ, R\$ 12,4 bilhões: um acréscimo de R\$ 1,04 bilhões (+9,2%) frente ao apurado no mesmo período de 2013.**

Na comparação do 2º bimestre, a menor variação (+1,5%) entre as principais ações ocorreu no programa de Nutrição Escolar. Porém, no acumulado, houve um aumento de R\$ 6,3 milhões (+18%), sendo este um dos maiores gastos em outras despesas correntes da função Educação.

O programa de Apoio a Pesquisadores e Estudantes, apresentou um aumento de 38,6% (+R\$ 8 milhões) nas despesas até o 2º bimestre de 2014, representando 45,5% das despesas liquidadas da FAPERJ.

Com expressiva variação percentual, porém não significativa em valores absolutos, o programa Rio Esporte para Todos aplicou mais R\$ 14 milhões (+153%) do que no mesmo período de 2013, em diversos polos voltados para o desenvolvimento de atividades físicas, inclusive em áreas pacificadas. Este projeto teve alteração na sua abrangência, passando de 600 para quase 1.000 polos de atuação.

➤ Investimentos e Inversões Financeiras

Tabela 31

Em R\$

PRINCIPAIS AÇÕES	JAN A ABR 2014		Variação (%)
	2013	2014	
Linhas Metroviárias	-	871.579.969	-
Asfalto na Porta e Bairro Novo	-	136.665.810	-
Arco Metropolitano - PAC - RJ	29.086.650	98.517.666	238,7%
Abastecimento de Água - PAC	13.143.823	50.079.885	281,0%
C4IVR - Centro de Comando e Controle - Segurança Pública	6.525.275	38.024.631	482,7%
Projetos de Infraestrutura	44.864.570	25.009.677	-44,3%
Ampliação da Rede e Melhoria da Infraestrutura	12.672.381	21.188.808	67,2%
Rio Mais Limpo	1.971.761	19.239.336	875,7%
Obras e Aquisições de Materias Permanentes - Saúde	1.604.422	19.153.147	1093,8%
Melhoria de Rodovias	1.859.370	17.638.840	848,6%
Implantação de Ações de Apoio Grandes Eventos	-	16.957.039	-
Recuperação da Região Serrana	14.568.909	16.859.842	15,7%
Apoio ao Desenvolvimento dos Municípios	8.607.807	15.985.652	85,7%
Modernização da Prestação Jurisdicional	6.754.805	14.189.199	110,1%
<b>SUBTOTAL</b>	<b>141.659.773</b>	<b>1.361.089.500</b>	<b>860,8%</b>
DEMAIS AÇÕES	446.968.423	240.539.501	-46,2%
<b>TOTAL</b>	<b>588.628.195</b>	<b>1.601.629.001</b>	<b>172,1%</b>

Fonte: SIG - Sistemas de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 20/05/2014

Exclui as despesas intra-orçamentárias/Exclui Imprensa Oficial e CEDAE

A Tabela 31 detalha os gastos realizados pelo ERJ, neste segundo bimestre, no grupo Investimentos e Inversões Financeiras. Até o momento, foram liquidados R\$ 1,60 bilhão, crescimento de 172,1% (+ R\$ 1,03 bilhão) frente ao mesmo período de 2013. Desse montante 82,06% financiados com recursos oriundos de operações de crédito, cerca de R\$ 1,31 bilhão.

O maior valor aplicado no período foi direcionado à ampliação das Linhas Metroviárias, com R\$ 871,57 milhões, representando 54,42% da despesa total com investimentos. O montante foi aplicado nas obras de integração entre as linhas 1 e 4 no trecho Oeste – Jardim Oceânico/Gávea e trecho Sul – Gávea/General Osório. Além disso, foi inaugurada em março a Estação Uruguai, exigência do Governo do Estado, incluída no edital de concessão do Metrô, no qual estava prevista a ampliação da Linha 1 em mais 1,1 Km de extensão.

A recuperação do asfalto de diversas ruas e asfaltamento de outras em cidades da Região Metropolitana, Costa Verde, e Baixada Litorânea requereu R\$ 136,66 milhões.

O Arco Metropolitano, obra que liga Itaboraí a Itaguaí, demandou esse ano R\$ 98,51 milhões, (+281,01%, ou seja, +R\$ 69,43 milhões). Dos 146 km de estradas, que irão cortar 8 municípios, coube ao ERJ a execução de 71 km, de Duque de Caxias à Itaguaí.



Em projetos do PAC referentes a abastecimento de água foram aplicados R\$ 50,07 milhões e em “Projetos de infraestrutura” R\$ 25,00 milhões.

Em obras de restauração do pavimento com asfalto de borracha, drenagem, terraplenagem, alargamento de pontes, contenção, sinalização e implantação de acostamentos na rodovia estadual RJ-220, no entroncamento da BR-356 - divisa RJ/MG, foram aplicados R\$ 8,47 milhões. Demais despesas foram executadas em obras de pavimentação e drenagem nos municípios de Nova Iguaçu e Belford Roxo, cujo montante requerido foi R\$ 9,97 milhões.

Em Ampliação e Melhoria da Rede Física e da Infraestrutura foram utilizados R\$ 21,19 milhões (+67,20%), destinados a obras em diversas unidades de ensino, principalmente no Rio de Janeiro, Macaé, Queimados, Campo do Goytacazes, Teresópolis, Volta Redonda, Nova Iguaçu, Miracema, Nova Friburgo, e Niterói.

Na construção de estações de tratamento de esgoto, estações elevatórias, redes coletoras, sistema de abastecimento de água potável e obras emergenciais de canalização foram aplicados R\$ 19,23 milhões.

Nos investimentos em Saúde foram aplicados R\$ 19,15 milhões, dos quais R\$ 17,80 milhões na aquisição de 180 furgões para o transporte de pacientes. O restante foi direcionado à reforma de unidades de saúde e aquisição de equipamentos.

Na “Melhoria de Rodovias”, cujo gasto alcançou R\$ 17,64 milhões, executaram-se obras de drenagem e pavimentação na RJ-154 em Sapucaia, na RJ-186 em B.J. de Itabapoana, além de reformas e construções de pontes.

Na Ação Implantação de Ações de Apoio a Grandes Eventos da área de Segurança Pública, foram executados R\$ 16,96 milhões, principalmente, com a aquisição de coletes e cartuchos para armamento. Somam-se outras aquisições de menor valor para a Polícia Civil, kits de identificação, revelação, levantamento, acondicionamento e transporte de impressões latentes em locais de crime.

Com a continuidade da Recuperação da Região Serrana liquidaram-se R\$ 16,86 milhões, dos quais R\$ 6,70 milhões na remoção de rochas no bairro São Jorge em Nova Friburgo e R\$ 2,07 milhões em contenção de encostas, também em Nova Friburgo.



**V.V Cumprimento das despesas vinculadas aos índices constitucionais: Educação, Saúde, FAPERJ<sup>26</sup>, FECAM<sup>27</sup> e FEHIS<sup>28</sup>.**

**Tabela 32**

R\$ Milhares

Os recursos mínimos para assegurar a manutenção e o desenvolvimento da Educação e da Saúde estão estabelecidos na Constituição Federal, em percentuais, cuja base de cálculo é a receita oriunda de impostos próprios de cada Estado. Regulamentação semelhante consta da Constituição do ERJ que garantiu recursos para as áreas de Ambiente, Pesquisa e Habitação e Interesse Social.

A Tabela 32 ao lado apresenta a execução parcial dos índices estabelecidos constitucionalmente, neste segundo bimestre de 2014, cujo acompanhamento ao longo do exercício visa corrigir possíveis desvios no desenrolar da execução orçamentária.

No final de 2013, com a edição do Manual de Demonstrativos Fiscais, pela Secretaria de Tesouro Nacional, foi alterada a regra de dedução dos Restos a Pagar cancelados no exercício, quando da apuração do Índice da Saúde. Até então, o valor de Restos a Pagar Inscritos até cinco exercícios anteriores e cancelados no ano em referência eram integralmente deduzidos da despesa realizada, aumentando a aplicação do exercício em referência para compensar a perda decorrente do cancelamento. A nova regulamentação prevê que, a dedução incida apenas sobre a parcela dos Restos a Pagar Cancelados que superem o montante aplicado acima do limite constitucional no ano imediatamente anterior.

De acordo com essa metodologia, em 2013 não houve dedução de RP cancelado no encerramento das Contas de Gestão do exercício.

Cabe lembrar que o acompanhamento dos percentuais aplicados ao longo do ano, conforme apresentado neste Boletim de Transparência, assume fins de planejamento e controle do cumprimento dessas obrigações.

EXECUÇÃO ÍNDICES CONSTITUCIONAIS			
PERÍODO	JAN - ABR		Variação %
	2013	2014	
<b>EDUCAÇÃO</b>			
RECEITA BASE	10.644.834	11.402.621	7,1%
DESPESA LIQUIDADADA*	2.619.891	3.100.864	18,4%
FUNDEB	1.811.925	1.962.699	8,3%
MÍNIMO A SER APLICADO (25%)	2.661.208	2.850.655	7,1%
<b>% ÍNDICE</b>	<b>24,6%</b>	<b>27,2%</b>	<b>2,58%</b>
<b>SAÚDE</b>			
RECEITA BASE	10.644.818	11.402.605	7,1%
DESPESA LIQUIDADADA**	891.242	843.717	-5,3%
MÍNIMO A SER APLICADO (12%)	1.277.378	1.368.313	7,1%
<b>% ÍNDICE</b>	<b>8,4%</b>	<b>7,4%</b>	<b>-1,0%</b>
<b>FAPERJ</b>			
RECEITA BASE	6.359.701	6.808.447	7,1%
DESPESA LIQUIDADADA	90.204	85.166	-5,6%
MÍNIMO A SER APLICADO (2%)	127.194	136.169	7,1%
<b>% ÍNDICE</b>	<b>1,4%</b>	<b>1,3%</b>	<b>-0,2%</b>
<b>FECAM</b>			
RECEITA BASE	2.313.987	2.390.001	3,3%
DESPESA LIQUIDADADA	42.797	47.482	10,9%
MÍNIMO A SER APLICADO (5%)	115.699	119.500	3,3%
<b>% ÍNDICE</b>	<b>1,8%</b>	<b>2,0%</b>	<b>0,1%</b>
<b>FEHIS</b>			
RECEITA BASE	918.241	994.248	8,3%
DESPESA LIQUIDADADA	54.968	45.240	-17,7%
MÍNIMO A SER APLICADO (10%)	91.824	99.425	8,3%
<b>% ÍNDICE</b>	<b>6,0%</b>	<b>4,6%</b>	<b>-1,4%</b>

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 18/03/2014.

1. Valor da Despesa Liquidada

\* Desconta o valor de RP Processado Cancelado inscritos nos últimos 5 exercícios.

\*\* Inclui o valor da FR 23 - Gestão de Saúde

<sup>26</sup> FAPERJ- Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro

<sup>27</sup> FECAM- Fundo Estadual de Conservação Ambiental

<sup>28</sup> FEHIS- Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social

➤ Educação

Tabela 33

Em R\$Milhares

Até abril de 2014, a despesa liquidada na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino alcançou R\$ 3,10 bilhões, um aumento de 18,4% (+R\$ 480,97 milhões). A aplicação na função já alcança 27,2% da receita base. A Tabela 33 mostra a aplicação por Grupo de Despesa.

O Grupo Outras Despesas Correntes, que agrega o custeio de todas as Unidades Orçamentárias que compõem o índice, além das transferências ao FUNDEB, aumentou 5,5% em relação ao 2º bimestre do ano anterior.

O FUNDEB representou 63,3% do montante aplicado na função. Comparado ao mesmo período do ano passado, registrou-se variação positiva de R\$ 150,77 milhões. O valor transferido a cada mês cumpre regulamentação legal - Lei - 11.494/2007, parametrizado pela receita realizada no mesmo mês.

A variação de 61,0% (+R\$ 367,25 milhões) nas despesas de pessoal financiadas com recursos do Tesouro (FR 00 e 22), em parte, é decorrente da realização de despesas com Obrigações Patronais, repasse antecipado de receita, essencial ao equilíbrio financeiro do RIOPREVIDÊNCIA, destinado a pagamentos de inativos e pensionistas. As despesas de custeio apontam aparente variação negativa de 20,4% (-R\$ 40,52 milhões) em relação a igual período de 2013, justificada pela execução das despesas de benefícios (auxílios qualificação, transporte e alimentação) em outra fonte de recurso (FR 15 – retorno do FUNDEB) cujos gastos não são contabilizados no índice.

Neste bimestre a despesa com investimento apresentou execução negativa de 9,7% (-R\$1,21 milhões) não obstante a aplicação da FAETEC em R\$ 8,49 milhões para aquisição de unidades modulares e telhado de estrutura metálica para atender a novos CVT's.

A Tabela 34 abaixo demonstra a distribuição da despesa do Índice por Unidade Orçamentária e, na exposição de motivos, segue a análise da execução de cada uma delas.

GRUPO DE DESPESA	APLICAÇÃO NA FUNÇÃO		Variação %	Participação em 2014
	JAN - ABR			
	2013	2014		
Pessoal	601.637	968.885	61,0%	31,2%
Outras Desp. Correntes	2.010.561	2.120.811	5,5%	68,4%
Custeio*	198.636	158.112	-20,4%	5,1%
FUNDEB*	1.811.925	1.962.699	8,3%	63,3%
Investimento/Inversões	12.417	11.209	-9,7%	0,4%
RP Cancelado	4.723	42	-99,1%	0,0%
<b>TOTAL</b>	<b>2.619.891</b>	<b>3.100.864</b>	<b>18,4%</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 20/05/2014.

\*A participação do Custeio e do FUNDEB foi calculada com base no Total Geral

*Escola de Aperfeiçoamento no Andaraí beneficia 53 mil profissionais de Educação com oficinas, palestras e curso de formação em área de ensino e gestão.*



Tabela 34

Em R\$

UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS*	DISTRIBUIÇÃO DO ÍNDICE POR UO		Variação %	Participação em 2014
	JAN - ABR			
	2013	2014		
SEEDUC - Secretaria de Estado de Educação	262.357.895	472.372.254	80,0%	15,2%
DEGASE - Depart.Geral Ações Socio-Educat.	38.154.318	52.157.949	36,7%	1,7%
UERJ - Fundação Universidade do Estado do RJ	250.593.296	303.626.262	21,2%	9,8%
FAETEC - Fund de Apoio à Escola Técnica do Est do RJ	204.513.829	256.575.033	25,5%	8,3%
UENF - Fund Univ Est Norte Fluminense Darcy Ribeiro	43.129.079	37.636.690	-12,7%	1,2%
CECIERJ - Fund Centro Ciên Educ Sup Distân do Est RJ	7.271.451	6.956.879	-4,3%	0,2%
UEZO - Fund Centro Univers Estad da Zona Oeste	6.669.571	8.881.114	33,2%	0,3%
<b>Total das Unidades Orçamentárias**</b>	<b>812.689.439</b>	<b>1.138.206.182</b>	<b>40,1%</b>	<b>36,7%</b>
FUNDEB**	1.811.924.524	1.962.699.131	8,3%	63,3%
RP Cancelado**	4.723.143	41.720	-99,1%	0,0%
<b>TOTAL DO ÍNDICE</b>	<b>2.619.890.820</b>	<b>3.100.863.593</b>	<b>18,4%</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 20/05/2014.

\* A participação de cada unidade orçamentária foi calculada com base no valor apurado em Total das Unidades Orçamentárias.

\*\* Participação calculada com base no Total do Índice da Educação.

A variação das despesas do DEGASE no período foi de, +36,7% (+R\$ 14,00 milhões), com a maior parcela (R\$ 7,32 milhões) destinada à operacionalização de suas unidades. Voltado para inserção social dos internos, no desenvolvimento de diversos projetos, neste bimestre, cabe citar a parceria com Sistema SENAI/Firjan, ONG Rio Solidário e Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro,

A segunda maior participação na função está concentrada na Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ – aumento de R\$ 53,03 milhões (+21,2%). A maior parcela, R\$ 35,92 milhões, foi aplicada em apoio à formação dos estudantes (R\$ 10,72 milhões), residência médica (R\$11,39 milhões), bem como cotistas e demais estudantes (R\$ 13,81 milhões).

A despesa da FAETEC aumentou 25,5% (+R\$ 52,06 milhões). Deste acréscimo, parte se refere às despesas de pessoal (R\$ 44,43 milhões), já incluído o pagamento antecipado da obrigação patronal ao RIOPREVIDÊNCIA e os restantes foi destinado ao custeio das suas unidades. Nestes primeiros 4 meses do ano foram aplicados R\$ 11,02 milhões em investimentos, com destaque para construção e melhoria de Centros Vocacionais Tecnológicos – CVT(s).

Os recursos diretamente arrecadados pelo Estado ou oriundos de transferências da União, são contabilizados para fins de cumprimento do Índice, mas, a função Educação conta com outras fontes de financiamento que são responsáveis por montante significativo da despesa. A Tabela 35 abaixo discrimina por FR a aplicação desses recursos que, em relação ao 2º bimestre de 2013, registrou variação positiva de 30,9% (+R\$ 235,23 milhões).

**Tabela 35**  
**Aplicação na Função**

Em R\$

FR - FONTES NÃO TESOIRO	FUNÇÃO EDUCAÇÃO		Variação %	Participação em 2014
	JAN - ABR			
	2013	2014		
FUNDEB (FR 15)	676.672.674	882.756.400	30,5%	88,6%
SALÁRIO EDUCAÇÃO (FR 05)	49.663.435	58.614.828	18,0%	5,9%
TRANSF. VOLUNT. DA UNIÃO NÃO REFERENTES A CONVÊNIOS (FR 24)	9.969.030	8.454.610	-15,2%	0,8%
RECURSOS PRÓPRIOS (FR 10)	9.909.386	10.299.867	3,9%	1,0%
SUS (FR 25)	8.840.421	8.749.084	-1,0%	0,9%
OPERAÇÃO DE CRÉDITO (FR 11)		20.956.702	0,0%	2,1%
CONVÊNIOS (FR 12-13)	5.701.322	6.153.017	7,9%	0,6%
<b>TOTAL</b>	<b>760.756.268</b>	<b>995.984.508</b>	<b>30,9%</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 20/05/2014.

1. Exclui despesas intra-orçamentárias, CEPERJ e FAPERJ

Os recursos do FUNDEB, R\$ 792,41 milhões foram destinados ao pagamento da folha de salários e os restantes, R\$ 90,34 milhões, a benefícios concedidos aos docentes (auxílio transporte, alimentação e qualificação, já comentados). Nestes auxílios, o percentual de desembolso em relação ao mesmo período de 2013 representou um acréscimo de 144,2% (+R\$ 53,34 milhões). O Salário Educação (FR 05), contribuição social arrecadada pela União e distribuída às Secretarias de Educação dos Estados e Municípios pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE destina-se exclusivamente a ações de desenvolvimento da educação básica. Até o 2º bimestre, do montante aplicado (R\$ 58,61 milhões), uma parcela liquidada de R\$ 32,96 milhões foi direcionada ao Programa de Alimentação Escolar. A diferença (R\$ 25,64 milhões), a SEEDUC aplicou em manutenção da rede escolar.

Neste exercício de 2014, parte das obras da Rede Física Escolar vem sendo realizadas com recursos de operações de crédito, liberando recursos próprios do Tesouro para reforçar as demais despesas correntes da Educação. Esses recursos são provenientes de operações de crédito – FR11, firmadas com o Banco do Brasil, no âmbito do Programa Pró-Cidades; atendeu a demanda por obras,

reparos e climatização das unidades escolares em diversos municípios do Estado, após avaliação e resultado do Indicador Geral do Estado do Imóvel – IGE. Foram aplicados também na finalização das obras do Colégio Liceu de Humanidade de Campos de Goytacazes (tombado pelo INEPAC), inaugurado em março deste ano.

As Transferências Voluntárias da União (FR 24), repassadas para a SEEDUC - Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, tiveram desembolso total de R\$ 8,54 milhões, uma variação negativa de -15,2% (-R\$ 1,51 milhões) em relação ao mesmo período de 2013, em função do real número de alunos matriculados e de escolas municipalizadas.

➤ **Saúde**

No segundo bimestre de 2014, a despesa com ações e serviços de Saúde totalizou em R\$843,71 milhões, conforme demonstrado na Tabela 36.

**Tabela 36**

Em R\$

DISTRIBUIÇÃO DO ÍNDICE POR GRUPO DE DESPESA				
GRUPO DE DESPESA	JAN A ABR		Variação %	Participação em 2014
	2013	2014		
Pessoal	420.810.872	381.964.969	-9,2%	45,3%
Outras Desp. Correntes	462.236.638	441.304.325	-4,5%	52,3%
Investimento/Inversões	6.677.607	19.444.122	191,2%	2,3%
Amortização da Dívida	1.516.871	1.003.551	-33,8%	0,1%
RP Cancelado	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>891.241.989</b>	<b>843.716.967</b>	<b>-5,3%</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 20/05/2014.

Destaca-se o aumento constatado no grupo Investimentos (+191,2%, +R\$ 12,77 milhões) em relação ao mesmo período do ano passado. Dos R\$ 19,44 milhões liquidados, R\$ 17,80 milhões referem-se à aquisição de vans destinadas à doação aos municípios mediante termo assinado pelas prefeituras e a Secretaria de Estado de Saúde, a municípios do ERJ para transporte de pacientes em tratamento em outras cidades.

Na área de pessoal, a despesa apontada na tabela é aplicada diretamente pelo FES na remuneração de pessoal fixo, alguns cooperativados além de concursados da Fundação de Saúde. O desafio de diminuir a quantidade de vínculos precários de trabalho, conforme orientação do Ministério Público, principalmente contratos firmados com cooperativas, está sendo colocado em prática. Elas estão sendo substituídas gradativamente por profissionais concursados e admitidos pela Fundação de Saúde ou contratados por Organizações Sociais de Saúde (segundo a Consolidação das Leis de Trabalho e todos os seus benefícios). Por esse motivo, a despesa liquidada com esses contratos terceirizados apresentaram até o bimestre, uma queda de 83,40% em relação a 2013 (-R\$ 77,05 milhões), contribuindo para a variação negativa apurada no total da despesa de pessoal (-9,2%, ou -R\$ 38,84 milhões).

No grupo Outras Despesas Correntes, foi constatado um decréscimo de 4,5% (-R\$ 20,93 milhões) em relação ao ano anterior, reflexo do ritmo de execução orçamentária no início do ano. Sua participação na execução do índice foi de 52,3% das aplicações, resultado do modelo de gestão implantado nas unidades do Sistema de Saúde do ERJ através dos Contratos de Gestão pactuados com as Organizações Sociais (OS).

A análise das principais ações desenvolvidas nesse grupo até o segundo bimestre será abordada por itens conforme a destinação final, destacando-se as mais expressivas:

1- Operacionalização Integral de Unidades Próprias por Gestão Compartilhada - aplicação de R\$ 107,47 milhões discriminados por Hospitais conforme Tabela 37 ao lado.

2- Operacionalização das Unidades Próprias Hospitalares e Ambulatoriais – aplicação de R\$ 71,87 milhões, a saber: R\$ 16,63 milhões no pagamento de Serviços de Apoio Administrativo, Técnico e Operacional; R\$ 13,18 milhões no Reparo, Adaptações e Conservações de imóveis da Rede Física; R\$ 13,04 milhões no Preparo e Distribuição de Alimentação nas Unidades Próprias de Saúde do ERJ; R\$ 10,33 milhões na aquisição de Material Cirúrgico, de Laboratório e de Enfermagem; dentre outras despesas.

3 - Operacionalização das UPA's 24 horas Próprias administradas por Gestão Compartilhada – despesa realizada de R\$ 36,51 milhões

Tabela 37– Repasse para OS's

Em Milhões  
R\$

REPASSE PARA AS OS's		
UNIDADES COM GESTÃO COMPARTILHADA INTEGRAL	LOCALIZAÇÃO	JAN A ABR
HOSPITAL DE ORTOPEdia E TRAUMATOLOGIA DONA LINDU	PARAÍBA DO SUL	7,13
HOSPITAL ESTADUAL ALBERT SCHWEITZER	REALENGO	21,57
HOSPITAL ESTADUAL ADÃO PEREIRA NUNES	DUQUE DE CAXIAS	11,08
HOSPITAL ESTADUAL AZEVEDO LIMA	NITERÓI	21,72
HOSPITAL ESTADUAL DO CÉREBRO	CENTRO RJ	7,56
HOSPITAL ESTADUAL GETÚLIO VARGAS	PENHA	17,05
COMPLEXO REGIONAL MATERNIDADE E CLÍNICA DA MULHER	MESQUITA	21,36
<b>TOTAL REPASSADO</b>		<b>107,47</b>

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 20/05/2014.

Tabela 38 – UPA's do ERJ

Em R\$

UPA'S 24HS do ERJ (Gestão por meio de OS)	VALORES REPASSADOS
	JAN A ABR
COPACABANA	3.582.000
QUEIMADOS	3.370.000
NOVA IGUAÇU I	1.685.000
MESQUITA	3.370.000
CAXIAS I	1.544.409
SÃO GONÇALO II	5.373.000
SÃO GONÇALO I	3.580.207
ILHA do GOVERNADOR	5.373.000
MARÉ	3.582.000
CAMPOS dos GOYTACAZES	5.055.000
<b>TOTAL REPASSADO</b>	<b>36.514.615</b>

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 20/05/2014.

Tabela 39 – UPA's Municipalizadas

Em R\$

UPA'S MUNICIPALIZADAS	VALORES REPASSADOS
	JAN A ABR
BELFORD ROXO	2.000.000
RESENDE	2.000.000
PETRÓPOLIS	4.000.000
ARARUAMA	2.000.000
SÃO JOÃO DE MERITI	2.000.000
ANGRA DOS REIS	2.000.000
BARRA MANSA	2.000.000
CABO FRIO	2.000.000
ITAGUAÍ	2.000.000
ITAPERUNA	2.000.000
MACAÉ	2.000.000
MARICÁ	2.000.000
NILÓPOLIS	2.000.000
RIO BONITO	2.000.000
TERESÓPOLIS	2.000.000
TRÊS RIOS	2.000.000
VOLTA REDONDA	1.750.000
NOVA FRIBURGO	2.000.000
<b>TOTAL REPASSADO</b>	<b>37.750.000</b>



em várias unidades do ERJ, conforme detalhamento na Tabela 38 ao lado.

4 - Apoio às UPA's 24 horas Municipalizadas – gastos de R\$ 37,75 milhões na forma de incentivo financeiro para custeio e manutenção dessas unidades localizadas em diversos municípios do ERJ, listados na Tabela 39 ao lado.

A Tabela 40 abaixo evidencia a distribuição dos recursos por unidade orçamentária da Saúde.

**Tabela 40 – Distribuição do Índice por UO**

Em R\$

UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS	DISTRIBUIÇÃO DO ÍNDICE POR UO		Variação %	Participação em 2014
	JAN A ABR			
	2013	2014		
FES - Fundo Estadual de Saúde	834.340.839	728.877.162	-12,6%	86,4%
Fundação Saúde do Estado de Rio de Janeiro	43.329.619	98.941.307	128,3%	11,7%
IVB - Instituto Vital Brasil S.A.	13.570.200	15.821.628	16,6%	1,9%
SES - Secretaria de Estado de Saúde	1.331	76.872	-	-
<b>Total das Unidades Orçamentárias</b>	<b>891.241.989</b>	<b>843.716.967</b>	<b>-5,3%</b>	<b>100,0%</b>
RP Cancelado	-	-	-	-
<b>TOTAL DO ÍNDICE</b>	<b>891.241.989</b>	<b>843.716.967</b>	<b>-5,3%</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

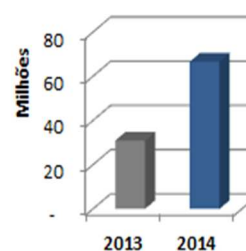
Obs: Dados extraídos em 20/05/2014.

O Fundo Estadual de Saúde – FES – responsável pela execução no período (86,4%, R\$ 728,88 milhões), apresentou uma queda (-12,6%, ou seja, -R\$ 105,46 milhões) frente ao executado neste período em 2013, refletindo o ritmo de execução orçamentária mais lento no início do ano.

A Fundação Saúde (UO 2942) exibiu incremento em relação a 2013: variação positiva de R\$ 55,61 milhões (+128,3%), reflexo da contratação, pelo regime celetista, de profissionais concursados. A execução da despesa na Fundação é contabilizada na FR 23 (Contratos Intraorçamentários de Gestão de Saúde), previamente empenhada no FES, com recursos do Tesouro em favor da Fundação.

As despesas do Instituto Vital Brazil (IVB) aumentaram R\$ 2,25 milhões (+16,6%) em relação ao segundo bimestre do ano anterior. Sua participação na execução do índice é de 1,9% das aplicações. Seus principais gastos com recursos do Tesouro referem-se à Pessoal e Encargos Sociais (R\$ 6,91 milhões) e à Manutenção das Atividades Operacionais (R\$ 5,48 milhões).

**GASTO COM  
REMUNERAÇÃO  
DOS CONCURSADOS  
até ABRIL - UO 2942**



➤ **Saúde - Outras Fontes de Recursos:**

Além dos recursos do Tesouro, a Função Saúde também é financiada com recursos de Outras Fontes, não contabilizados para fins de apuração do Índice Constitucional. A Tabela 41 abaixo discrimina o detalhamento da execução a partir de tais fontes.

**Tabela 41**

Em R\$

FUNÇÃO SAÚDE				
FR - FONTES NÃO TESOURO	JAN A ABR		Variação %	Participação em 2014
	2013	2014		
RECURSOS PRÓPRIOS (FR 10)	93.901.786	56.214.162	-40,1%	18,1%
CONVÊNIOS (FR 13)	3.030.000	3.070.339	1,3%	1,0%
SUS (25)	49.500.847	251.744.335	408,6%	80,9%
<b>TOTAL</b>	<b>146.432.633</b>	<b>311.028.836</b>	<b>112,4%</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 20/05/2014.

1. Exclui despesas intra-orçamentárias

Comparada à execução do segundo bimestre de 2013, as despesas liquidadas com Recursos Próprios (FR 10) registrou um decréscimo de R\$ 37,69 milhões (-40,1%). Dos R\$ 56,21 milhões executados nesse ano, R\$ 51,63 milhões correspondem a gastos do Instituto Vital Brasil – IVB – (UO 2971), basicamente na manutenção de seu parque industrial: R\$ 39,72 milhões foram aplicados em Medicamentos em Geral, R\$ 7,55 milhões em Serviços Especializados e R\$ 2,80 milhões em Serviços Técnicos, Científicos e de Pesquisa.

As despesas e receitas do Sistema Único de Saúde (SUS - FR 25), em 2014, cresceram até esse segundo bimestre.

Pelo lado da receita, o aumento foi de 15,35% (+37,64 milhões). Em 2013, a arrecadação no bimestre alcançou R\$ 245,27 milhões e, em 2014, R\$ 282,91 milhões.

A despesa financiada pela FR 25 apresentou crescimento em relação ao mesmo período de 2013 (aumento de 408,6%; +R\$ 202,24 milhões), isto porque parte dos recursos transferidos pelo Ministério da Saúde ao ERJ, passou a cobrir, juntamente com os recursos do Tesouro, os gastos de Unidades Próprias do ERJ, em conformidade com a legislação do SUS.

Do montante de R\$ 251,74 milhões executados na FR 25, R\$ 118,47 milhões foram direcionados para a Operacionalização Integral das Unidades Próprias por Gestão Compartilhada; R\$ 85,35 milhões para a Operacionalização das UPA's 24horas geridas por meio de OS; R\$ 18,51 milhões para Assistência Hospitalar e Ambulatorial de Alta e Média Complexidade; R\$ 10,16 milhões para Assistência Farmacêutica Especializada (RioFarmes), dentre outras despesas de menor vulto.

Com recursos de Convênios (FR 13) foram aplicados R\$ 3,07 milhões num convênio firmado entre o Fundo Nacional de Saúde/Ministério da Saúde e o IVB para Ampliação da Capacidade de Produção Industrial, especificamente para a contratação de empresa para implantação de *business intelligence* - sistema de inteligência de informação.

### ➤ FAPERJ

A Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do ERJ (FAPERJ), nas diversas ações de apoio à pesquisa liquidou até o segundo bimestre R\$ 85,16 milhões financiados com recursos do Tesouro. Embora com crescimento em algumas ações, a despesa total aplicada foi menor em 5,6% (- R\$ 5,03 milhões) em relação ao mesmo bimestre de 2013. A Tabela XX mostra a aplicação nas principais ações da FAPERJ.

A tabela ao lado demonstra a execução orçamentária da FAPERJ nas fontes Tesouro, e conta também com recursos próprios, diretamente arrecadados, e com recursos de convênios (R\$ 4,91 milhões), não contabilizados na apuração do índice. Até o 2º bimestre, a execução foi de 1,3% em relação à receita base realizada, compatível com execução do 1º quadrimestre.

A maior parcela liquidada pelas fontes Tesouro foi direcionada ao Apoio a Estudantes e Pesquisadores, R\$ 28,30 milhões pagos a título de auxílio financeiro - bolsa a estudantes, além dos demais auxílios à pesquisa já citado em Boletim anterior.

Tabela 42

EM R\$

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA			
FONTE TESOURO			
PROJETO/ATIVIDADE	JAN A ABR		Variação %
	2013	2014	
Apoio a Estudantes e Pesquisadores	20.309.800	28.305.620	39,4%
Desenv Estudos e Pesquisas através FAPERJ	19.350.285	22.330.276	15,4%
Desenv de Estudos e Pesquisas através da UERJ	6.333.974	13.622.298	115,1%
Apoio à Formação Superior à Distância CECIERJ	4.052.085	5.544.283	36,8%
Núcl de Pesquisa e Tecnol p/Desenv Socioecon	31.310.761	5.344.037	-82,9%
Inovação Tecnológica	2.454.155	3.407.823	38,9%
Desenv Estudos e Pesquisas através da UENF	2.628.771	2.462.735	-6,3%
Pessoal e Encargos Sociais	2.170.322	2.291.833	5,6%
Nova sede da FAPERJ	-	693.869	
Apoio à Pesquisa na Administ Pública Estadual	368.000	526.327	43,0%
Manut Ativid Operacionais / Administrativas	388.741	383.226	-1,4%
Pagamento Despesas Serviços Utilidade Pública	731.139	182.491	-75,0%
Apoio ao Pesquisador na Empresa	46.960	49.680	5,8%
Despesas Obrigatórias	51.683	17.187	-66,7%
Prest Serv entre Órg Est/ Aquis Comb e Lubrif	6.978	4.106	-41,2%
	90.203.651	85.165.792	-5,6%

A FAPERJ mantém convênio de cooperação técnica com a UERJ para atender aos participantes do PROATEC (Programa de Apoio Técnico), que visa dar suporte técnico a projetos acadêmicos e do PRÓ-CIÊNCIA, programa que institucionaliza a dedicação exclusiva na carreira de docente da UERJ. Atualmente a Universidade participa do programa de 414 docentes. A FAPERJ liquidou nesta ação R\$ 13,62 milhões, também incluída despesa com aquisição de imóvel em Nova Friburgo para implantação de um Instituto Politécnico.

Em relação às Outras Fontes de Recursos, até o 2º bimestre, a despesa liquidada no FATEC (Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico) em FR 10, recursos diretamente arrecadados, atingiu o patamar de R\$ 3,87 milhões, sendo que este montante está diretamente relacionado ao pagamento de auxílios (ADT1/CVT e ADT1/FAETERJ) e em FR 13 ao pagamento de bolsa-convênio entre FAPERJ e INMETRO.

#### ➤ FECAM

O Fundo Estadual de Conservação Ambiental e Desenvolvimento Urbano (FECAM), responsável pela gestão de projetos de investimentos direcionados ao setor de meio ambiente, conta, a partir de norma estadual, com 5% dos recursos provenientes da indenização pela extração do petróleo e gás do ERJ e de 10% quando provenientes da camada do pré-sal.

Até o 2º bimestre de 2014, o FECAM liquidou R\$ 47,48 milhões, redução de 10,9% (R\$ 4,7 milhões) comparando ao mesmo período de 2013. Pela ótica da receita realizada no período a execução foi inferior a 50%, do mínimo estabelecido em norma legal, conforme apresentado na Tabela 32.

As ações realizadas em 2014 com recursos do Fundo estão descritas na Tabela 44 abaixo. Nela são apresentados os projetos desenvolvidos, assim como o órgão responsável pela execução e os valores liquidados no exercício.

**Tabela 43**

OUTRAS FONTES			
PROJETO/ATIVIDADE	JAN A ABR		Variação %
	2013	2014	
Fundo de Apoio ao Desenv Tecnológico - FATEC	202.094	3.871.025	1815,5%
Apoio a Estudantes e Pesquisadores	365.900	359.740	-1,7%
Inovação Tecnológica	-	688.261	
	567.994	4.919.026	766,0%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 20/05/2014.

A ação com maior peso, com um gasto total de R\$ 19,2 milhões no período foi Rio Mais Limpo, correspondendo a 41% do total liquidado no Fundo.

**Tabela 44 – Índice FECAM**

Em R\$

<b>AÇÃO</b>	<b>PRINCIPAIS PROJETOS</b>	<b>ORGÃO RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO</b>	<b>MAR - ABR</b>	<b>JAN - ABR</b>
Rio Mais Limpo	Implantação do sistema de esgotamento sanitário e complexo do sistema de abastecimento de água potável do núcleo urbano de Paraty. Saneamento, incluindo a construção de estações de tratamento de esgoto, estações elevatórias, redes coletoras e interceptores.	SEA	19.239.336	19.239.336
Transporte sobre Trilhos	Implantação das Obras da Linha 4.	RIO TRILHOS	8.240.091	8.240.091
Prevenção e Controle Ambiental de Inundações	Benfeitorias nos rios da região metropolitana e serrana.	INEA	4.249.981	7.052.248
Saneamento nas Bacias da Baía de Guanabara	Construção de Sistema de Coleta e transporte de esgoto.	CEDAE	3.849.594	3.849.594
Demais Ações	-	-	7.225.811	9.100.709
<b>TOTAL GERAL</b>			<b>42.804.812</b>	<b>47.481.977</b>

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 20/05/2014.

➤ **FEHIS**

O Fundo Estadual de Habitação e de Interesse Social (FEHIS) é financiado com recursos oriundos do Fundo Estadual de Combate à Pobreza (FR 22) aplicados na área de habitação por diversas Unidades Gestoras – UG(s): Secretaria de Obras - SEOBRAS de Habitação - SEH, Instituto de Terras e Cartografia - ITERJ, Companhia Estadual de Habitação - CEHAB e pela Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos - SEASDH, responsável pelo Aluguel Social a famílias atingidas por intempéries ou retiradas de área de risco.

O FEHIS executou até abril R\$ 45,24 milhões. Em comparação ao mesmo período do exercício anterior a execução foi menor em 17,70% (-R\$ 9,27 milhões), justificada pela finalização de algumas obras, como por exemplo, as 564 unidades habitacionais, construídas na área da antiga fábrica da CCPL em Benfica, entregues as ex-moradores de Mangueiros e do Complexo do Alemão.

A Tabela 45 demonstra as ações executadas neste início de ano, discriminadas por órgão, principais projetos executados e o valor total liquidado em cada uma delas.

Outra parte dos recursos foi aplicada em benefício assistencial temporário, instituído no âmbito do Programa Estadual Morar Seguro, para atender a remoção de famílias domiciliadas em áreas de risco ou desabrigadas em razão de vulnerabilidade temporária e calamidade pública. Neste ano, foram aplicados R\$ 23,98 milhões, 53,02% do total dos recursos aplicados no bimestre pelo FEHIS.

Aluguel Social 2014	
Municípios Beneficiados	Jan- Abr
Região Serrana	9.416.338
Niterói	7.294.223
Manguinhos	6.301.019
São Gonçalo	974.639
<b>Total</b>	<b>23.986.219</b>

Obs: Dados extraídos em 20/05/2014.

**Tabela 45 – Índice FEHIS**

			Em R\$
ORGÃO	AÇÃO	PRINCIPAIS PROJETOS	DESPESA LIQUIDADADA JAN- ABR
<b>SEOBRAS</b>	Urbanização das Comunidades - PAC	Indenizações para desocupação de imóveis no Complexo do Jacarezinho.	576.300
	Urbanização do Dona Marta	Construção de 64 unidades habitacionais e centro comunitário de ação social na Comunidade Santa Marta	392.341
	Urbanização do Complexo de Manguinhos-PAC-RJ	Indenização para desocupação de imóvel no Complexo de Manguinhos, complementação da urbanização para entrega de 564 unidades habitacionais	2.692.418
	Urbanização do Complexo do Alemão - PAC-RJ	Indenização para desocupação de imóvel no Complexo do Alemão, reformas e serviços de urbanização integrada projeto social e regularização fundiária no Complexo do Alemão.	360.014
		Outros	1.744
<b>TOTAL SEOBRAS</b>			<b>4.022.818</b>
<b>SEH</b>	Relocação de moradores assentados em áreas risco/Insalub	Aluguel provisório referente ao período jan-abr; entrega das unidades habitacionais (UHS) em Três Rios; inauguração das 138 UHS no Parque Eldorado.	227.255
<b>TOTAL SEH</b>			<b>227.255</b>
<b>ITERJ</b>	Acordo de Cooperação Técnico-Financeira BNDES	Aquisição de diversos equipamentos agrícolas; 09 caminhões; 16 retroescavadeiras, 06 distribuidores de fertilizantes e sementes; contratação de empresa especializada para execução de obras de construção de galpão no assentamento rural nos municípios de Barra do Pirai, São Gonçalo, Italva, Mangaratiba e Japeri.	1.051.622
		Outros	434.846
<b>TOTAL ITERJ</b>			<b>1.486.468</b>
<b>CEHAB</b>	Produção de Unidades Habitacionais	Obras de construção de 562 unidades habitacionais em Teresópolis, Laje de Muriaé, Ciúncula, Duque de Caxias, Carmo, Casemiro de Abreu e Pinheiral; Sapucaia; Estrada Silveira da Motta-Posse	2.896.417
	Recuperação e Melhoria de U. Habitacionais	Recuperação de 278 blocos conjunto habitacional em Petrópolis, Engenho Novo, São João de Meriti, Pilares, Benfica, Cosmorama, Mesquita, Del Castilho, Engenho da Rainha, Belford Roxo, Nova Iguaçu; recuperação de 11 blocos do Conjunto Residencial Ferroviários II; recuperação de 118 blocos totalizando 1.416 aptos condomínio morada da ilha e recuperação de uma vila no hospital em Jacarepaguá.	1.653.197
	Urbanização de Assentamentos Irregulares	Esgotamento sanitário no município de Mesquita e serviço de reurbanização.	10.657.066
		Outros	310.753
<b>TOTAL CEHAB</b>			<b>15.517.434</b>
<b>SEASDH</b>	Aluguel Social	Aluguel Social para as famílias da região Serrana, Niterói, Manguinhos e São Gonçalo.	23.986.219
<b>TOTAL SEASDH</b>			<b>23.986.219</b>
<b>TOTAL GERAL</b>			<b>45.240.193</b>

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 20/05/2014.

## VI – ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

### VI.1 Cota Financeira

A Cota Financeira publicada no 2º bimestre<sup>29</sup> desse ano, pela Secretaria de Estado da Fazenda, apresentou um acréscimo em torno de R\$ 200,0 milhões em comparação à resolução publicada anteriormente, em março de 2014. Observa-se que cerca de R\$ 175,3 milhões desse montante é pertinente às Outras Fontes de Recursos, conforme apresentado no Gráfico 1, e, no que se refere às Fontes de Recursos do Tesouro, houve um incremento de R\$ 20,2 milhões.

A Tabela 46 demonstra que 30,5% (R\$ 1,19 bilhão) do montante liberado da Cota Financeira, até o segundo bimestre do ano, foi para FR do Tesouro; e, 69,5% (R\$ 2,71 bilhão) para Outras FR. O percentual maior da cota financeira para Outras FR se deve aos desembolsos referentes às operações de créditos (contratadas anteriormente) ocorridas no mês de março/2014, abarcando determinados os programas de governo.

Contudo, a utilização dos recursos pelos órgãos não seguiu a mesma distribuição, ou seja, a parcela utilizada das FR do Tesouro foi de 98,8%, da Cota Financeira liberada, enquanto as Outras FR utilizaram apenas 70,1%. Percebe-se, portanto, a tendência dos órgãos em utilizar os recursos do Tesouro.

Cabe ressaltar que as áreas de Educação, Saúde e Segurança (as áreas prioritárias) consumiram de forma ágil sua cota financeira relativa às FR do Tesouro, utilizando, praticamente, 100% de suas cotas. Destaque para Educação e Saúde, as quais utilizaram 99,8% das cotas liberadas (Tabela 47).

No que tange o desempenho na quitação das PD's, o Tesouro Estadual adimpliu 87,1% das Programações de Desembolso emitidas.

Gráfico 18

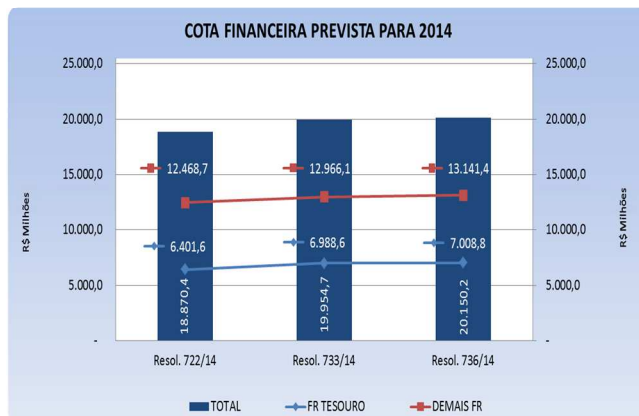


Tabela 46

ACOMPANHAMENTO DOS GASTOS POR FR ATÉ ABRIL DE 2014					
FR	DESP. EMPENHADA (A)	DESP. LIQUIDADADA (B)	COTA FIN. LIBERADA (C)	COTA FIN. UTILIZADA (D)	DESP. PAGA (E)
FR - Tesouro	2.334	1.561	1.192	1.177	1.026
FR - Outros	3.129	1.943	2.712	1.902	1.791
<b>Total geral</b>	<b>5.463</b>	<b>3.504</b>	<b>3.904</b>	<b>3.080</b>	<b>2.816</b>

Fonte: SIG e SIAFEM  
Obs: Posição acumulada até Abr/2014

FR	(B)/(A)	(B)/(C)	(D)/(B)	(D)/(C)	(E)/(D)
FR - Tesouro	66,9%	131,0%	75,4%	98,8%	87,1%
FR - Outros	62,1%	71,6%	97,9%	70,1%	94,1%
<b>Total geral</b>	<b>64,1%</b>	<b>89,8%</b>	<b>87,9%</b>	<b>78,9%</b>	<b>91,4%</b>

Fonte: SIG e SIAFEM  
Obs: Posição acumulada até Abr/2014

Tabela 47

ACOMPANHAMENTO DOS GASTOS ATÉ ABRIL DE 2014 POR ÁREAS (FR TESOURO)					
ÁREAS	DESP. EMPENHADO (A)	DESP. LIQUIDADADA (B)	COTA FIN. LIBERADA (C)	COTA FIN. UTILIZADA (D)	DESP. PAGA (E)
EDUCAÇÃO	138	71	44	44	38
SAÚDE	783	559	372	371	286
SEGURANÇA	240	148	96	95	85
DEMAIS ÁREAS	1.172	783	679	668	616
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>2.334</b>	<b>1.561</b>	<b>1.192</b>	<b>1.177</b>	<b>1.026</b>

Fonte: SIG e SATE  
Obs: Posição acumulada até Abr/2014

ÁREAS	(B)/(A)	(B)/(C)	(D)/(B)	(D)/(C)	(E)/(D)
EDUCAÇÃO	51,4%	162,3%	61,5%	99,8%	87,6%
SAÚDE	71,3%	150,1%	66,5%	99,8%	77,0%
SEGURANÇA	61,7%	154,1%	63,9%	98,4%	89,9%
DEMAIS ÁREAS	66,8%	115,2%	85,3%	98,2%	92,3%
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>66,9%</b>	<b>131,0%</b>	<b>75,4%</b>	<b>98,8%</b>	<b>87,1%</b>

Fonte: SIG e SATE  
Obs: Posição acumulada até Abr/2014

<sup>29</sup> Resolução nº 736, de 03 de abril de 2014.



Dentre as áreas prioritárias, cabe destaque para a área de Segurança, foram honrados, aproximadamente, 90,0% das PD's, emitidas até o segundo bimestre do ano corrente.

## VI.2 Pagamento de PD's

O Tesouro Estadual, durante o segundo bimestre de 2014, praticou o prazo médio de pagamento de 09 dias para as Programações de Desembolso da Área Prioritária e 14 dias para as Áreas Não Prioritárias, como se observa na Tabela 48. Comparando-se ao mesmo período do ano anterior, o prazo médio diminuiu, pois em 2013 foi aplicado o prazo de 16 dias para Prioritária e de 21 dias para Não Prioritária.

Neste contexto, no bimestre março-abril, o Tesouro adimpliu 83,1% das PD's em até 20 dias (Gráfico 19), e, apenas 07 Programações de Desembolso foram honradas após 30 dias das suas respectivas datas de emissão, totalizando um montante inferior a R\$ 20,0 mil.

Portanto, o Tesouro Estadual continua pagando os fornecedores, quase em sua totalidade, com um prazo inferior a 30 dias após a data da emissão da Programação de Desembolso pelos órgãos estaduais. Esta tendência ratifica a política de eficiência na execução dos pagamentos com os recursos do Tesouro Estadual.

Tabela 48

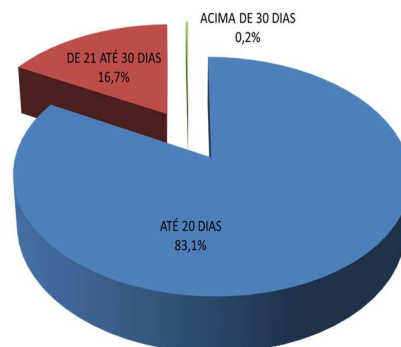
### PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTOS DAS PD's 2º BIMESTRE DE 2014

ÁREAS	PRAZO MÉDIO
PRIORITÁRIAS	9
NÃO PRIORITÁRIAS	14
MÉDIA GERAL	12

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais - SIG

Gráfico 19

PDs POR PRAZO MÉDIO DE PAGTO  
2º BIMESTRE 2014



### VI.3 Administração do Saldo de Caixa do Tesouro

O Comitê de Política Monetária (COPOM), na 182ª reunião<sup>30</sup>, aumentou em 0,25 pontos percentuais a taxa SELIC, elevando a mesma para 11,0% a.a. Este foi o nono aumento desde abril de 2013, e, segundo o COPOM, a medida visou assegurar a convergência da trajetória da inflação para a meta de 4,5% a.a. estabelecida pelo mesmo para 2014.

Os fundos nos quais o Tesouro Estadual aplica os recursos públicos mantiveram bom desempenho no segundo bimestre de 2014, obtendo em média 99,55% da taxa do Certificado de Depósitos Interbancário (CDI – benchmark dos fundos).

Quanto a receita financeira, o montante registrado no 2º bimestre de 2014 apresentou queda de 22,5% em relação ao bimestre anterior. Fato que ocorreu devido a uma menor disponibilidade financeira, já que no segundo bimestre tem-se mais desembolsos devido a abertura do orçamento.

Por outro lado, se compararmos o 2º bimestre de 2014 com o mesmo período do exercício anterior, observa-se que houve aumento de 45,1% na receita financeira registrada. Atribui-se tal resultado a alta na taxa do CDI (Certificados de Depósito Interbancário - *benchmark*), que apresentou crescimento de 51,7%, e também houve uma maior disponibilidade de caixa em relação ao mesmo período de 2013.

Analisando-se o período de janeiro a abril de 2014, os investimentos dos recursos públicos geraram receita financeira de R\$ 108,7 milhões, montante este que representa 48% dos R\$ 224,7 milhões previstos na Lei Orçamentária Anual (LOA), para todo o ano de 2014.

Gráfico 20

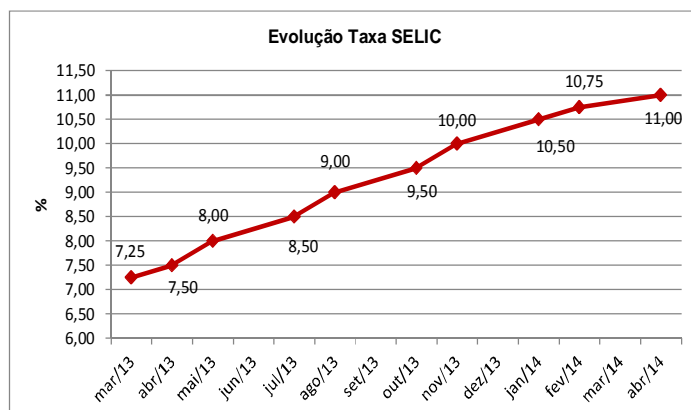


Gráfico 21

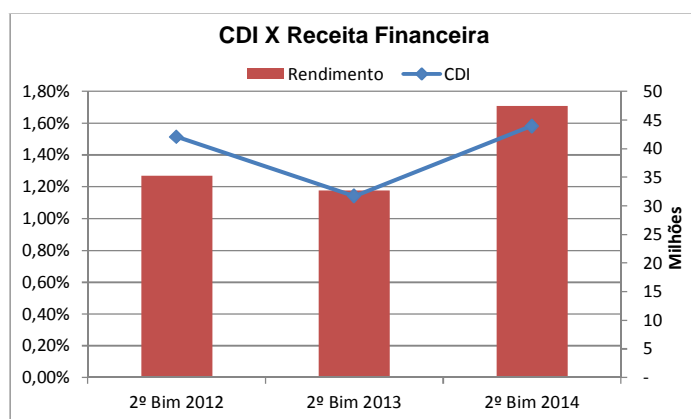
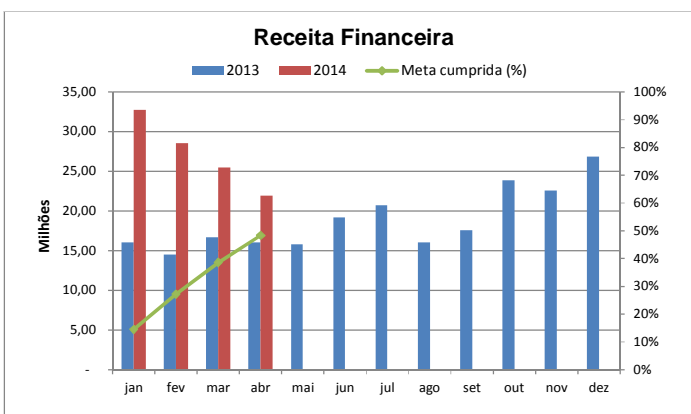


Gráfico 22



<sup>30</sup> Reunião realizada nos dias 01 e 02 de abril de 2014.

#### VI.4 Adimplemento de concessionárias e prestadores de Serviços Públicos

Em 2014, o Tesouro Estadual utilizou o montante de R\$ 38,20 milhões para honrar as despesas realizadas com serviços públicos essenciais prestados aos Órgãos da administração direta e indireta do Estado do Rio de Janeiro. A maior parte deste montante, cerca de 44,0 %, foi utilizada para honrar despesas com serviços de energia elétrica, o restante subdivide-se em: 31,0% para despesas com telefonia, móvel e dados, 19,0% para despesas de água e esgoto, e 6,0% para os demais serviços.

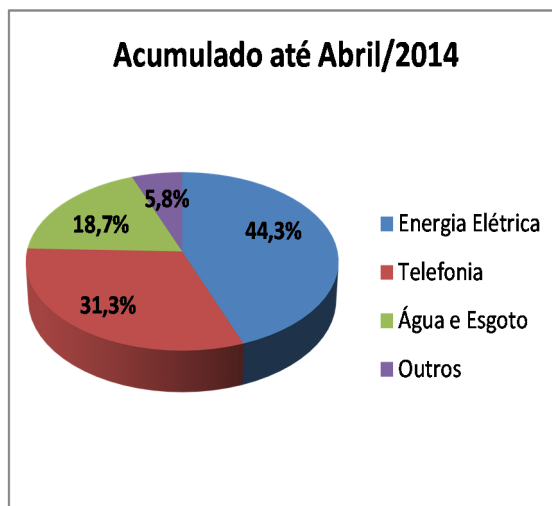
Em relação à dotação orçamentária, a reserva de recursos para honrar despesas com concessionárias em um Programa de Trabalho (PT) específico visa assegurar a liquidação e pagamento de obrigações no exercício em que foram geradas, a fim de evitar custos derivados de multas e moras quando estas despesas são quitadas após o vencimento.

Destarte, no exercício de 2014, foram disponibilizados R\$ 311,32 milhões<sup>31</sup> neste PT, e, até o presente momento, foram empenhados R\$ 87,63 milhões, ou seja, 28%.

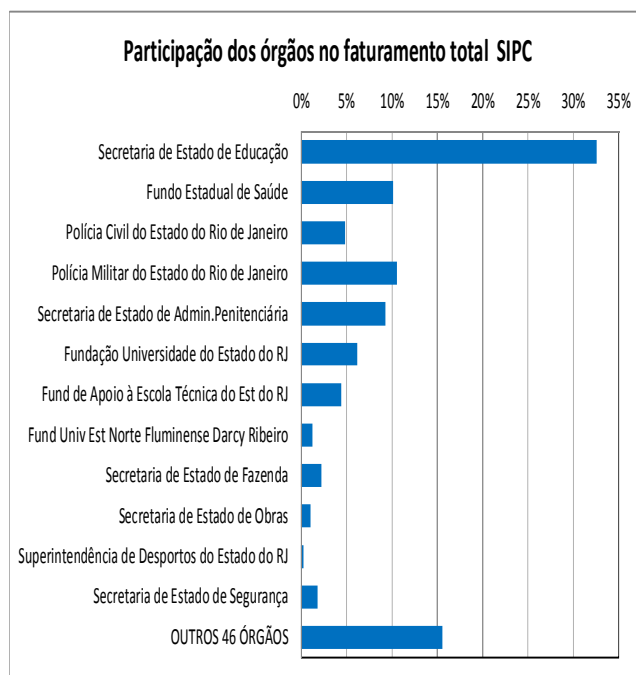
Um fator que colabora para a eficiência na conciliação das despesas com serviços públicos e celeridade dos pagamentos é o emprego do Sistema Integrado de Pagamento de Concessionárias – SIPC. Este sistema, implantado com a finalidade de centralizar os procedimentos de execução orçamentária e financeira das despesas efetuadas pelos entes estaduais com serviços públicos essenciais, abarca 16 concessionárias.

Considerando o faturamento de 2014, através do SIPC, foram registrados R\$ 125,3 milhões referentes ao faturamento acumulado de serviços essenciais. Dessa importância, foram adimplidos R\$ 38,7 milhões, ou seja, 31 % do total. A inadimplência do Erário junto às concessionárias (69%), geralmente, ocorre devido a

**Gráfico 23**  
**Pagamento Acumulado das**  
**Concessionarias de Serviços Públicos**



**Gráfico 24**



<sup>31</sup> Considerando apenas o orçamento disponibilizado com Fontes de Recursos do Tesouro.



atrasos por parte de alguns órgãos no que diz respeito às descentralizações orçamentárias e às transferências de cota financeira - etapas necessárias para quitação de suas obrigações.

Analisando o 2º bimestre, verifica-se que a Fundação Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), a Secretaria de Estado de Educação (SEEDUC), a Superintendência de Desportos do Estado do RJ (SUDERJ), a Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP) e o Fundo Estadual de Saúde (FES), juntas, são responsáveis por 59,9 % do montante faturado em março/abril, sendo que este grupo quitou 7,5 % do total faturado no 2º bimestre.

De outro lado, cabe destacar, também, o desempenho do Centro de Tecn. de Informação e Comum do Estado do RJ (PRODERJ), da Fundação para a Infância e Adolescência (FIA), da Subsecretaria Militar e da Secretaria de Estado de Fazenda (SEFAZ), que honraram todos os seus compromissos em tempo hábil. Outros órgãos também merecem destaque favorável nesse sentido, quais sejam: Secretaria de Estado de Segurança (SESEG), Fund. Dep. Estradas de Rodagem do Estado do RJ (DER), Inst. de Assistência dos Servidores do ERJ (IASERJ), dentre alguns outros.

#### VI.4.1 Características de Consumo

Analisando-se o consumo de energia elétrica em kWh (Light e Ampla), no 2º bimestre de 2014, verifica-se um aumento global de 6,9%, se comparado ao mesmo período do ano anterior.

Quanto ao estudo de alta tensão, observou-se que, em março e abril de 2014, foram gastos com demanda de alta tensão R\$ 8,20 milhões, sendo R\$ 6,96 milhões de demanda contratada e R\$ 1,24 milhão de demanda ultrapassada.

Na área de comunicação, o Estado utiliza vários serviços, como telefonia fixa, telefonia móvel, transmissão de dados e transmissão de dados *wireless*.

No tocante aos serviços de telefonia fixa, os quais são prestados pela Oi/Telemar, observa-se que de janeiro a abril de 2014 a média do faturamento foi de R\$ 1,4 milhão. Quanto aos serviços de telefonia móvel, que são prestados pela operadora TIM, analisando-se o mesmo período, a média de faturamento mensal foi de R\$ 121,8 mil.

Em relação aos serviços de transmissão de dados e *wireless*, a Oi/Telemar está realizando os procedimentos necessários para inclusão destes serviços no SIPC.

Na área de distribuição de água e esgoto, no 2º bimestre de 2014, foram faturados R\$ 18,03 milhões com este tipo de serviço. Vale observar que só o faturamento da CEDAE compreende cerca de 60 % deste total.

#### VI.5 Tratamento Dispensado a Restos a Pagar Processados

Conforme estabelecido no cronograma de pagamento do Programa de Pagamento/Parcelamento de Restos a Pagar Processados – RPPs, as datas de pagamento previstas são maio e novembro. Portanto, não houve pagamentos efetuados no segundo bimestre de 2014.

**Tabela 49**  
**Faturamento Acumulado por Serviço de**  
**Água e Esgoto**

R\$ mil		
FAVORECIDOS	1 Bim/14	2 Bim/14
ÁGUAS DAS AGULHAS NEGRAS	61	63
ÁGUAS DE NITERÓI	1.082	1.218
ÁGUAS DE NOVA FRIBURGO	105	119
ÁGUAS DO IMPERADOR	93	109
ÁGUAS DO PARAÍBA	1.139	1.096
CEDAE	11.464	10.854
FÓZ ÁGUAS	4.300	4.047
C. ÁGUAS DE JUTURNAÍBA	159	156
PROLAGOS	96	153
SAAE/B. MANSA	33	64
SAAE/V. REDONDA	122	156
<b>Total Faturado</b>	<b>18.654</b>	<b>18.035</b>

Fonte: Faturamento enviado pelas Concessionárias

## VI.6 Requisições Judiciais de Pagamento

### Precatórios

De acordo com as disposições da Emenda Constitucional nº 62, de 09 de dezembro de 2009, o Estado do Rio de Janeiro aderiu ao Regime Especial de Pagamento de Precatórios, por meio do Decreto nº 42.315, de 25 de fevereiro de 2010, pelo qual deveria quitar seu estoque em 15 anos. Conforme as regras desse regime especial, o Estado do Rio de Janeiro deveria transferir, anualmente, os recursos financeiros ao Tribunal de Justiça, para realização dos pagamentos de precatórios, observando a opção do Estado para utilização dos recursos e as preferências Constitucionais.

No entanto, no dia 14 de março de 2013, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF), por maioria, julgou parcialmente procedentes as Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) 4.357 e 4.425 para declarar a inconstitucionalidade de parte da Emenda Constitucional nº 62/2009, que instituiu o novo regime especial de pagamento de precatórios.

Com a decisão, foram declarados inconstitucionais dispositivos do artigo 100 da Constituição Federal, que institui regras gerais para precatórios, e integralmente inconstitucional o artigo 97 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), que criava o regime especial de pagamento.

Não obstante, até a publicação da decisão do STF, quando então serão modulados seus efeitos, os Tribunais deverão dar continuidade aos pagamentos conforme o Regime Especial adotado.

Assim, nos meses de março e abril de 2014, os Tribunais encaminharam à Secretaria de Estado de Fazenda os comprovantes de pagamentos de precatórios no montante de R\$ 3,68 milhões.

Cabe destacar que, em 27 de junho de 2013, foi promulgada a Lei Complementar nº 147, do Estado do Rio de Janeiro, que dispõe sobre a utilização de parcela dos depósitos judiciais para pagamento de precatórios e requisições de pequeno valor.

De acordo com o estabelecido na LC nº 147/13, 25% do total de depósitos judiciais poderão ser utilizados para pagamento de



precatórios e requisições de pequeno valor, obrigando ao Estado manter 75% do valor total dos depósitos junto ao Banco do Brasil, efetivando a sua recomposição sempre que for necessário, a fim de garantir a restituição ou pagamentos referentes aos depósitos, conforme decisão proferida no processo judicial de referência.

Dessa forma, depois de firmados os instrumentos legais para operacionalização da liberalidade instituída pela LC 147/13, em 27 de dezembro de 2013 foram quitados todos os precatórios pendentes do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro - TJRJ, aptos ao pagamento, até o exercício orçamentário de 2013.

Atualmente, a Secretaria de Estado de Fazenda realiza os pagamentos dos acordos de parcelamento dos precatórios e das requisições judiciais de pequeno valor.

No 2º bimestre de 2014, foram aplicados pelo Tesouro Estadual, aproximadamente, R\$ 950 mil em pagamentos de dois acordos de parcelamento celebrados pela Procuradoria Geral do Estado antes da promulgação da EC nº 62, de 09 de dezembro de 2009.

### Requisições de Pequeno Valor – RPV

No 2º Bimestre deste ano, foram pagas pelo Tesouro Estadual, 493 requisições de pequeno valor, totalizando R\$ 8,38 milhões.

Ressalta-se que o dispêndio direcionado ao adimplemento dessas obrigações não é definido pelo Estado, dado que essas requisições de pagamento judicial, por seu valor ser de até 40 vezes o salário mínimo, possuem rito de pagamento diferenciado, conforme § 3º, do art. 100, da Constituição Federal<sup>32</sup>.

**Tabela 50**

PAGAMENTOS DE RPV - 2º BIM. 2014.		
<i>R\$ mil</i>		
MÊS	QUANTIDADE	VALOR
MARÇO	279	6.523.197
ABRIL	214	1.863.182
<b>TOTAL</b>	<b>493</b>	<b>8.386.379</b>

Fonte: SUCADP em 30/04/2014

<sup>32</sup> O §3º, do art. 100, da Constituição Federal, dispõe o seguinte: "O disposto no caput deste artigo, relativamente à expedição de precatórios, não se aplica aos pagamentos de obrigações definidas em leis como de pequeno valor que as Fazendas referidas devam fazer em virtude de sentença judicial transitada em julgado".

## VI.7 Evolução da Dívida Financeira do Estado do Rio de Janeiro e de seu Dispêndio com a dívida pública

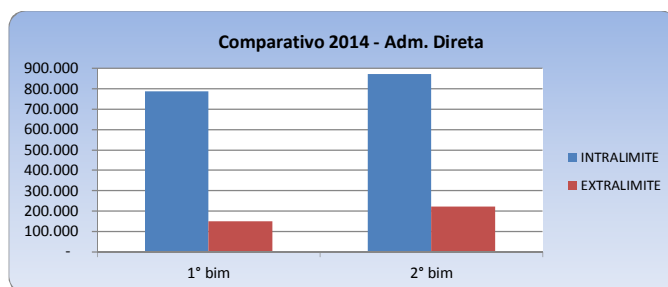
O Tesouro Estadual desembolsou, no 2º bimestre de 2014, R\$ 1,10 bilhão com o serviço da dívida<sup>33</sup>. A importância desembolsada foi 17,1% superior ao valor pago no bimestre anterior.

Esta variação ocorreu, principalmente, devido aos pagamentos das parcelas semestrais dos contratos da dívida externa.

Do total pago no 2º bimestre de 2014, R\$ 873,22 milhões foram referentes à dívida intralimite<sup>34</sup>, valor superior aquele devido pela aplicação da Tabela Price, resultando, assim, na amortização de resíduo de R\$ 175,47 milhões.

Além disso, o pagamento da dívida da Administração Indireta Honrada com recursos do Tesouro Estadual<sup>35</sup> alcançou R\$ 3,45 milhões, 244,4% superior em relação ao 1º bimestre de 2014. Essa diferença ocorreu em função do pagamento de R\$ 1,75 milhão dos contratos da Dívida de Médio e Longo Prazo – DMLP da Riotrilhos, que é efetuado semestralmente, nos meses de abril e outubro.

Gráfico 25



<sup>33</sup> Serviço da Dívida pago com as fontes do Tesouro Estadual.

<sup>34</sup> Para fins de aplicação do limite, poderão ser deduzidas as despesas efetivamente realizadas no mês anterior, correspondentes aos serviços das seguintes obrigações:

- I – dívidas refinanciadas com base na Lei nº 7.976, de 20 de dezembro de 1989;
- II – dívida externa contratada até 30 de setembro de 1991;
- III – dívidas refinanciadas com base no art. 58 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e na Lei nº 8.620, de 05 de janeiro de 1993;
- IV – dívidas parceladas junto ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, cuja formalização tenha ocorrido até 31 de março de 1996;
- V – comissão do agente, incidente sobre o pagamento da prestação decorrente da Lei nº 8.727, de 05 de novembro de 1993;
- VI – dívida relativa ao crédito imobiliário refinanciado ao amparo da Lei nº 8.727, de 1993, e efetivamente assumido pelo estado, deduzidas as receitas auferidas com essas operações;
- VII – as despesas referentes à principal, juros e demais encargos das operações decorrentes da Lei nº 8.727, de 1993, realizadas no mês, excetuada comissão do agente.

<sup>35</sup> A Administração indireta honrada com recursos do Tesouro Estadual é formada pelas entidades que não têm recursos próprios para honrar suas dívidas. As demais entidades, como CODERTE e CEPERJ, por possuírem fontes de receitas próprias, não são citadas no quadro do serviço da dívida.



Tabela 51

Dispêndio com a Dívida Pública (Adm.Dir. + Adm.Ind.Honradas)							
	1º bim 2014			2º bim 2014			Δ % do total no bim
	Principal	Encargos	Total	Principal	Encargos	Total	
ADM. DIRETA	473.906	463.740	937.645	604.301	491.440	1.095.741	16,86%
INTRALIMITE	384.373	402.413	786.786	464.131	409.089	873.221	10,99%
EXTRALIMITE	89.532	61.327	150.859	140.170	82.350	222.520	47,50%
INTERNA	78.550	50.754	129.303	85.788	40.765	126.553	-2,13%
EXTERNA	10.983	10.573	21.556	54.381	41.586	95.967	345,20%
ADM. INDIRETA HONRADA	960	40	1.001	2.469	977	3.445	244,35%
<b>TOTAL</b>	<b>474.866</b>	<b>463.780</b>	<b>938.646</b>	<b>606.769</b>	<b>492.417</b>	<b>1.099.186</b>	<b>17,10%</b>

**Informações complementares:**

Valor devido intra-limite	288.815	402.414	691.228	288.665	409.083	697.748	0,94%
Valor pago pelo limite (13% da RLR)*	384.373	402.414	786.787	464.131	409.083	873.214	10,98%
Amortização do resíduo	(95.559)	-	(95.559)	(175.467)	-	(175.467)	83,62%

Valores pagos a preços correntes.

\*No cálculo do valor da amortização do resíduo, considera-se a prestação como paga pelo regime de competência

No tocante aos pagamentos da dívida externa, verifica-se um aumento de 345,2% em relação aos meses de janeiro e fevereiro, justificado pelo pagamento das semestralidades devidas. Ressalta-se, contudo, que este montante representa 8,8% do total do serviço pago.

Gráfico 26



**Dívida Financeira x Receita Líquida Real**

No 2º bimestre de 2014, o estoque da Dívida Financeira alcançou R\$ 83,59 bilhões, 3,8% maior que no bimestre anterior. Explicado, essencialmente, pelo ingresso de recursos liberados no período.

O estoque da dívida interna cresceu 4,4%, quando comparado ao 1º bimestre de 2014. Parte desse aumento foi devido à variação do IGP-DI<sup>36</sup>.

<sup>36</sup> A Lei nº 9.496/1997, que rege a renegociação da dívida dos Estados prevê que os saldos devedores sejam corrigidos pelo IGP-DI do mês anterior, o qual no 2º bimestre fechou em 2,3% (IGP-DI de fev/14 e mar/14) e nos últimos 12 meses (de abr/13 a mar/14) em 7,6%.

Tabela 52

R\$ mil

DÍVIDA FINANCEIRA X RECEITA LÍQUIDA REAL 2014			
	1º Bimestre	2º Bimestre	Δ %
<b>DÍVIDA FUNDADA TOTAL</b>	80.546.501	83.592.462	3,78%
<b>INTERNA</b>	73.075.744	76.320.507	4,44%
Dívida com a União	64.148.341	65.363.516	1,89%
Outras Dívidas Contratuais	8.927.403	10.956.991	22,73%
<b>EXTERNA</b>	7.340.791	7.146.571	-2,65%
Com Aval do Tesouro Nacional	7.337.171	7.143.098	-2,65%
Mobiliária	3.619	3.472	-4,06%
<b>ADM INDIRETA - CUSTEADA (F.TESOURO)</b>	129.966	125.385	-3,52%
<b>DÍVIDA FINANCEIRA</b>	80.546.501	83.592.462	3,78%
<b>RECEITA LÍQUIDA REAL (+) IGP-DI (*)</b>	41.956.190	42.414.504	1,09%
<b>RELAÇÃO DÍVIDA FINANCEIRA / RLR</b>	1,92	1,97	2,66%

Valores a preços correntes.

(\*) Valor do 2º Bim/14 provisório.

O estoque da dívida externa, que corresponde a 8,5% do total da dívida financeira, encerrou o 2º bimestre de 2014 com saldo de R\$ 7,15 bilhões, ou seja, 2,7% inferior ao 1º bimestre de 2014, em consequência da variação do dólar<sup>37</sup>.

O saldo devedor da dívida da Administração Indireta somou o montante de R\$ 125,39 milhões, representando uma queda de 3,5% em relação ao saldo verificado em janeiro e fevereiro de 2014.

O indicador de solvência (a relação Dívida Financeira/ Receita Líquida Real – DF/RLR), acordado entre a União e o Estado do Rio, apresentou variação de 2,7% em relação ao 1º bimestre de 2014. A relação subiu de 1,92 para 1,97<sup>38</sup>.

Tabela 53

COMPOSIÇÃO DO ESTOQUE POR FAIXAS DE TX de JUROS			
R\$ mil			
Prefixado			
Tx de Juros (%)	Estoque	Estoque/ Subtotal	Estoque/ Total
0 - 2	1.217.295	1,66%	1,46%
2,1 - 4	194.804	0,27%	0,23%
4,1 - 6	66.515.531	90,73%	79,57%
acima de 6,1	5.382.765	7,34%	6,44%
Subtotal	73.310.396	100,00%	87,70%
Pósfixado			
Tx de Juros (%)	Estoque	Estoque/ Subtotal	Estoque/ Total
0 - 2	4.730.327	46,01%	5,66%
2,1 - 4	777.366	7,56%	0,93%
4,1 - 6	4.774.374	46,43%	5,71%
Subtotal	10.282.067	100,00%	12,30%
<b>Total</b>	<b>83.592.462</b>		<b>100,00%</b>

<sup>37</sup> A cotação do dólar (US\$) no dia 30 de abril de 2014 foi de 2,2360, 4,2% inferior à cotação do dia 28 de fevereiro de 2014, que foi de 2,3334.

<sup>38</sup> A meta da dívida para o exercício de 2013, fechada no Programa de Ajuste Fiscal assinado em 22/10/2012, foi de 2,19.

## Perfil da Dívida Financeira

A parcela pré-fixada da Dívida Financeira representou 87,7% do estoque. Desse montante, 79,6% está vinculado a taxas de juros fixadas entre 4,1% e 6,0%.

Saliente-se que parte expressiva da dívida do Estado está vinculada ao limite de pagamento de 13% da RLR, até outubro de 2029.

No tocante ao cálculo do total do serviço a pagar até 2043, os vencimentos de curto prazo<sup>39</sup> representam 8,0%, e desse percentual, apenas 0,6% está exposto a taxas variáveis. Quanto aos vencimentos futuros, verifica-se que até 2028, o serviço a pagar apresenta um crescimento homogêneo no tempo, seguindo o crescimento da RLR<sup>40</sup>. No exercício seguinte, 2029, ocorre uma forte queda no serviço, dado que a partir de novembro de 2029, o Estado começa a aplicar apenas o sistema Price de amortização, em substituição ao pagamento limitado a 13% da RLR, no contrato de Refinanciamento, firmado ao amparo da Lei nº 9.496/97.

O Gráfico 27 apresenta a relação entre o serviço a pagar, vinculado às taxas variáveis e fixas. Vale ressaltar que os custos variáveis não ultrapassam, ao longo dos anos, o patamar de 29,0%. O Gráfico 28 apresenta o serviço a pagar por natureza da operação. Verifica-se que, embora o Estado venha contratando novas operações de crédito, interna e externa, a União ainda é a maior credora do Estado.

Em relação ao prazo médio de amortização<sup>41</sup> e ao prazo médio de repactuação<sup>42</sup>, estes atingiram 12,1 anos e 11,2 anos, respectivamente.

Gráfico 27

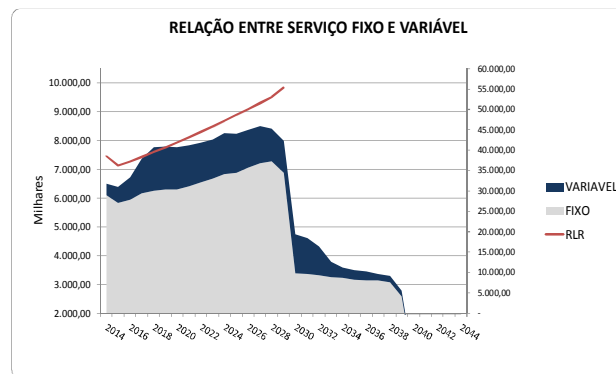
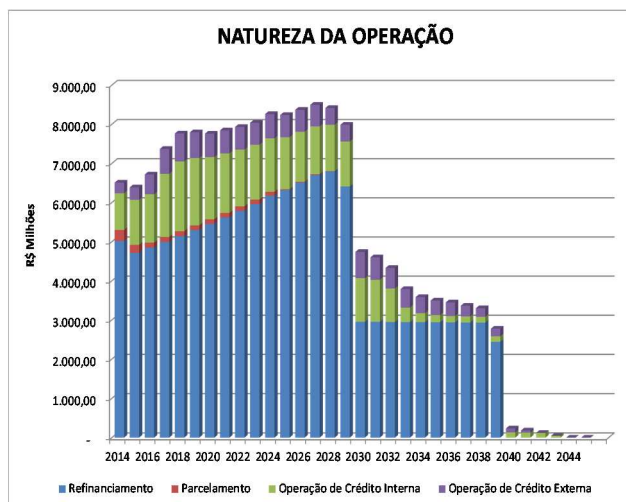


Gráfico 28



<sup>39</sup> Dívidas vencidas até o exercício seguinte.

<sup>40</sup> Para a projeção da Receita Líquida Real, para os exercícios de 2012 a 2014, considera-se a RLR prevista no Programa de Ajuste Fiscal assinado em 15/04/2010, e para a projeção dos exercícios seguintes é aplicado uma taxa de crescimento real de 3% ao ano.

<sup>41</sup> Prazo médio de Amortização – Período médio ponderado entre o bimestre e as amortizações vencidas.

<sup>42</sup> Prazo médio de Repactuação de Taxas – Período médio ponderado entre o bimestre e as amortizações vencidas, considerando o prazo de repactuação das taxas flutuantes (pós-fixadas).

## Análise de Sensibilidade Por Variável Chave

A análise de sensibilidade tem por objetivo mensurar as mudanças no serviço e estoque da dívida pública, dada uma oscilação em variáveis chaves, tais como taxas de câmbio e taxas de juros.

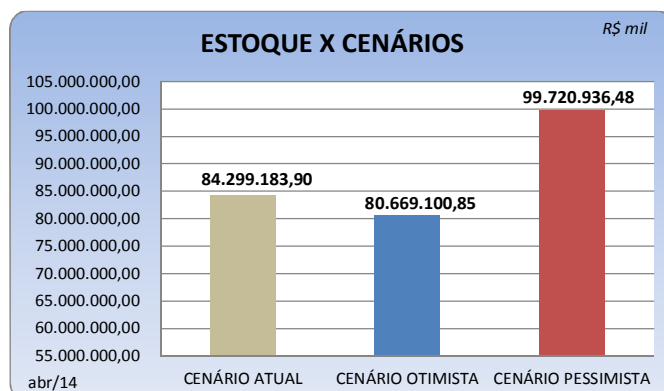
Tabela 54

CENÁRIO ATUAL			CENÁRIO OTIMISTA			CENÁRIO PESSIMISTA		
R\$ mil			R\$ mil			R\$ mil		
Índices	%	ESTOQUE	Índices	%	ESTOQUE	Índices	%	ESTOQUE
IGP-DI	74,91%	63.151.753,04	IGP-DI	73,78%	59.521.669,99	IGP-DI	78,79%	78.573.505,63
DÓLAR	15,83%	13.345.928,76	DÓLAR	16,54%	13.345.928,76	DÓLAR	13,38%	13.345.928,76
TR	1,14%	957.995,33	TR	1,19%	957.995,33	TR	0,96%	957.995,33
TJLP	5,39%	4.544.651,50	TJLP	5,63%	4.544.651,50	TJLP	4,56%	4.544.651,50
LIBRA	0,00%	3.472,46	LIBRA	0,00%	3.472,46	LIBRA	0,00%	3.472,46
IENE	0,18%	148.918,55	IENE	0,18%	148.918,55	IENE	0,15%	148.918,55
SELIC	0,78%	656.144,17	SELIC	0,81%	656.144,17	SELIC	0,66%	656.144,17
UFIR RJ	0,03%	24.967,02	UFIR RJ	0,03%	24.967,02	UFIR RJ	0,03%	24.967,02
IPCA	1,42%	1.199.871,43	IPCA	1,49%	1.199.871,43	IPCA	1,20%	1.199.871,43
S/ CORREÇÃO	0,31%	265.481,65	S/ CORREÇÃO	0,33%	265.481,65	S/ CORREÇÃO	0,27%	265.481,65
<b>TOTAL</b>	<b>100,00%</b>	<b>84.299.184</b>	<b>TOTAL</b>	<b>100,00%</b>	<b>80.669.101</b>	<b>TOTAL</b>	<b>100,00%</b>	<b>99.720.936</b>
		abr/15			abr/15			abr/15

### IGP-DI

A partir da série histórica de 10 anos do IGP-DI, utilizando o cálculo de duas vezes o desvio padrão para se chegar a um intervalo de 95% de confiança, foram construídos os cenários otimista e pessimista com variação acumulada de -3,1%a.a. e 13,0%a.a., respectivamente. Considerando os possíveis cenários de variação da projeção do IGP-DI, ocorre uma diferença no total da dívida, em valores absolutos, entre o cenário otimista e pessimista de, aproximadamente, R\$ 19,0 bilhões e, em valores relativos, de 23,6%.

Gráfico 29



Apesar da magnitude da variação relativa da dívida, quando observada a composição da mesma por índices, nota-se uma variação de apenas 5,0% na participação do IGP-DI no total da dívida. Passando de 73,8% no cenário otimista para 78,8% no cenário pessimista.

Analisando-se o cenário macroeconômico, o Índice Geral de Preços – O Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI) variou 0,5%, em abril. A variação registrada em março foi de 1,5%. Em abril de 2013, a variação foi de -0,1%. No acumulado de 2014, o IGP-DI variou 3,2%. No mesmo período do ano anterior, o índice elevou-se 0,8%.

O Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA) registrou variação de 0,3%, em abril. No mês anterior, o índice apresentou variação de 1,9%. O principal responsável por esta desaceleração foi o subgrupo dos produtos agropecuários para 1,3% em abril, ante 5,5% em março.

O Índice de Preços ao Consumidor (IPC) registrou variação de 0,8%, em abril, ante 0,9%, no mês anterior. As principais quedas vieram de alimentação ( de 1,6 para 1,4%), educação, leitura e recreação (de -0,5% para -0,8%) e vestuário (de 1,0% para 0,9%). No sentido contrário, as maiores influências de alta vieram da saúde e cuidados pessoais ( de 1,0% para 1,4%), habitação (-de 0,6% para 0,7%) e despesas diversas (de 0,5% para 0,5%).

O Índice Nacional de Custo da Construção (INCC) registrou, em abril, taxa de variação de 0,9%, acima do resultado do mês anterior, de 0,3%. O índice relativo a Materiais, Equipamentos e Serviços registrou variação de 0,8%. No mês anterior, a taxa havia sido de 0,6%. O índice que representa o custo da Mão de Obra registrou variação de 1,0% em abril. No mês anterior, este índice registrou taxa de 0,01%.

### Moeda Estrangeira e Libor

Em relação ao dólar, verifica-se que no período de 12 meses, o estoque da dívida atrelado ao mesmo passou de R\$ 7,2 bilhões para 11,8 bilhões, ou seja, de 9,9% para 14,1%, no total da composição da dívida. Esse aumento deu-se em função das novas operações de crédito contratadas pelo Estado do Rio de Janeiro junto a organismos internacionais e junto ao sistema financeiro nacional, atreladas à moeda norte americana.

A Tabela 55 e Tabela 56 demonstram o quanto variam o serviço e o estoque da dívida no período de 12 meses, em função de uma oscilação de dez pontos percentuais (10%), nas variáveis chaves e o quanto varia o serviço, no mesmo período, em função de uma oscilação de 1 ponto percentual na taxa libor.

**Tabela 55**

Variável Chave	Variação	Serviço	R\$ mil
			%
MOEDA ESTRANGEIRA			
Dólar Americano	+10%	+61.061,40	+0,934
Iene Japonês	+10%	+4.538,55	+0,069
Libor	+1,0%	+107.912,94	+1,651

**Tabela 56**

Variável Chave	Variação	Estoque	R\$ mil
			%
MOEDA ESTRANGEIRA			
Dólar Americano	+10%	+1.331.957,71	+1,580
Iene Japonês	+10%	+14.891,85	+0,017

Observa-se, na Tabela 55, que a variação no serviço anual não apresenta alta sensibilidade à maioria das variáveis chaves no curto prazo. O impacto da oscilação de um ponto percentual (1%) na Libor se reflete em um acréscimo de R\$ 107,9 milhões ao serviço anual da dívida, ou seja, pouco mais do 1,7% do mesmo. Constata-se, portanto, que esse é o maior risco de curto prazo.

Analisando-se o estoque ao final dos próximos 12 meses, conforme Tabela 56, observa-se que um aumento de 10%, no dólar americano e no iene japonês, gera um aumento de no máximo 1,6% e 0,02% em relação ao estoque vinculado a essas moedas, respectivamente.

### **Receita de Operações de Crédito**

Foram liberados R\$ 2,39 bilhões de receita oriunda de operações de créditos, em março e abril:

- R\$ 1,53 bilhão foi destinado ao Programa de Melhoria da Infraestrutura Rodoviária, Urbana e Mobilidade das Cidades do E.R.J II (recursos provenientes do Banco do Brasil);
- R\$ 451,22 milhões foram destinados à Infraestrutura da linha 4 do metrô e expansão da linha 1 - Fase II (recursos provenientes do BNDES);
- R\$ 199,97 milhões foram destinados ao Programa de Financiamento a Infraestrutura e ao Saneamento - FINISA PROCOI (recursos provenientes da CAIXA);
- R\$ 93,30 milhões foram destinados ao Programa de Obras Complementares do Arco Metropolitano do R.J. (recursos provenientes da Corporação Andina de Fomento - CAF);
- R\$ 67,24 milhões, destinados ao Programa de Saneamento Ambiental dos Municípios do Entorno da Baía de Guanabara - PSAM (recursos provenientes do BID);
- R\$ 30,38 milhões, destinados ao Programa Saneamento para Todos (recursos provenientes da CAIXA);
- R\$ 8,93 milhões, destinados ao Programa de Financiamento de Contrapartidas do PAC (recursos provenientes da CAIXA);

- R\$ 3,10 milhões, para o Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável em Microbacias Hidrográficas (recursos provenientes do BIRD);
- R\$ 2,85 milhões, ao Programa Estadual de Transportes II – PET II (recursos provenientes do BIRD);
- R\$ 1,46 milhão, ao Programa Estadual de Transportes II Adicional – PET II Adic. (recursos provenientes do BIRD);
- R\$ 1,20 milhão, destinado ao Programa de Modernização da Administração Estadual II – PMAE II (recursos provenientes do BNDES); e
- R\$ 500,09 mil, destinados ao Programa Saneamento para Todos II (recursos provenientes da CAIXA).

Cabe destacar que, em 30 de abril de 2014, foi assinado o contrato de operação de crédito externo, junto ao BIRD, referente ao Programa de Renovação e Fortalecimento da Gestão Pública II - PRÓ-GESTÃO II, no valor de US\$ 48,00 milhões.

**Tabela 57**
**Cronograma de Liberações**
**Operações Contratadas, Autorizadas e em Tramitação na STN e no Senado Federal**

Data: 30/04/2014

R\$ mil

	2014		2015/18
	Liberado (¹)	a Liberar (²)	a Liberar (²)
<b>1. Operações de Crédito Contratadas</b>	<b>3.568.087</b>	<b>1.540.993</b>	<b>6.702.319</b>
<b>Operações contratadas com o Sistema Financeiro Nacional</b>	<b>3.331.962</b>	<b>1.074.356</b>	<b>3.332.197</b>
1. EXP. METRÔ/GENERAL OSÓRIO - BNDES	-	-	6.770
2. SANEAMENTO PARA TODOS I - CAIXA	35.294	8.971	326.142
3. DELEGACIA LEGAL - BNDES	-	11.076	-
4. PMAE II - BNDES	1.205	1.981	-
5. CONTRAPARTIDA PAC - CAIXA	9.916	34.526	-
6. VIALIGHT - CAIXA	-	38.138	221.000
7. PRÓ-CIDADES I - B. BRASIL	-	754.000	902.000
8. METRÔ LINHA 4 (Estudos e Pesquisas) - BNDES	-	4.500	-
9. PROGRAMA SANEAMENTO P TODOS II - CAIXA	500	21.186	393.686
10. PROCOI -CAIXA	199.979	199.979	399.957
11. PRÓ-CIDADES II - B. BRASIL	1.535.069	-	596.604
12. METRÔ / PRÓ ML4 - BNDES	1.550.000	-	486.037
<b>Demais</b>	<b>236.125</b>	<b>466.637</b>	<b>3.370.122</b>
13. PET II - BIRD	12.872	28.505	-
14. RIO RURAL I - BIRD	5.307	19.048	6.941
15. PROFAZ - BID	-	22.575	-
16. PRÓ-GESTÃO I -BIRD	2.540	14.081	13.955
17. PRODETUR - BID	-	58.545	178.482
18. PSAM - BID	67.242	8.481	914.942
19. PET II Adicional - BIRD	37.591	94.537	1.144.762
20. POE - CAF	-	89.486	-
21. PROVIAS - CAF	-	57.753	462.477
22. MARACANÃ PROCOPA II - CAF	16.265	-	-
23. ARCO METROPOLITANO	93.308	-	268.320
24. INCLUSÃO SOCIAL - BID	-	42.148	81.734
25. RIO RURAL ADICINAL FA - BIRD	1.000	13.590	209.069
26. PRÓ-GESTÃO II - BIRD	-	17.888	89.440
<b>2. Operações de Crédito Autorizadas e em Tramitação</b>	<b>-</b>	<b>1.050.000</b>	<b>1.050.000</b>
PRODES - CREDIT SUISSE	-	600.000	600.000
PROSUT - BTG PACTUAL	-	450.000	450.000
<b>3. Operações de Crédito a Contratar Incluídas no PAF (³)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>9.689</b>
OPERAÇÃO INVESTRIO	-	-	9.689
<b>Total</b>	<b>3.568.087</b>	<b>2.590.993</b>	<b>7.762.008</b>

Fonte: SOC - Sistema de Operações de Crédito, 2014.

(1) Valores realizados até o bimestre, a preços correntes

(2) Contém o valor total a ser liberado das operações de crédito contratadas, a preços de abr/2014

(3) Valores redistribuídos de acordo com o PAF assinado em 22/10/2012, atualizado pelo IGPD-I 2014.





Tabela 58

## Liberações ocorridas dos Contratos em Fase de Desembolso

Data: 30.04.2014

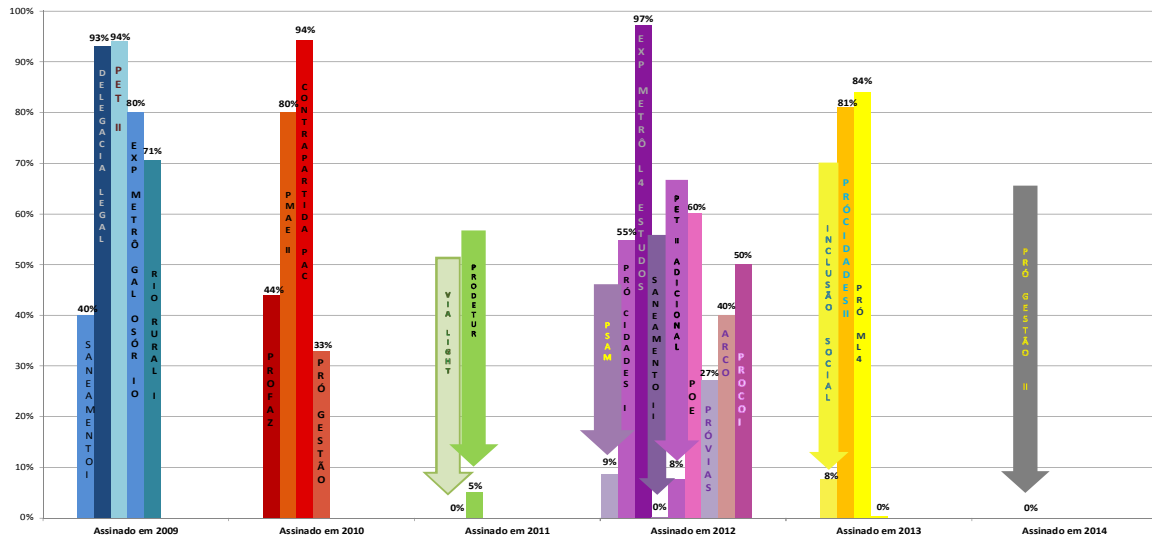
DATA DA ASSINATURA	OPERAÇÃO	INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	ORGÃO EXECUTOR	MOEDA CONTRATUAL	VALORES EM MOEDA CONTRATUAL		%	VALORES EM REAIS	
					CONTRATADO	LIBERADO		CONTRATADO	LIBERADO
<b>2009</b>									
07/07/2009	SANEAMENTO P/ TODOS I	CAIXA	CEDAE	REAL	558.000.000,00	222.886.946,23	40%	558.000.000,00	222.886.946,23
10/08/2009	DELEGACIA LEGAL	BNDES	SEOBRAS	URTJLP	79.530.718,1067	73.920.154,1872	93%	157.000.000,00	145.924.297,98
24/09/2009	PET II	BIRD	SETRANS	DÓLAR	211.700.000,00	198.951.641,43	94%	473.361.200,00	378.590.865,59
25/11/2009	EXP. METRÔ/GENERAL OSÓRIO	BNDES	RIO TRILHOS	URTJLP	17.202.587,2014	13.772.924,3494	80%	33.959.283,34	27.188.854,50
14/12/2009	RIO RURAL I	BIRD	SEAPEC	DÓLAR	39.500.000,00	27.877.137,05	71%	88.322.000,00	53.632.773,47
<b>2010</b>									
10/05/2010	PROFAZ	BID	SEFAZ	DÓLAR	19.759.050,00	8.686.318,28	44%	44.181.235,80	15.600.362,56
26/05/2010	PMAE II	BNDES	SEPLAG	URTJLP	5.056.532,6633	4.053.247,2696	80%	9.982.000,00	8.001.434,37
24/06/2010	CONTRAPARTIDA PAC	CAIXA	SEOBRAS	URTJLP	307.002.052,9005	289.512.460,37	94%	606.046.612,59	571.520.757,78
22/11/2010	PRÓ-GESTÃO I	BIRD	SEPLAG	DÓLAR	18.673.000,00	6.134.742,63	33%	41.752.828,00	13.759.660,62
<b>2011</b>									
28/06/2011	VIALIGHT	CAIXA	SEOBRAS	REAL	259.138.332,31	-	0%	259.138.332,31	-
08/08/2011	PRODETUR	BID	SETUR	DÓLAR	112.000.000,0000	5.680.000,0000	5%	250.432.000,00	10.292.160,00
<b>2012</b>									
20/03/2012	PSAM	BID	SEA	DÓLAR	451.980.000,00	39.000.000,00	9%	1.010.627.280,00	86.058.300,00
05/06/2012	PRÓ-CIDADES I	BANCO DO BRASIL	SEOBRAS	DÓLAR	1.630.394.901,61	980.064.394,40	55%	3.645.563.000,00	1.989.563.000,00
12/06/2012	EXP. METRÔ - L 4 - Estudos e Projetos	BNDES	RIO TRILHOS	URTJLP	80.014.240,9500	77.734.698,0771	97%	157.954.512,77	153.454.512,78
22/06/2012	SANEAMENTO P TODOS II	CAIXA	CEDAE	REAL	415.372.248,98	500.095,00	0%	415.372.248,98	500.095,00
05/09/2012	PET II Adicional	BIRD	SETRANS	DÓLAR	600.000.000,00	45.751.630,29	8%	1.341.600.000,00	99.128.192,27
13/09/2012	POE	CAF	SEOBRAS	DÓLAR	100.000.000,00	59.979.332,92	60%	223.600.000,00	129.855.430,30
13/09/2012	PRÓ-VIAS	CAF	SEOBRAS	DÓLAR	319.675.000,00	87.013.826,66	27%	714.793.300,00	180.510.183,41
05/12/2012	ARCO METROPOLITANO	CAF	SEOBRAS	DÓLAR	200.000.000,00	80.000.000,00	40%	447.200.000,00	176.312.000,00
20/12/2012	PROCOI	CAIXA	SEOBRAS	REAL	1.199.871.427,00	599.935.927,00	50%	1.199.871.427,00	599.935.927,00
<b>2013</b>									
22/02/2013	INCLUSÃO SOCIAL	BID	SEASDH	DÓLAR	60.000.000,00	4.596.700,55	8%	134.160.000,00	10.865.221,09
26/04/2013	PRÓ-CIDADES II	BANCO DO BRASIL	SEOBRAS	DÓLAR	1.402.415.026,83	1.149.487.775,27	81%	3.135.800.000,00	2.539.196.500,00
26/04/2013	METRÔ - PRÓ-ML4	BNDES	RIO TRILHOS	URTJLP	1.535.603.926,89	1.289.394.553,41	84%	3.031.405.000,00	2.545.368.000,00
19/08/2013	RIO RURAL ADICIONAL FA	BIRD	SEAPEC	DÓLAR	100.000.000,00	420.910,85	0%	223.600.000,00	1.000.000,00
<b>2014</b>									
30/04/2014	PRÓ - GESTÃO II	BIRD	SEPLAG	DÓLAR	48.000.000,00	-	0%	107.328.000,00	-

Fonte: Sistema de Operações de Crédito - SOC /SEFAZ



Gráfico 30

OPERAÇÕES CONTRATADAS EM FASE DE DESEMBOLSO  
PERCENTUAL LIBERADO POR CONTRATO



Fonte: Sistema de Operações de Crédito - SOC/SEFAZ

## VI.8 Acompanhamento Financeiro de Convênios<sup>43</sup>

O Estado do Rio de Janeiro encerrou o 2º bimestre de 2014, com 523 Convênios de Despesa e 374 Convênios de Receita vigentes<sup>44</sup>.

Entre os Convênios de Despesa, os mais importantes para o Estado são os celebrados no âmbito do Programa do Decreto nº 42.384/01<sup>45</sup>; já na esfera dos Convênios de Receita, o da Lei nº 11.578/2007<sup>46</sup> engloba os investimentos de maior relevância.

No que tange ao programa do Decreto nº 42.384/01<sup>47</sup>, encontram-se vigentes 144 convênios. No âmbito desses convênios, até este bimestre, o valor disponibilizado pelo Tesouro Estadual foi de, aproximadamente, R\$ 323,50 milhões, que foram ou serão utilizados em obras de diversas naturezas, principalmente, nas obras de infraestrutura.

Nos demais Convênios de Despesa, encontram-se vigentes 379 convênios, abrangendo programas em infraestrutura, saúde, educação, esporte e lazer. O valor disponibilizado pelo Tesouro Estadual, até os meses de março e abril de 2014 foi de, cerca de R\$ 1,94 bilhão.

Com relação aos convênios abarcados na Lei nº 11.578/2007<sup>46</sup> o Estado firmou com a União, até o 2º bimestre de 2014, o total de 35 Convênios de Receita para a concretização das diversas obras de infraestrutura, alcançando um investimento de, aproximadamente, R\$ 2,01 bilhões<sup>48</sup>. Dessa importância, R\$ 1,11 bilhão consiste no valor previsto de repasse da União, e R\$ 897,97 milhões são oriundos do Tesouro Estadual.

Desses recursos disponibilizados pelo Tesouro do Estado, até o 2º bimestre de 2014, foram repassados em torno de R\$ 876,78 milhões,

<sup>43</sup>Os dados utilizados nesta seção foram extraídos de relatórios do Sistema Informações Gerenciais (SIG) e do SIAFEM em diversas datas ao longo do mês.

<sup>44</sup>Convênios de Receita – São aqueles em que órgãos ou entidades da administração pública federal aportam receitas ao Estado. Convênios de Despesa - São aqueles em que o Estado do Rio de Janeiro coloca seus recursos à disposição das Prefeituras Municipais e/ou Entidades não Governamentais. Salienta-se que também são conhecidos como uma modalidade de transferência voluntária de recursos.

<sup>45</sup>Decreto nº 42.384/01, de 29 de março de 2010. Somando Forças.

<sup>46</sup>Lei nº 11.578/2007 – Regula a transferência obrigatória de recursos financeiros federais para Estados, DF e Municípios, para execução das ações do PAC, cuja descentralização seja do interesse da União.

<sup>47</sup>Decreto nº 42.384/01, de 29 de março de 2010. Somando Forças.

<sup>48</sup>Valor original desconsiderando os aditivos.

sendo destinados 93,78% à área de Habitação; e, 6,22% à área de Saneamento.

#### **VI.9 Acompanhamento Financeiro de Convênios<sup>49</sup>**

Em função das alterações promovidas pelo poder Concedente previstas no Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Parceria Público-Privada Casa Civil nº 27/2013, o Consórcio “Complexo Maracanã Entretenimento S.A.”, se comprometeu a apresentar um novo projeto Executivo, que até o 2º bimestre de 2014, ainda não foi disponibilizado ao Governo Estadual, tendo como prazo o dia 07 de junho de 2014.

Por fim, cabe mencionar que o Programa Estadual de Parcerias Público-Privadas do Estado do Rio de Janeiro mantém 10 (dez) projetos em estudo, relacionados às áreas de transporte, saneamento e ciência e tecnologia.

---

<sup>49</sup>Os dados utilizados nesta seção foram extraídos de relatórios do Sistema Informações Gerenciais (SIG) e do SIAFEM em diversas datas ao longo do mês.